



Natasha Pinto da Costa

**Identidade e Cultura na Política Externa:
o caso da Alemanha**

Dissertação de Mestrado

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais da PUC-Rio como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Política Internacional.

Orientador: Prof. Kai Michael Kenkel

Rio de Janeiro
Março de 2018



Natasha Pinto da Costa

**Identidade e Cultura na Política Externa:
o caso da Alemanha**

Dissertação de Mestrado

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais da PUC-Rio como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Política Internacional. Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo assinada.

Prof. Kai Michael Kenkel

Orientador

Instituto de Relações Internacionais – PUC-Rio

Prof.^a Andrea Ribeiro Hoffmann

Instituto de Relações Internacionais – PUC-Rio

Prof. Oliver Stünkel

CPDOC – FGV-SP

Prof. Augusto Cesar Pinheiro da Silva

Vice-decano de Pós-graduação do
Centro de Ciências Sociais – PUC-Rio

Rio de Janeiro, 16 de março de 2018

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem autorização da universidade, da autora e do orientador.

Natasha Pinto da Costa

A autora detém bacharelado em Relações Internacionais pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (2014). Atua como Gerente de Projetos na Câmara de Comércio Indústria Brasil-Alemanha do Rio de Janeiro.

Ficha Catalográfica

Costa, Natasha Pinto da

Identidade e cultura na política externa : o caso da Alemanha / Natasha Pinto da Costa ; orientador: Kai Michael Kenkel. – 2018. 136 f. ; 30 cm

Dissertação (mestrado)—Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Instituto de Relações Internacionais, 2018. Inclui bibliografia

1. Relações Internacionais – Teses. 2. Política internacional. 3. Análise de política externa. 4. Construtivismo. 5. Identidade. 6. Cultura. I. Kenkel, Kai Michael. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Instituto de Relações Internacionais. III. Título.

CDD: 327

Para minha mãe, Marina, por sua presença encorajadora,
apoio e confiança ao longo desse processo.

Agradecimentos

Primeiramente, agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) que garantiu o suporte financeiro, sem o qual esse tipo de formação não seria possível.

A Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro agradeço pela oportunidade de ter acesso à essa estrutura docente e física, que contribuíram de forma única e expressiva para minha formação.

Agradeço ao meu orientador Kai Michael Kenkel por todo seu apoio e dedicação ao longo desse processo, principalmente a compreensão no último período.

Agradeço à banca examinadora, pela atenção e por aceitar contribuir para esse trabalho enquanto proposta de questionamento do campo de estudos, e pelo engajamento com o mesmo.

Ao corpo discente, gostaria de agradecer a todos pelas aulas, discussões e longos debates, em especial, a Claudia Fuentes, Maira Siman e Stefano Guzzini, cujas frutíferas trocas e conversas resultaram em parte dos questionamentos que culminaram com esse trabalho e foram o fio condutor dessa parte da minha formação.

Aos trabalhadores do IRI, cuja atenção e cuidados diários fizeram das nossas vidas mais alegres e fáceis ao longo dessa jornada. Em especial, Lia Gonzalez, por sua paciência e eficiência para nos ajudar a qualquer tempo.

Meus mais sinceros agradecimentos à minha turma de mestrado, com integrantes especiais do doutorado, por essa amizade incrível e laço que construímos ao longo dessa jornada, que nos permitiu trocas e apoio em todos os momentos. Obrigada por fazerem essa rotina ficar mais leve, pelo apoio e pelos sorrisos. Mayra e Carol minhas eternas flores, presentes, obrigada pela partilha e pelo amor. Renato, Lucas e Chico meus queridos, obrigada por cada conversa, risada, companhia, carona e discussão. Luisa e Gui obrigada por sempre me fazerem acreditar que é mais diversão e mais prático do que pensávamos.

Agradeço a Angelina, cujo apoio no debruçamento em mim mesma me fez acreditar novamente nessa capacidade, obrigada pelas trocas, abraço e sorrisos.

Por fim, agradeço à minha família, que se fez presente a todo momento, e sempre acreditou que esse dia chegaria com muita tranquilidade e alegria. Obrigada mãe, por todo suporte até o momento, pelo apoio e pelo amor, sem você não teria sido possível.

Resumo

Costa, Natasha Pinto; Kenkel, Kai Michael. **Identidade e Cultura na Política Externa: o caso da Alemanha**. Rio de Janeiro, 2018. 136p. Dissertação de Mestrado – Instituto de Relações Internacionais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Esta dissertação examina a relevância dos temas identitários e culturais para o subcampo de análise de política externa. O esforço é identificar as lacunas e ausências desses conceitos em parte do desenvolvimento do subcampo assumindo-as como deficiências na capacidade explicativa desses estudos. Considerando que a contribuição construtivista é a que mais se aproxima da estrutura de compreensão necessária para abarcar esses dois tópicos, como variáveis explicativas fundamentais da política internacional, sobrevoamos a corrente teórica apresentando seus principais pontos e como esses são construídos e desenvolvidos na análise de política externa. Compreendemos que a política externa é, em última instância, uma expressão do encontro no espaço de negociação da fronteira entre o “interno” e o “externo” através dos mecanismos de identificação entre os atores envolvidos. Portanto, desconsiderar os fatores internos de formação de ideias compartilhadas e formas de identificação do “eu” gera perdas para a compreensão do sistema e de formas de inserção internacional e, a observação central é que a constante relação de construção entre “eu” e o “outro”, sobre a qual os estudos de política externa, em última instância, se debruçam, não são objeto de atenção, na maioria da produção do subcampo. Assim, este trabalho argumenta, a constante relação de (re)produção de identidades e os elementos culturais imbricados na política externa moldam a relação entre os atores envolvidos. As formas pelas quais os indivíduos, instituições e entidades formuladoras se reconhecem e permanentemente se constroem, são cruciais para estabelecer as relações com os fatores exógenos, portanto com os outros atores na relação internacional. Como ilustração de análise de atuação de uma política externa cultural estudamos o caso da Alemanha e sua atuação no setor cultural e educacional internacionalmente, principalmente através de instituições que atuam localmente e buscam manter identidades estáveis assim como rotinas nos mecanismos de identificação e

reconhecimento entre os atores. Assim, essa dissertação sugere, e busca argumentar em favor da compreensão da identidade e da cultura são condições fundamentais para o subcampo de análise de política externa abrindo espaço para esse tipo de estudo na área.

Palavras-chave

Política Internacional; Análise de Política Externa; Construtivismo; Identidade; Cultura; Discurso; Alemanha; DAAD.

Abstract

Costa, Natasha Pinto; Kenkel, Kai Michael (Advisor). **Identity and Culture in Foreign Policy: the case of Germany**. Rio de Janeiro, 2018. 136p. Dissertação de Mestrado – Instituto de Relações Internacionais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

This dissertation examines the relevance of identity and cultural issues for the subfield of foreign policy analysis. The purpose is to identify the gaps and absences of these concepts in part of the development of the subfield, postulating them as deficiencies in the explanatory capacity of these studies. Considering that constructivism comes closest to the structure of understanding needed to cover these two topics as fundamental explanatory factors in international politics, we present its main points and how they are constructed and developed in foreign policy analysis. We understand that foreign policy is ultimately an expression of encounters in the constantly negotiated space of the border between the “internal” and the “external” through the mechanisms of identification among the actors involved. Therefore, disregarding the inter-factors of forming shared ideas and ways of identifying “*self*” generates losses for the understanding of the system and forms of international insertion. The main observation is that the constant relationship of construction between “*self*” and the “other”, on which foreign policy studies ultimately focus, are not the object of attention in most production in the subfield. Thus, this thesis argues, the constant relationship of (re) production of identities and the cultural elements imbricated in foreign policy shape the relationship between the actors involved. The ways in which individuals, institutions, and formulating entities are recognized and permanently constructed are crucial to establishing relationships with exogenous factors, and therefore with other actors in the international relationships. As an illustration of the performative analysis of a cultural foreign policy, we study the case of Germany and its activity in the cultural and educational sector internationally, mainly through institutions that act locally and seek to maintain stable identities as well as routines in the mechanisms of identification and recognition among the actors. Thus, this dissertation suggests, and seeks to argue in favor of the understanding of identity

and culture are fundamental conditions for the subfield of analysis of foreign policy making room for this type of study in the area.

Keywords

International Politics; Foreign Policy Analysis; Constructivism; Identity; Culture; Discourse; Germany; DAAD.

Sumário

1. Introdução.....	13
2. A Contribuição do Construtivismo e suas derivações para a Análise de Política Externa.....	22
2.1. Construtivismo: os conceitos centrais.....	23
2.2. Construtivismo: uma base para compreensão de política externa.....	31
2.3. Política externa como Construção Social e Projeto Político e a relevância da interação dos atores, identidade e continuidade ontológica.....	38
2.4. Política Externa e Identidade: um foco estatal.....	42
3. Análise de Política Externa: trajetória e diálogos teóricos.....	47
3.1. O Subcampo de Análise de Política Externa: principais correntes e lacunas.....	48
3.2. Identidade e cultura: componentes cruciais na Análise de Política Externa.....	54
3.3. Construtivismo: uma contribuição para a Análise de Política Externa.....	59
3.4. Considerações e Contribuições.....	65
3.5. Considerações Finais.....	68
4. A política externa cultural e a (re)construção identitária da Alemanha.....	71
4.1. A Política Externa da República Federal da Alemanha pós-reunificação: diretrizes e linhas gerais.....	75
4.2. A História do DAAD.....	81
4.2.1. O DAAD no Brasil.....	88
4.3. Componentes analíticos e Contribuição do DAAD como ator da Política Externa Cultural Alemã.....	90
4.4. Principais perspectivas teóricas e temas abordados na análise da Política Externa Alemã no período pós-reunificação.....	100
4.5. Política Externa Cultural Alemã: possibilidades de análise e novos espaços de pesquisa para o subcampo de análise de política externa.....	108
5. Conclusão.....	115
6. Referências bibliográficas.....	128
6.1. Livros e artigos.....	128
6.2. Websites.....	134

Lista de Abreviações

AA – Auswärtiges Amt (Ministério das Relações Exteriores)

ABDI – Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial

AHK – Auslandshandelskammer - Câmara de Comércio e Indústria Brasil-Alemanha

APE – Análise de Política Externa

BMBF – Bundesministerium für Bildung und Forschung (Ministério Federal da Educação e Pesquisa)

BMU – Bundesministerium für Umwelt (Ministério do Meio Ambiente)

BMZ – Bundesministerium für wirtschaftliche Zusammenarbeit und Entwicklung (Ministério Federal para Cooperação econômica e Desenvolvimento)

DAAD – Deutscher Akademischer Austauschdienst (Serviço de Intercâmbio Acadêmico Alemão)

DFG – Deutsche Forschungsgemeinschaft (Fundação Alemã de Pesquisa)

DGAP – Deutsche Gesellschaft für Auswärtige Politik (Sociedade Alemã para Política Externa)

DWIH – Deutsches Wissenschafts- und Innovationshaus Casa Alemã de Ciência e Inovação

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

FhG – Fraunhofer-Gesellschaft (Sociedade Fraunhofer)

GIZ – Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (Sociedade para Cooperação Internacional)

HGF – Helmholtz-Gemeinschaft Deutscher Forschungszentren (Associação Helmholtz de Centros de Pesquisa Alemães)

MCTI – Ministério da Ciência e Tecnologia e Inovação

MPG – Max-Planck-Gesellschaft – (Sociedade Max Planck)

MRE – Ministério das Relações Exteriores

NAFTA – North American Free Trade Agreement (Tratado Norte-Americano de Livre Comércio)

ONU – Organização das Nações Unidas

OTAN – Organização do Tratado do Atlântico Norte

RDA – República Democrática Alemã

RFA – República Federal da Alemanha

UNESCO – Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura

1. Introdução

A aproximação com o tema escolhido para esta pesquisa é fruto do esforço de desvendar através das ferramentas analíticas que adquiri longo da minha formação parte das experiências que vivi ao longo da minha trajetória acadêmica e pessoal de estudos desde o início da graduação. Sendo assim, pensar em formas de aproximação de outros países no nível individual de formação de pessoas em outros países sempre foi algo que me intrigou. O interesse pela Alemanha como país que dissemina sua cultura era algo que já encantara meus olhos, no entanto, no período da graduação tive a oportunidade de concorrer em dois momentos distintos a bolsas de fomento aos estudos da língua alemã com cursos específicos e apoio financeiro de estadia neste país.

Nos processos seletivos, fui selecionada em momentos distintos, e recebi duas bolsas das duas maiores e mais representativas instituições consideradas como fundamentais na atuação ao Ministério das Relações Exteriores alemão no âmbito cultural de atuação internacional, o Serviço Alemão de Intercâmbio Acadêmico (DAAD) e o Instituto Goethe¹. Desta forma, parte da minha formação acadêmica aconteceu na Alemanha, onde tive a oportunidade de questionar, já em parte com as ferramentas obtidas através da graduação em Relações Internacionais, a minha condição de sujeito, neste período definido da minha formação acadêmica e profissional, sendo convidada e financiada para realizar parte desse processo na Alemanha.

No Brasil, tive a oportunidade de fazer parte de uma instituição representante do mesmo país, a Câmara de Comércio de Indústria Brasil-Alemanha, inicialmente na condição de estagiária e, após a conclusão da graduação como membro do quadro de funcionários, sendo assim, de diversas maneiras a minha aproximação com o meu objeto se deu, inicialmente, através de experiências pessoais, cujos questionamentos e inquietações subjetivos puderam encontrar caminho e forma através das escolhas acadêmicas que os transformaram em hipótese para pesquisa. Portanto, o interesse pelo tema vem das experiências subjetivas combinadas com as transformações causadas pela formação acadêmica, que permitiram a aquisição de ferramentas para buscar traduzir as inquietações que o encontro com a Alemanha provocou em mim.

¹ As instituições intermediárias são vinculadas ao Ministério das Relações Exteriores alemão e levam a cabo os projetos e diretrizes estabelecidas por este. Informações disponíveis em <https://www.auswaertiges-amt.de/de/aussepolitik/themen/kulturdiallog/wissenschaftshochschulen-node> visitado em 14/12/2017.

As inquietações pessoais são inicialmente traduzidas em duas grandes questões: “por que a área cultural não é abordada de forma consistente no subcampo de estudos de política externa?”; e “qual a relevância da política externa cultural nas relações internacionais?”. Essas duas questões permearam minha trajetória acadêmica até o momento culminando com a escolha do objeto de estudo aqui apresentado. Além disso, em momentos distintos chegamos ao questionamento da estrutura de poder que esse tipo de intervenção na formação dos indivíduos, suas formas de percepção e identificação enquanto sujeitos. Sendo assim, as formas de indagação aqui apresentadas permeiam a condição de sujeito inserido em uma estrutura de formação internamente em seu país de origem, com a intervenção de um agente externo, a partir de seu programa de política externa.

Desta maneira, a reflexão central que ordena esse trabalho é a relevância da política externa cultural para a relação entre os atores em questão, tendo em vista que, neste marco, estão presentes as formas de identificação próprias e estas são cruciais para o estabelecimento da relação com o outro, no âmbito das relações internacionais. O reconhecimento de que o desenvolvimento do subcampo de análise de política externa majoritariamente não dá espaço e voz ao tema da cultura e, também, da interação social foi um ponto de partida necessário, pois o objeto desta pesquisa não se enquadra nas grandes correntes teóricas que sustentam a maioria da produção científica da área. Os questionamentos que ordenam este estudo, sequer são considerados relevantes pelas correntes explicativas tradicionais. O desenvolvimento do subcampo de estudos de política externa fundamenta-se em dois pilares clássicos — fatores endógenos e exógenos. Ao analisar a consolidação e o crescimento do subcampo, no entanto, não foi possível observar espaço para abertura do espectro de análise de elementos culturais como integrante dos fatores endógenos. Nesse sentido, é justamente nesses espaços, e nessas lacunas que pretendemos atuar, visibilizar e discutir as implicações dessas ausências, que por exemplo, não dão conta de explicar a atuação da política cultural alemã.

Tendo por base a compreensão de que a noção de cultura está condicionada ao complexo de formas relacionais entre os membros de uma comunidade ou grupo que se identifica coletivamente, através de diversos mecanismos de identificação, que incluem o modo de agir, pensar e comunicar sua vida no coletivo. Construída pela interação entre os diversos atores na sociedade, envolve hábitos e habilidades adquiridas pelos sujeitos que conformam o perfil do agir, interpretar e comunicar destes em sociedade, evidentemente que

marcada temporal e espacialmente pelo processo de desenvolvimento histórico. A ela associam-se significados, simbolismos e formas de identificação que formam padrões de reconhecimento coletivo, e por assim ser, estão diretamente ligadas a identidade. A identidade conforma o conjunto de características que através dos mecanismos de identificação permite traçar a linha entre o “eu” e o “outro”, que confere a característica que define e diferencia a comunidade, na qual os sujeitos reconhecem-se. Deste modo, a identidade acaba por ser a consciência que se constrói de si, seja como indivíduo ou como coletividade, imbricada com algo próprio, mas que se constitui coletivamente e se materializa em comportamentos, ações e na linguagem.

Assim identidade e cultura são conceitos que interagem e contribuem para a compreensão de projetos de identificação coletivos, e na interação entre os atores, como parte do que será observado na presente pesquisa. No presente trabalho as categorias fundamentais para a percepção da forma organizativa interna e ao projeto de atuação externa referem-se a essas duas ideias. Observa-se que não há produção na área com desenvolvimento consistente de pesquisa que considere a cultura e elementos de formação identitária interna como cruciais para a análise de política externa. Buscamos, portanto, inicialmente, verificar o pano de fundo teórico capaz de lidar com essa estrutura conceitual aqui nomeada, e em seguida, apontar autores que buscaram em alguma medida, fazer esse movimento no subcampo de análise de política externa. Vale apontar que esta dissertação não se guia por determinismos *a priori*, e sim busca inserir novos elementos de investigação e perseguir perspectivas complementares para o campo das Relações Internacionais.

Desconsiderar os fatores internos de formação de ideias compartilhadas e formas de identificação do “eu” — da forma gerada pelos estudos de cunho psicanalítico ou aqueles preocupados com a natureza ontológica de seus sujeitos — gera perdas para a compreensão do sistema e de formas de inserção internacional. A constante relação de construção entre o eu e o outro, sobre a qual os estudos de política externa, em última instância, se debruçam, não são objeto de atenção, na maioria da produção do subcampo. Assim, um ponto de partida minoritário requer o reconhecimento de que a pesquisa pretende contribuir para abrir espaço e dar voz a determinados eixos de análise não comumente abordados pela produção acadêmica massiva. O estudo de caso utilizado para exemplificar a proposta consiste na reflexão crítica acerca da atuação do Serviço Alemão de Intercâmbio Acadêmico (DAAD), enquanto representante da política

externa cultural alemã, à luz dos conceitos de identidade, interação social, discurso, instituições e atores trabalhados pelo construtivismo.

Desta forma, no presente trabalho torna-se importante reconhecer e dar espaço às formas pelas quais os indivíduos, instituições e entidades formuladoras de políticas se reconhecem e constantemente se constroem na interação com outros atores. A condição de constante construção na relação entre o eu e o outro é compreendida aqui como ponto de partida para o estabelecimento, implementação e análise das políticas e projetos implementados. Nesse sentido, compreender a política externa sobre a ótica cultural e suas formas de identificação internamente são fundamentais para analisar o posicionamento, decisões e formulações dos atores no âmbito internacional.

A escolha do caso alemão como relevante para a ilustração e contribuição da análise aqui elaborada é decorrente da importância da política externa cultural informada pelos documentos oficiais básicos das instituições representantes do Estado alemão, o Ministério das Relações Exteriores, responsável em última instância pela implementação e formulação desta, além da proximidade subjetiva e profissional já aqui registradas. Assim, evidencia-se que o Estado alemão considera relevante evidenciar a cultura como elemento fundamental de sua política externa, bem como as instituições que levam a cabo essas políticas e projetos nos países parceiros, considerando os diversos processos de identificação como mecanismos de compartilhamento de redes de significados e estabilização das relações. Considerando aqui os preceitos e diversos rompimentos e mudanças que o Estado alemão enfrentou no século XX com relação aos seus sistemas de identificação e de formulação de política externa, a via cultural foi considerada a única que seria aceita pelo sistema internacional. A Alemanha passou por diversas restrições na sua política militar, de defesa, principalmente após o processo do nazismo, a partir do qual os mecanismos de identificação com as normas e preceitos compartilhados na estrutura internacional sofreram uma ruptura. As principais características que passaram a compor os elementos de construção interna da identidade alemã perpassam temas como a reintegração ocidental, o pacifismo, o antimilitarismo e seu foco econômico, desta forma, a via cultural se apresenta como um caminho, um meio através do qual a Alemanha consegue atingir os seus parceiros, e apresentar parte da sua identidade na estrutura internacional. Sendo assim, a via cultural para a Alemanha, se torna absolutamente importante, e fundamental na construção da sua política externa a fim de manter a sua continuidade ontológica e reconhecer-se enquanto cultura compartilhada internamente, e de estabelecer relações

estáveis com os seus parceiros, tendo em vista que as vias militares e econômicas não faziam mais parte do conjunto aceitável de atuação externa pelos atores internacionais.

O caminho percorrido para abordar o tema perpassou o trabalho de releitura dos principais autores da escola construtivista como grande teoria de análise do campo das Relações Internacionais, com foco nos autores que buscaram, de alguma maneira, trazer essa forma de “olhar” mundo para o subcampo de Análise de Política externa. Desta maneira, a discussão teórica visita esses trabalhos e reafirma o reconhecimento desta contribuição como fundamentação da análise aqui realizada. As categorias de análise foram estabelecidas buscando, em alguma medida, guiar o caminho percorrido pela proposta através do marco da produção de significados e da tradução das experiências pessoas que marcam o estopim para o presente estudo.

A análise do caso estudado se deu através da análise dos documentos oficiais disponibilizados pelo Ministério das Relações Exteriores alemão, bem como pelas instituições atuantes no Brasil, com a contribuição dos projetos e acordos. No caso da análise de determinados acordos. Inclui também, pela análise dos relatórios anuais de atuação das instituições alemãs trabalhadas, além de documentos alternativos que marcam os acontecimentos no período pós reunificação. Nesse sentido a coleta de dados acompanha o caminho percorrido pela principal instituição estudada aqui, o DAAD. O objetivo foi, portanto, verificar a atuação cultural e na parte acadêmica da Alemanha, sua estrutura institucional de atuação, e principais projetos que apresentam, a atuação do país em um país parceiro. As categorias teóricas aqui utilizadas servem como recurso para analisar, o mais próximo do real, os fatores apresentados pelos documentos, com o objetivo de construir uma análise crítica que fundamente indicações de possibilidades para as superações das lacunas identificadas no subcampo de análise de política externa.

Na apresentação deste trabalho a escolha foi pela divisão em três partes. A primeira consiste na apresentação da contribuição construtivista, no qual as normas e os fatores ideacionais, ou seja, não-materiais são cruciais para a análise do para o subcampo conferindo importância para a identidade e cultura como componentes cruciais na análise, trazendo ainda o fator linguístico como necessário para este tipo de abordagem. Em seguida, abre-se espaço para o subcampo de análise de política externa com seus principais eixos de desenvolvimento, trajetória e diálogos teóricos, com ênfase na evidência das principais correntes e lacunas. Nessa parte, o objetivo foi apresentar autores, que

em alguma medida, já fizeram esse movimento, e contribuíram para o subcampo da APE a partir das lentes construtivistas, e a partir desse movimento que apontamos como as lacunas apresentadas inicialmente, na construção do subcampo começam a ser visibilizadas e trabalhadas. Assim, pretende-se identificar como o objeto se insere em nossa grande área de estudos e a quais correntes de pensamento se filia, deste modo, identificar, também temas que não possuem visibilidade e ao apontá-los, incentivar estudos e análises que apresentem, problematizem e visibilizem estes temas até então desprezados com centrais em análises na grande área.

Pretendemos dialogar com a corrente de análise a qual se filia nosso estudo, o construtivismo no primeiro momento. Nesse esforço, apresentamos seguidamente o caminho desta corrente no subcampo de análise de política externa apresentando a contribuição de autores que se propõem a percorrer esse caminho. Portanto, o objetivo é apresentar o construtivismo como uma base para a compreensão da política externa, entendendo esta como uma construção social e um projeto político atribuindo importância a conceitos como interação social, instituições, linguagem, identidade e cultura. A partir dessa reflexão teórica adicionamos a chave de análise da segurança ontológica como ponte de observação do objeto escolhido, como estudo de caso, e a construção teórica até o momento.

O terceiro capítulo pretende apresentar o estudo de caso através da experiência alemã de atuação internacional através de sua política externa cultural com instituições vinculadas ao Ministério das Relações Exteriores, o DAAD. Considerando que esta foi uma pesquisa inspirada na vivência pessoal da autora, deve-se esclarecer que a mesma produzida no Brasil, portanto os reflexos dessas políticas no país em questão são levados em consideração. A apresentação da trajetória política por meio dos principais projetos e políticas implementados pela instituição teve sua temporalidade definida a partir da reunificação alemã. Isso porque este foi o marco considerado nos próprios documentos oficiais como um ponto de inflexão na formulação e implementação das políticas, consequentemente um ponto de inflexão na atuação da instituição pesquisada. Cabe salientar também, que o caso alemão é representativo, pois, como será abordado brevemente em momento oportuno, a via cultural se torna a via mais importante para o Estado alemão, tendo em vista todas as mudanças e rupturas que vivenciou ao longo de sua história. Dessa maneira, a análise da política externa cultural alemã é feita levando em consideração a construção teórica elaborada na etapa anterior dando ênfase na (re)construção identitária

aproveitando as reflexões a partir da contribuição da continuidade ontológica oriundo das teorias relevantes no âmbito da segurança a partir do período supracitado.

Assim, trabalhamos o DAAD como principal ator da política externa cultural, levando em consideração sua atuação mundial, e conferindo importância, em específico, na atuação no Brasil após a reunificação alemã. Portanto, a última etapa desse trabalho, a partir do pano de fundo teórico, cujas chaves foram tomadas como ponto de partida para a compreensão do estudo de caso, tem por objetivo problematizar a hipótese através da observação da atuação de uma instituição de política externa no âmbito internacional. As principais perspectivas teóricas e temas abordados na política externa alemã foram visitados como maneira de novamente introduzir os espaços e ausências da análise de política externa e, principalmente, mostrar a que veio este trabalho, dando espaço e voz às comuns carências e ausências para temas como a cultura.

As categorias-base do estudo são a análise de política externa, cultura, identidade, interação social, atores, instituições, e segurança ontológica. Assim, considerando o caminho a ser percorrido pelo presente trabalho e as categorias que guiam esse diálogo, pretende-se apresentar a cultura e a identidade como temas relevantes e cruciais para o subcampo de análise de política externa. Estes temas são fundamentais como componentes da análise que busca alcançar e dar interpretações acerca dos espaços não incorporados pelos pilares explicativos clássicos do subcampo. Como já sinalizado, desconsiderar os fatores internos de formação identitária e culturais de ideias compartilhadas e formas de identificação do “eu” e do “outro” culmina em perdas para a compreensão da política externa e seus diversos meios de atuação. Desconsiderar a interação social é, à luz da ótica construtivista, insuficiente para a análise de política externa, tendo em vista que, esta trata justamente da constante relação de construção entre dessas categorias e mecanismos de identificação no âmbito interno em constante construção com a inserção internacional na chave da interação.

Sendo esta uma pesquisa produzida no IRI da PUC-Rio torna-se importante reconhecer que a subjetividade da autora, no desenvolvimento dos estudos, deve ser considerada como componente do e para o trabalho. Assim, foi possível reconhecer que os questionamentos e inquietações vividos, cujo resultado é esta dissertação, está imbricado com estudos e interpretações do sistema internacional e suas relações entre atores, as quais em diversos níveis atingem as vidas dos indivíduos em diversos locais do mundo. Isso se materializa através de programas específicos de política externa realizados através de uma

rede de instituições que atuam mundialmente, o qual é o ponto empírico de nossa reflexão. Contribuir com o subcampo de análise de política externa apontando espaços que ainda possuem carências para abordagem e análise é, em última instância, o objetivo aqui pretendido, sem a pretensão de esgotar a temática, tem-se como centro destacar a necessidade de abrir espaços e incentivar esse tipo de análise e observação, que entendemos responderá melhor a necessidade de maior qualidade e abrangência nas relações externas entre sujeitos em âmbito mundial.

Portanto, o que se pretende com essa dissertação é contribuir com o subcampo de análise de política externa trazendo elementos para observação, que não são considerando cruciais pelas correntes de maior relevância na produção acadêmica da área de Relações Internacionais. Considerando essa lacuna, o trabalho se propõe além de apontar esses espaços, considerados falhas, tornar-se um espaço de produção que leve em consideração esses temas através das chaves analíticas aqui propostas. Assim, o objetivo é contribuir com o debate acerca do alargamento do subcampo de análise de política externa, para que este abarque temas tão fundamentais quanto a cultura e a identidade, reconhecendo-os como fundamentos centrais e imprescindíveis para o subcampo.

A hipótese aqui trabalhada consiste na reflexão acerca das ausências apresentadas pelas abordagens clássicas do subcampo de análise de política externa em torno dos temas identitários, para as quais conceitos como identidade e cultura são fundamentais no ímpeto de adentrar esses espaços e produzir análises a partir dessa fronteira. O marco da contribuição de conceitos de identidade e cultura para o subcampo consiste nas formas de identificação do “eu” e do “outro”, e a partir daí, de compreender como os atores se relacionam e constroem essas referências compartilhadas mutuamente no cenário internacional. Sendo essas as premissas aqui estabelecidas, observaremos o caso alemão de política externa, para o qual os termos culturais são absolutamente fundamentais no seu posicionamento externo. A Alemanha após os acontecimentos do pós-45 teve que optar pela via cultural e educacional como formas de expressão externa na medida em que foram os caminhos escolhidos como forma de manter seu *self* ininterrupto, forma de institucionalizar sua continuidade ontológica (re)produzindo os diversos mecanismos de identificação através da política externa, que abordaremos através das lentes construtivistas. Cabe registrar que ao final desta reflexão sistematizada, que propiciou aprofundar os estudos, mais do que concluir e finalizar síntese estrutural como que cerrando uma porta, o que se processou foi a abertura de janelas para novas reflexões que

pretendemos trilhar para maior aproximação teórica com a temática e melhor condição de inserção no mundo do trabalho vinculado às Relações Internacionais.

2. A Contribuição do Construtivismo e suas derivações para a Análise de Política Externa

As produções acadêmicas na área das Relações Internacionais tinham como principal base de fundamentação as interpretações marcadas por formulações oriundas das suas teorias tradicionais, a saber, o Realismo e o Idealismo², que posteriormente abrem espaço para mais contribuições e diretrizes teóricas. Tais proposições ganham espaço após a Primeira Guerra Mundial principalmente a partir de autores anglo-saxões³. Nas produções realistas são privilegiados os aspectos materiais das relações de poder havendo pouca ou nenhuma relevância sobre os elementos relacionados à cultura, a identidade e as ideias. Na contramão desta tendência, após o período da Guerra Fria, começam a ganhar espaço as elaborações baseadas no construtivismo, que considera o mundo como socialmente construído. Nesta proposta de análise busca-se enfatizar os aspectos relacionados à fatores ideacionais/não materiais como a cultura e à identidade presentes no processo de construção social dos interesses dos Estados, e consequentemente de suas políticas internacionais, instituições e indivíduos. Assim, as propostas construtivistas vão ao encontro das construções cientificistas baseadas em eventos isolados como método seguido por um período da APE, que será visto na próxima sessão desse trabalho, e buscam compreender o processo mais amplo de formação interna e como esse se relaciona com o exterior. A política externa deixa de ser uma ferramenta de ação do Estado e passa a ser entendida como um processo social e político, e não como resultado da análise de acúmulo de dados de eventos isolados, que acumulava evidências e fornecia generalizações acerca do comportamento das unidades e suas políticas externas. Portanto, aqui observaremos brevemente as diretrizes teóricas construtivistas e a aplicação desses enquanto movimento que visa enfatizar o alargamento do subcampo de política externa inserindo itens como a cultura e a identidade como fundamentais na análise.

Segundo Ole Wæver (2004, p. 21-22), não há acordo sequer dentre as diretrizes teóricas sob qual o enfoque deve ser dado para cultura e identidade de modo que informe uma teoria geral sobre a política internacional. Segundo Katzenstein (1996):

² CARR, E.H. *Vinte anos de crise: 1919-1939*. 2.ed. Brasília: UNB, 2001.

³ Por exemplo Woodrow Wilson, Edward Carr e Hedley Bull.

the term culture as a broad label that denotes collective models of nation-state authority or identity, carried by custom or law. Culture refers to both a set of evaluative standards (such as norms and values) and a set of cognitive standards (such as rules and models) that define what social actors exist in a system, how they operate, and how they relate to one another. (KATZENSTEIN, 1996, p. 4)

O foco principal, aqui, torna-se apresentar uma forma possível para que os *se/ves*,⁴ considerados mecanismo de produção e reprodução de identidade como condição de identificação, sejam trabalhados e analisados nas bases de estudo da política externa cultural. Portanto, o objetivo neste capítulo é apresentar as bases do construtivismo, como estruturante da análise aqui proposta. Em seguida, observaremos como alguns autores trabalham a análise de política externa à luz dos conceitos construtivistas e como essas abordagens auxiliam a ideia aqui desenvolvida. Portanto, nesse momento estabelecemos o ponto de relação entre os atores trabalhados anteriormente que observam a política externa partindo da ótica construtivista com foco nas relações sociais.

2.1. Construtivismo: os conceitos centrais

O construtivismo alcança destaque na área das Relações Internacionais a partir dos anos de 1980 e 1990 sendo ferramenta de análise que vai ao encontro das abordagens teóricas tradicionais baseadas fundamentalmente na posse/controle de recursos materiais⁵, que não foram capazes através de sua estrutura explicativa de justificar o fim da Guerra Fria. Tal corrente, portanto, destaca aspectos ligados à cultura e a identidade, partindo da premissa do componente social continuamente construído do que é observado, possibilitando considerar fenômenos geralmente não contemplados pelas abordagens tradicionais, sendo considerado aqui a análise a partir desses dois conceitos como a forma de não se basear em mecanismos materialistas. Neste estudo, a proposta é analisar os mecanismos pelos quais a política externa cultural constitui-se como espaço e

⁴ Diversos autores tratam a questão do *self* enquanto identidade e forma de reconhecimento próprio e a partir da diferença, dentre eles salientamos Todorov (1992) e Weaver (1992).

⁵ Neste momento, pretendemos estabelecer o diálogo com a corrente construtivista de análise, na medida em que a presente pesquisa filia-se à diretrizes apresentadas. Assim, nos ateremos em brevemente dissertar acerca das proposições mais generalistas do campo, e informar, em seguida, as principais contribuições dos autores aqui utilizados. A escolha dos autores é referenciada nas contribuições dos mesmos que em alguma medida estabeleçam pontos de intersecção com o tema aqui abordado, que presume uma linha que perpassa os temas do construtivismo, política externa, cultura e identidade. Nesse sentido, os autores em alguma medida com suas contribuições auxiliam a fundamentar a hipótese aqui pretendida.

elemento analítico para a compreensão dos processos sociais e projetos políticos ligados à constante produção, reprodução e negociação de identidades entre os diversos atores no plano internacional, ou seja, mecanismos não-materiais. Sendo assim, o emprego da perspectiva construtivista se coloca como opção mais adequada para análise, que buscará considerar ação da política externa cultural alemã, seus atores e discursos legitimados. Passamos a partir deste ponto a abordar conceitos elaborados pela proposta construtivista a fim de apresentar as bases teóricas e as ferramentas, nas quais esta hipótese se fundamenta.

O construtivismo corresponde à corrente de pensamento na qual se compreende que a realidade é construída socialmente de forma intersubjetiva, ou seja, através da relação entre os sujeitos a partir da sua interação e observável. Nesse sentido, o ponto de partida é a crítica ao caráter materialista das correntes dominantes, dando ênfase às identidades e interesses como variáveis fundamentais para a formulação política. Os principais autores que estabeleceram as discussões iniciais partindo da premissa sociológica da constituição da estrutura e dos atores foram Alexander Wendt, Friedrich Kratochwil e Nicholas Onuf, que ainda que partam das mesmas premissas ontológicas, produzem o conhecimento de maneiras distintas. Zehfuss (2001) afirma que o construtivismo não corresponde a uma teoria, mas a uma proposta de interpretação/compreensão. Desta maneira é possível identificar variadas abordagens vinculadas à esta corrente de pensamento que, não estabelece conceitos homogêneos e permite uma variedade de enfoques e vertentes. Nessa medida, buscamos aqui prosseguir na mesma linha, com a premissa ontológica construtivista na análise e percepção das políticas, identidades e decisões dos atores em questão, cujo eixo central é constituído pela importância das ideias, valores, identidades e interesses numa contínua construção. Adler (1999: 205) define o construtivismo como “a perspectiva segundo a qual o mundo material forma e é formado pela ação e interação humana dependente de interpretações normativas e epistêmicas dinâmicas do mundo material”. Neste caminho não se considera os elementos materiais como responsáveis exclusivos pela configuração da política internacional. Nesta perspectiva ganha destaque a incidência de fatores identitários e culturais no processo de construção social. A partir da publicação do artigo de Alexander Wendt denominado “Anarchy is What States Make of It” (1992), o construtivismo alcança maior difusão no âmbito das elaborações teóricas do campo das Relações Internacionais. Além deste texto a publicação da obra “Social Theory of International Politics” (1999), deste mesmo

autor, se estabelece como uma das principais referências para este tipo de interpretação nas Relações Internacionais.

A abordagem construtivista de um modo geral não negligencia as determinações/aspectos/fatores materiais para a definição dos interesses, porém busca intercalar a tais determinações o papel fundamental das ideias⁶. Ao criticar o neorrealismo de Waltz, por exemplo, Wendt (1999) elege a distribuição e a composição das capacidades materiais e os recursos geográficos e naturais como fontes fundamentais à organização dos interesses. A resposta construtivista buscará demonstrar que questões como os interesses são influenciados pelo conteúdo das ideias e das subjetividades construídas. Isto implica em considerar que as “ideias constituem a base material do sistema” (Gomes, 2014, p. 17). Neste sentido é possível perceber que as ideias constituem o principal elemento para a análise da política internacional, apesar de os aspectos materiais serem também considerados como elementos importantes para a elaboração da política externa. Assim percebemos que o construtivismo busca explicar como as ideias influenciam na construção das identidades, que por fim influem nos interesses.

Conforme destaca Gomes (2014, p. 17), o próprio Wendt (1999) apresenta sua abordagem como uma “versão ‘moderada’ de construtivismo” uma vez que busca apresentar uma análise não baseada no idealismo (neste caso consideraria que apenas as ideias importam) e nem no materialismo (aqui os fatores materiais são suficientes para explicar a realidade). Ao contrário disso, para Wendt (1999, p. 1) a realidade social se constrói pela interação dos agentes sociais em um processo dinâmico que se estabelece principalmente através das ideias compartilhadas pelos sujeitos em questão. Compreende-se desta maneira que as determinações/forças materiais não são as únicas responsáveis pela estruturação da realidade. Aqui se percebe que as ideias e as normas interferem diretamente na configuração da realidade e também dos sujeitos envolvidos no processo de interação, e assim, é através deste processo que se estabelecem as identidades e os interesses.

Os autores, nesse sentido, partilham a compreensão de que as forças materiais não estabelecem, sozinhas, a sociedade, tendo os agentes/sujeitos sociais um papel de maior relevância na construção da estrutura social a partir de seus vínculos de identidade com o contexto social/nacional/internacional mais

⁶ Cabe ressaltar que o presente estudo não se propõe a esgotar a discussão acerca da corrente construtivista, também não se propõe a apresentar todas suas vertentes e contribuições teóricas. A escolha de autores nesse momento contribui para construir o caminho aqui traçado, que visa alcançar a contribuição construtivista de autores que produzem no subcampo de APE, e não prender-se na estruturação teórica da dissertação ao temas tradicionais de discussão construtivista.

amplo. Os temas considerados centrais no construtivismo, que para nós, nesse momento, fazem-se relevantes tópicos de explicação para dar prosseguimento ao objeto aqui pretendido são: a relação agente e estrutura, as instituições, a identidade, e o discurso. Pretendemos a seguir apresentar sucintamente as linhas gerais de compreensão desses temas para a corrente do construtivismo, para que em seguida, possamos nos aprofundar neles com a ótica da política externa.

Sobre a relação agente-estrutura ocorre o entendimento de que não há predominância entre agente ou estrutura, como é comum de observar em outros modelos de interpretação da realidade. A perspectiva construtivista compreende que tanto a estrutura quanto o agente influenciam-se de maneira recíproca, sem que haja primazia ou precedência ontológica de um sobre o outro (Nogueira & Messari, 2005, p. 166-167). Se, ocorre um movimento de construção contínua existe também a possibilidade de mudança, pois agente e estrutura influenciam-se de forma mútua permanentemente. Logo, se percebe que no construtivismo a estrutura é fruto do processo de interação dos sujeitos sociais, dos agentes (Giddens, 1977). A estrutura, portanto, é definida como fenômeno social e cultural composto pelas ideias coletivas. É o elemento com competência de atribuir a função dos agentes no plano no sistema internacional.

As instituições são compreendidas partir de Onuf e Wendt como instâncias definidas pelas regras criadas pelos agentes. Elas sofrem limitação da estrutura assumindo a forma possível naquele determinado contexto. Ao mesmo tempo as instituições interferem diretamente nas identidades numa relação de mútua implicação e com o poder inclusive para modificar os interesses. As instituições precisam ser reificadas e assimiladas como elementos próprios e imprescindíveis àquela determinada formação, são muitas vezes, portanto, naturalizadas politicamente e assumidas coletivamente como fenômeno necessário. Para Wendt (1992, p. 432) a institucionalização é um processo de internalização de novas identidades e novos interesses, não algo acontecendo fora destes e afetando somente o comportamento. Assim, as instituições correspondem aos entendimentos coletivos que fornecem aos sujeitos as respostas sobre como deve ser realizada determinada ação, indicando de que maneira devem utilizar suas capacidades. Segundo Adler (1999, p. 205) a compreensão construtivista demonstra que as instituições de um sistema social são estabelecidas através dos entendimentos coletivos. Este autor afirma que as instituições devem ser constantemente reificadas a fim de que com o passar do tempo se tornem consolidadas pela consciência humana, o que fornece à tais instituições o entendimento de que são imprescindíveis, principalmente por tornarem-se

elementos de autoidentificação, ou seja, uma continuidade do *self* coletivo. Esse tipo de definição e análise construtivista será fundamental para a análise empírica aqui proposta.

Sobre as identidades é importante considerar que para o construtivismo estas se estabelecem por atuação das normas e também das crenças partilhadas pelos sujeitos sociais. Assim, não são elementos pré-determinados, mas estabelecidas através das ideias carregadas pelos agentes sociais em processos contínuos de interação. Logo, podem assumir variadas formas. Para Wendt (1992) as identidades constituem os interesses. Para Katzenstein (1996, p. 4), as identidades podem ser entendidas como concepções de nação e Estado, como um processo político de algo que é construído internamente e projetado internacionalmente. Para Berger (1996) a identidade perpassa questões de segurança e o propósito estatal. Para Deutsch (1957) a identidade é relativa à expectativas e projeto político. A identidade de um agente é definida sempre a partir da relação deste com os demais, ou seja, uma condição mútua e coletiva, sua constituição é fortemente influenciada pela estrutura, cabendo assinalar que aquela também atua sobre esta. Um conceito importante para a análise construtivista nas Relações Internacionais é o de identidade coletiva, que se expressa pela forte identificação entre o “eu” internamente – tornando-se “nós” –, uma vez ocorre o compartilhamento de interesses e valores comuns de diversas maneiras, assim como uma memória coletiva. Conceito de identidade coletiva se destaca na análise apresentada pelo foco aqui pretendido, de estabelecer os segmentos dos estudos de política externa e as identidades⁷. Para Anderson (1983) o conceito está intimamente ligado ao nacionalismo. Nesse momento é importante ressaltar que há posicionamentos críticos com relação ao conceito de identidade coletiva, pois pode ser considerado vago, no entanto, pode ser conectado a diversos significados e construções sociais e políticas, assim como argumentam Giesen e Seyfert (2016, p. 111) “Collective identity is an empty signifier but not a completely blank space: it is a field of fuzzy meanings surrounded by a secretive aura that constantly produces disruptive and engaging public debates.”

Acerca do discurso destacamos que para Onuf (1998a) o discurso é subsidiário das regras sendo equiparado em importância às ações uma vez que

⁷ Zehfuss (2001) critica os três principais autores construtivistas e suas construções acerca do tema da identidade (Alexander Wendt, Nicholas Onuf e Friedrich Kratochwil), informando, principalmente na definição de Wendt que em determinados momentos está pode ser responsável pelo desmonte de sua teoria.

têm a potencialidade de alterar a realidade social, sendo considerado de forma mais geral como atos de fala. O discurso desta forma adquire centralidade nas elaborações deste autor o que não é uma unanimidade nas produções construtivistas, pois em Wendt o discurso não encontra este mesmo destaque. Milliken (1999, p. 229), a partir da lente discursiva, enfatiza como a linguagem é produtora da realidade, na medida em que os atos de fala e os discursos são compreendidos como atos políticos e ferramentas de construção identitárias, pertencentes à estrutura e aos agentes. Deste modo, o discurso torna-se fundamental para parte dos autores que se vinculam às diretrizes construtivistas de produção do conhecimento, pois envolvem escolhas diretas dos atores de pertencimento e de produção constante da realidade através dos atos de fala. O componente produtivo da realidade tem importância nesta análise, tendo em vista que a produção de um discurso constante acerca de uma identidade coletiva, permite que a identificação e o sentimento de pertencimento sejam possíveis para determinados de agentes/atores.

Apresentados os conceitos fundamentais cabe destacar que os construtivistas buscam explicações a partir do debate entre materialismo e idealismo. Neste caminho Wendt, por exemplo, observa que ambas as interpretações informam a centralidade de suas análises em aspectos unilaterais, exclusivamente, ligada aos fatores materiais na primeira proposta e às ideias naquela última. Tais abordagens desconsideram, portanto, que “o sentido do poder e o conteúdo dos interesses são, em grande parte, função de ideias” (Wendt, 1999, p. 22) uma vez que muitas estratégias políticas são determinadas pelas ideias compartilhadas por sujeitos sociais em determinado contexto. Em suma, pelas maneiras coletivas de interpretação da estrutura em contínua produção e reprodução em função da interação com os agentes.

No construtivismo as ideias assumem um papel de destaque, contudo isso não significa a negação do mundo externo ao pensamento, das causas materiais. O construtivismo clássico de Wendt busca estabelecer uma via do meio entre o materialismo e idealismo, e não considerado tão radical se comparado à contínua produção da diretriz de análise. Nesta posição para que o mundo material seja conhecido a proposta construtivista vê a linguagem como o elemento primordial. Neste caminho, os sujeitos sociais vão interpretar os acontecimentos, mediante o significado social atribuído ao mesmo pelos sujeitos a partir de sua interação mediada pelo discurso. Através do discurso será estabelecido o significado a ser compartilhado pelos sujeitos vinculados à mesma identidade. Percebemos, pois, que o significado é socialmente construído (Onuf, 1989). Assim a configuração da

política internacional será determinada pelas ideias predominantes em determinado contexto compartilhado socialmente.

A observação da realidade social e sua interpretação pelos agentes não assume uma perspectiva de passividade, externa ou distanciada aos sujeitos, os processos presentes no mundo material ocorrerão e terão sua interpretação marcadas pelas ideias compartilhadas pelos agentes, o mundo não modifica por determinações fixas, ele é socialmente construído pela interação dos sujeitos, que através da linguagem estabelecem interesses. Concluimos, pois que no construtivismo predomina o entendimento que o mundo é constantemente construído pelo agente em contínua interação com a estrutura, na qual ele está inserido, sendo esta relação também será decisiva para o conhecimento da realidade, pois é também através dela que se colocam os significados pela condição produtiva dos atos de fala.

As considerações realizadas sobre o construtivismo nos mostram que a cultura, aqui entendida como conjunto de significados coletivos e partilhados por um determinado grupo de atores, é fundamental para a compreensão da realidade, funcionando como meio de interpretação desta. São os dados culturais que conferem significado a ações implementadas e significados partilhados pelos sujeitos (Suppo; Lessa, 2012, p. 38). Como parte do processo de interação, a cultura é mutável, está em constante movimento e se estabelece a partir do tipo de interação experimentado pelos sujeitos. Pode seguir três tendências principais: hobbesiana, cultura construída com base na desconfiança entre os sujeitos; lockiana, cultura estabelecida a partir da desconfiança e a kantiana, baseada na colaboração (Suppo; Lessa, 2012, p. 39). A cultura, portanto, configura-se como instrumento definidor dos interesses, influenciando a política de segurança adotada pelos Estados, por exemplo. Neste caminho o poder dos Estados advém das ideias e da socialização cultural, ou seja, da maneira pela qual estes atores optam por externar suas políticas.

A interação é outro elemento que merece destaque quando falamos em construtivismo. Wendt (1999, p. 249) identificou dois tipos de interação entre os agentes: interação comportamental e interação retórica. A primeira equivale aos atos de cooperação repetidos, aqueles capazes melhorar a relação entre os agentes, pois atingem as identidades. A segunda também promoverá alterações nas identidades, contudo isto se dará por variados canais de interlocução. Este modelo de interação pressupõe o compartilhamento de significado pelos agentes que a partir do discurso e de elementos da cultura atuarão sobre as ideias e interesses. Segundo Adler (2005), a interação depende da dinâmica normativa e

das interpretações epistêmicas o mundo material, que é construído pela ação humana. Para Checkel (2008), o processo de interação entre agentes (indivíduos, Estados e atores não-estatais) e as estruturas é responsável pela construção social do mundo, num processo de mútua constituição. Tais apontamentos nos mostram a importância da interação na formação de identidades coletivas. A interação tem o papel de viabilizar o acesso/realização/ dos interesses, além de sustentar a reiteração e a reprodução das identidades.

O Construtivismo é, portanto, uma corrente de pensamento que possibilita uma abordagem de mediação entre o idealismo e o materialismo por considerar que a realidade que têm uma base material é constituída por determinação das ideias e das formas pelas quais os fenômenos são interpretados. Neste sentido, o sistema internacional será definido pela relação entre as forças materiais e as ideias partilhadas pelos agentes através de sua interação, havendo a preponderância destas em relação àquelas.

Nesta proposta, as ideias são o elemento fundamental para compreender a definição das identidades e dos interesses dos agentes. A análise construtivista é realizada a partir de variados elementos como salientado, e esta perspectiva busca compreender a estrutura internacional considerando aspectos pouco abordados por outras linhas de análise como, por exemplo, a cultura. O construtivismo não é uma corrente caracterizada por produzir conceitos homogêneos, ao contrário disso sua utilização se dá em variadas vertentes, o que não se altera nesta proposta, que parte do entendimento de que as relações internacionais se desenvolvem por meio da relação entre agentes, atores e as formas pelas quais optam por interagir com outros atores em determinada estrutura, produzindo, reproduzindo e alterando continuamente suas identidades. Assim, sujeitos e estrutura internacional estão em constante modificação por um processo de mútua influência em um movimento que determina os rumos da política internacional implementada pelos agentes. Partindo, portanto, da filiação à ontologia construtivista, o comportamento dos atores e suas formulações de política externa são sumariamente produzidas a partir de fatores ideacionais. A relevância das ideias partilhadas pelos atores contidos em uma estrutura é crucial para a compreensão da via dupla da análise aqui proposta, fundamentada na condição de que as ideias são constituídas pela estrutura e constitutivas da estrutura, sujeita, portanto, a constante mudança, produção e reprodução.

2.2. Construtivismo: uma base para compreensão de política externa

Após percorrer o caminho que fundamenta a filiação ontológica que guia a discussão aqui proposta, buscaremos compreender de quais formas o construtivismo é utilizado como ferramenta teórica para a compreensão da política externa. Como esta forma de compreender o mundo e os fenômenos pode fornecer ferramentas para compreender a política externa à luz dos conceitos de identidade e interação social. Inicialmente, compreenderemos como autores utilizaram o construtivismo para a análise de política externa. Segundo Houghton (2007) a contribuição do construtivismo para o subcampo de análise de política externa é crucial, pois alimenta-o de novas ferramentas para o reconstruir, para que possam ser estabelecidas novas fronteiras de análise na área. Na mesma linha de contribuição, Kubalkova (2001) argumenta que o estudo das relações internacionais pela via da política externa envolve comunicações complicadas entre Estados e seus agentes, somada a suas percepções e percepções errôneas, formas de ver o mundo, expectativas e interesses, imagens de outros Estados e as disposições pessoais de todos os envolvidos. Sendo assim, o intercruzamento das diretrizes construtivistas e o subcampo de análise de política externa gera um espaço profícuo de análise, que apresenta uma base com condições distintas para a compreensão da política externa.

Roxanne Doty (1993), inspirada pelas diretrizes construtivistas de análise, busca compreender e problematizar a política externa partindo do foco discursivo, inferindo que o subcampo de análise de política externa foi pouco afetado pelos fortuitos das teorias críticas do campo das Relações Internacionais. Doty aponta que as análises baseadas no construtivismo permitem que as questões acerca dos fenômenos sejam elaboradas não buscando apenas uma razão ou propósito, mas abrem espaço para compreender o processo, atentando para as práticas sociais e discursivas que geram significados e identificação para os atores envolvidos.⁸ Nesse sentido, o objetivo torna-se compreender as formas pelas quais os significados são produzidos e atribuídos aos objetos e sujeitos sociais na chave interpretativa. Este esforço crítico permite discutir, partindo de disposições interpretativas, como determinadas práticas sociais são possíveis em ambientes tratados como socialmente construídos, nos quais os atores sociais e suas

⁸ Roxanne Doty será trabalhada nesse momento, pois apresenta de modo próximo ao aqui proposto. Utiliza as diretrizes e conceitos principais já aqui apresentados nas bases construtivistas para abordar temas da política externa, e analisa a própria alteração deste enquanto campo e disciplina, a partir dessas lentes.

relações com a estrutura para qual estão dispostos são levadas em consideração. Assim, Doty (1993) aponta em sua pesquisa para os espaços frutíferos para o subcampo de análise de política externa, compreendendo-a como um elemento social, um processo socialmente construído, que envolve atores e a estrutura na qual estão inseridos produzindo e reproduzindo significados constantemente.

Ao trazer os elementos sociais para a investigação da política externa abre-se espaço para adicionar mais elementos à problemática de análise partindo de uma posição mais crítica na compreensão dos fatores, sem tomá-los como fixamente dados. Desta forma, a análise de poder é compreendida como a capacidade de produção de significados e identidades subjetivas de forma interrelacionada, produzindo um espectro de condutas aceitáveis dentro da estrutura (Doty, 1993, p. 299). Doty enfatiza a importância da abordagem e análise a partir das práticas discursivas, fundamentais para obter uma análise mais abrangente. A condição de análise é o compartilhamento de interpretações acerca dos fenômenos, a partir das identidades intersubjetivas partilhadas na mesma estrutura de significados, construídos através da interação. Doty (1993, p. 302) considera a linguagem como crucial devido ao seu caráter de natureza produtiva, de modo que condiciona a atmosfera de possibilidade de criação dos sujeitos, objetos e suas interações e interpretações, que geram as formas de percepção e contínua construção da realidade. Assim, a autora disserta acerca do conceito de intertextualidade, que é utilizado como condição de poder:

hence the notion of intertextuality, i.e., a complex and infinitely expanding web of possible meanings. That meaning does often appear to be fixed and decidable rather than an infinite play of signifiers is indicative of the workings of power. This presents us with a radically new conception of power which is inherent in the linguistic practices by which agents are constructed and become articulated within particular discourses (Doty, 1993, p. 302).

Nesse sentido, a linguagem e a capacidade de inscrição de significados na realidade é referida como uma condição de poder, que constitui os sujeitos e as formas compartilhadas por estes de interpretar determinados fenômenos na realidade. As práticas discursivas, portanto, são consideradas eixo fundamental para a análise, pois tornam-se elementos que constroem e articulam identidades. Partindo dessa reflexão, a análise de política externa ganha novos lastros, alargando seu escopo de investigação ao considerar a condição produtiva da linguagem e das práticas discursivas. Os formuladores de políticas produzem, em um espaço discursivo, determinados significados e interpretações, de modo a condicionar padrões de compreensão e produção de realidade para os sujeitos

inseridos em tal estrutura. Deste modo, a concepção do que é abarcado como o estudo de política externa é alargada sob esta ótica, considerando as práticas discursivas, que em suma, gestam as condições de possibilidade para a produção da realidade. E assim, para que seja produzida, reproduzida e mantida através de práticas autorizadas pela estrutura de significados referente.

O sistema de significados que está contido na estrutura discursiva no âmbito maior da linguagem dá o contorno das interpretações possíveis, cuja materialidade é realizada através dos atos de fala. Nesse sentido, a formulação da política externa, cuja materialidade é produzida através dos discursos, atos de fala, deve fazer sentido para o sistema de significado que está inserida, com práticas aceitas pela realidade, que é interpretada de maneira coletiva entre os agentes. Cabe ressaltar que o processo de construção dos sistemas de significação, da estrutura de interpretação é contínuo e simultâneo, assim como as identidades dos sujeitos e seus comportamentos sempre abertos aos desafios das mudanças. Assim como é fundamental perceber que a rede de intertextualidade é complexa e variada, entre atores e agentes diversos e sempre implicada, enfatizando a interação. As práticas de poder, segundo Doty (1993, p. 314), estão na condição de determinados atores de enquadrarem as possibilidades interpretativas dentro de um sistema de significados, criando interpretações possíveis, por exemplo, na naturalização de determinados assuntos entre instituições ou parceiros no sistema internacional.

Por fim, à luz das elaborações e estudos provocados a partir das proposições de Doty, há espaço para a observação ampliada do estudo de política externa de forma crítica, como uma prática discursiva sendo constantemente criada, com sujeitos similares criando o “nós” e em constante interação com os “outros”. A observação aqui parte da premissa ontológica da construção social da realidade, na qual os sistemas de significação são cruciais para a compreensão dos processos de identificação coletivos, que permitem determinadas interpretações acerca da realidade feitas através dos atos de fala.

Dando continuidade às abordagens de análise de política externa que partem das premissas ontológicas construtivistas em sua base de produção do conhecimento, Jutta Weldes (1996) se propõe a discutir e desafiar o conceito tão fundamental nas Relações Internacionais, o de interesse nacional, à luz dos preceitos construtivistas e como estes dão conta de observar as ações dos Estados e atores na estrutura internacional. Ao partir de um conceito tão basal para as correntes clássicas de análise, sua crítica propõe a reconceitualização do

interesse nacional partindo de premissas ontológicas distintas, baseadas na construção social da realidade.

Ainda considerando este conceito como crucial para compreender a política internacional, pois é dado como linguagem base e estrutura de significação que orienta a ação estatal no subcampo do estudo de política externa, ao analisá-lo a autora destaca que este possui representações distintas para o subcampo de política externa (Weldes, 1996, p. 276). Inicialmente, este é compreendido como uma base para ação das instituições estatais, no entanto, também possui a função de dispositivo retórico, o qual confere legitimidade política para a ação estatal através de qualquer sujeito ou ação dentro de seu escopo possível. Desta maneira, o conceito de interesse nacional é fundamental para a análise de política externa, para além da posição importante que já ocupa na política internacional de um modo mais amplo, é a linguagem que determina ações neste subcampo. Ao propor uma “reconceituação” desse conceito, ou desafiar a forma como é interpretado pelas correntes clássicas, a autora reitera a relevância da linguagem como condição básica de interpretação dos fenômenos inserida na premissa ontológica de construção social da realidade.

Assim, antes da ação se concretizar, há um processo de interpretação que situa os atores em sua estrutura e escopo de significação, que informa a situação e como responder a ela, tendo em vista que pressupõe um compartilhamento de linguagem e do sistema de interpretação. O conteúdo do interesse nacional, portanto, emerge de um processo de representação através do qual os formuladores de política externa fazem com que o contexto internacional seja articulado e compreendido de forma considerada homogênea pelo “nós” (Weldes, 1996, p. 277). A compreensão da realidade como construída socialmente parte da noção de que há entendimentos e significados compartilhados entre os atores, que permitem assimilar o interesse nacional como um objeto significativo e fruto das interpretações coletivas, as quais traduzem e permitem as ações do ator, além de funcionar como uma ferramenta retórica discursiva de legitimidade.

A contribuição inicial de Wendt (1992) acerca dos significados coletivos que constituem as estruturas que organizam a ação dos atores aportam a intersubjetividade que constitui a estrutura de identidade e interesse dos mesmos. Os atores tomam suas decisões baseados nos significados constituídos de forma compartilhadas na estrutura intersubjetiva, que confere o escopo das possibilidades interpretativas aceitáveis para os contextos por ela determinados. Alargar o escopo dessa compreensão para o subcampo de análise de política externa exige que a ação tenha uma compreensão compartilhada pelos atores

envolvidos, para além apenas da definição dos objetivos, mas também para as representações criadas coletivamente que identificam a condição de identificação interna. Nesse sentido, os formuladores de política externa são também responsáveis por criar as representações de identificação coletiva dos indivíduos, fundamental para a compreensão do que representa o “nós”, ou seja, quais representações partilhadas consistem da identidade, que estão em contínua formação e mudança (Weldes, 1996:280). Nessa configuração de representações, as definições compartilhadas informam da mesma maneira o que é compreendido como externo, diferente, “outro”, ameaça ou o que não deve ser protegido, por não ter identificação direta com o “self”, com a identidade coletiva informada pelo interesse nacional.

Outro fator relevante é que as representações partilhadas são cruciais para a definição das relações entre os atores na estrutura. Assim, as condições informadas por essa estrutura argumentativa de representações coletivas para a visão de mundo, partindo das premissas ontológicas construtivistas, providenciam os interesses nacionais, tendo em vista que as identidades são bases formadoras dos interesses. Os interesses, portanto, seguem as identidades dos atores em questão e dos objetos representados nas relações. Cria-se, então, descrições e possibilidades definidas de assimilação da situação pelos atores envolvidos, elemento e condição que se tornam fundamentais para a definição do interesse nacional, que emerge da representação das identidades coletivas e da relação construída pelos atores em questão. O processo de construção do interesse nacional, portanto, para Weldes (1996) perpassa a formas de representação, através das quais os significados são criados. A representação que os atores criam de si mesmos e dos outros em cada situação é fundamental para a definição do que é o interesse nacional. As disposições interpretativas são elementos-chave para os sujeitos, na medida em que estas determinam os tipos de relações que serão constituídas.

Os processos que criam e fixam as identidades através da cultura e dos recursos linguísticos estabelecem cadeias de articulações de conotações de forma associada entre os indivíduos que compartilham as mesmas estruturas sociais (Weldes, 1996, p. 284). Portanto, a cultura é uma modalidade interpretativa coletiva a fim de dar sentido a realidade, que ocorre através de recursos linguísticos combinados para produzir interpretações específicas de acordo com o contexto, no qual estão inseridas. O fato de ser interpretada coletivamente confere uma naturalidade aparente, tendo em vista que a cadeia de associações estabelecida entre os elementos linguísticos a compreensão da política externa

deve construída social e historicamente contingente. Vale ressaltar que esse tipo de articulação associativa sempre pode ser questionado e alterado, pois é fruto da construção social de criação de significados, sendo a linguagem o seu meio de produção, portanto, sempre sujeito ao desafio da mudança.

Outra característica fundamental desse processo é a interpelação dos sujeitos (Weldes, 1996, p. 287), através da qual os indivíduos em sua estrutura compartilhada de significados identificam-se com as representações, de modo a reificá-las, pois reconhecem tal estrutura e em seu cotidiano as naturalizam. Nesse sentido, há uma via de mão dupla, na qual os sujeitos reforçam e reificam a estrutura de pensamento que corrobora o interesse nacional, o tornando legítimo e aceito. Essa característica é uma face da relação entre agente e estrutura, condição básica para compreensão dos processos sociais que são base da análise aqui proposta.

O esforço crítico elaborado por Jutta Weldes (1996) de reconceituar a ideia de interesse nacional à luz das diretrizes construtivistas envolve a articulação de elementos linguísticos e a interpelação dos sujeitos, que na prática fazem com que o interesse nacional seja assimilado como um consenso, como uma interpretação comum, aceitável e legítima por aqueles que partilham a mesma estrutura. Assim, o entendimento particular do interesse nacional se torna senso comum na medida em que ele define, de forma bem-sucedida, o espectro de interpretações possíveis e legítimas para os sujeitos inseridos nesse contexto. De modo que, as representações particulares do interesse nacional são reificadas, naturalizadas por assim dizer e constantemente reproduzidas pelos sujeitos interpelados. Essa condição pode se tornar absolutamente crucial sob a ótica ideológica, pois as representações estabelecidas pelos limites do interesse nacional podem se tornar um horizonte de ações que são tomadas como naturais pelos sujeitos. A eficácia dos processos de articulação dos significados e elementos linguísticos tornam as interpretações particulares em coletivas. Também o processo de interpelação dos sujeitos que transforma o interesse nacional em senso comum a partir da identificação com o “nós” e a diferenciação do “outro” confere a condição de visão de mundo através das representações do interesse nacional (Weldes, 1996, p. 303).

A contribuição das diretrizes construtivistas de análise para um conceito tão basal das Relações Internacionais e da política internacional, como o interesse nacional, é trazer uma característica crítica para esta observação, pois defini-lo como “real” e imutável não permite debate político e remove a condição crítica de análise, pois a condição básica de todos os elementos de análise é a sujeição à

mudança. Nesse sentido, há sempre interpretações interessadas ou particulares que devem ser levadas em consideração, e podem conter relações de poder na medida em que são capazes de estabelecer as interpretações consensuais entre os atores envolvidos.

Ole Wæver (2004) disserta acerca da importância do discurso para a construção da identidade, e como os mecanismos de identificação interna criam conceitos que permitem legitimar ações e criar estruturas como por exemplo, a nação, e fundamentar a atuação internacional dos atores. As principais formas de definição de identidades criam narrativas que buscam a estabilidade (Wæver, 2004, p. 33). O autor enfatiza que ainda se faz necessário o estudo sistemático baseado em teorias que sejam capazes de abarcar o tema da política externa assentado na identidade. Informa que ainda há espaço para novas perspectivas e falta explorar os significados da identidade e como essa pode ser força motriz para esse tipo de análise. Wæver (2004) reitera que discursos são fonte do entendimento coletivo, que possuem a capacidade produtiva de tornar políticas possíveis, além de funcionar para os atores como um sistema de organização do conhecimento partindo de conceitos-chave de identificação. Há diversos níveis de sedimentação do discurso na estrutura, e o objetivo das ferramentas linguísticas é manter o discurso o mais estável possível ao longo do tempo, a fim de que os atores possam se identificar de forma naturalizada pelo ambiente, e que possam reproduzir essas identidades sedimentadas. O fator que modifica os níveis de sedimentação desse discurso é a resiliência com relação à mudança e a capacidade de inserir novos conceitos ou de reformular significados socialmente construídos (Wæver, 2004, p. 36).

Portanto, a política identitária é uma construção simbólica discursiva fundamental para a compreensão de como os atores optam por inserirem-se no sistema internacional, através da interação e da disputa de significados. Nesse sentido, o que permite a dinâmica da política internacional é a capacidade de articulação de novos componentes do *self*, e de novos conceitos nos significados de composição identitária, que gerem reprodução sempre localizado na interação dos atores. Da mesma forma, a estabilidade do sistema depende da estabilidade dos discursos e dos significados.

2.3. Política externa como Construção Social e Projeto Político e a relevância da interação dos atores, identidade e continuidade ontológica

Nesta sessão pretendemos apresentar como estes autores estudam, abordam e problematizam o tema da política externa à luz da fundamentação teórica construtivista, com foco especial na noção da construção social da realidade através dos atos de fala e da interação entre atores e destes com a estrutura, partindo da perspectiva interpretativa/representativa. Nesse momento, estabelecemos já as bases de análise para a contribuição aqui proposta, que aborda a construção da política externa enquanto mecanismo de identificação/diferenciação entre o “eu” e o “outro” através de seus atores, instituições, interações e atos de fala. Segundo Onuf, os atos consistem nos atos de fala⁹ ou nas ações físicas que criam o mundo na interrelação entre atores e sociedade, agente e estrutura. Através desses atos é que os agentes fazem do mundo material “uma realidade social para si mesmos como seres humanos” (Onuf, 1998, p. 64) A contribuição para a análise está na base compartilhada do sistema de representações e de identificação coletiva fazendo parte do processo contínuo de construção da realidade, dos sujeitos, objetos, estrutura, identidades, interesses e práticas discursivas com significados atribuídos a estes. O foco de buscar como os esses processos ocorrem é o diferencial da contribuição construtivista, que prima pelos processos e práticas, não apenas nas razões pelas quais os fenômenos ocorrem.

De acordo com essa lógica, a formulação e a recepção das declarações de política externa dependem do sistema de representação da sociedade para dar sentido à realidade, que por fim, autoriza certas possibilidades de ação e posicionamento. Além do sistema de representação, através do qual os significados são constantemente criados e reproduzidos autorizando determinadas práticas, as cadeias de conexões e associações estabelecidas por elementos linguísticos socialmente construídos e historicamente contingentes são cruciais para a análise em questão. Portanto, o mesmo processo funciona para a legitimidade, que integra a construção do interesse nacional. Assim, política externa ser entendida como senso comum, ou seja, aceitável pelos atores

⁹ Não se pretende nessa seção esgotar ou aprofundar-se nos itens linguísticos da contribuição construtivista, principalmente por julgar que esse tipo de abordagem abarcaria um estudo somente conectado a isso. Portanto, reconhece-se a contribuição de J. Austin (1975) e J. Searle (1969) para a abordagem linguística aplicada na corrente construtivista, porém não fará parte da análise aqui proposta.

inseridos nessa estrutura, é um dos resultados do processo de uma construção dominante da rede de significados e cadeias associativas que conferem legitimidade e garantem a estabilidade das identidades, construídas nas bases de conceitos fundamentados na noção da coletividade identificada, através dos discursos.

Levando em consideração as reflexões até aqui apresentadas, no diálogo com os fundamentos do construtivismo e o subcampo da Política Externa, cabe traçar a linha que pretendemos seguir a partir dessa base. Buscaremos abarcar nesta sessão o conceito de segurança ontológica (Mitzen, 2006, p. 341), ou seja, a segurança do *self*, e trabalhar esse conceito como a busca dos atores com o objetivo de manterem-se seguros, não apenas na sua condição física ou econômica, mas na condição existencial de identificação e cumprimento de papéis sociais, e como está ótica pode ajudar a compreender a discussão aqui proposta.

As vertentes de estudos que abordam a segurança ontológica do *self* (Kinnvall & Mitzen, 2016, p. 1) são derivadas da grande área de estudos de segurança informados pelos insights fundamentados nas linhas de pesquisa pós-positivistas. Partimos aqui da premissa estabelecida por Catarina Kinnvall e Jennifer Mitzen (2016) que a relação entre identidade e segurança torna-se crucial para a compreensão da política internacional. Esse tema é apresentado pelas autoras como resultado de debates diversos acerca do conceito de segurança ontológica. Este conceito refere-se à segurança do *self* (Kinnvall & Mitzen, 2016, p. 2), enfatizando a subjetividade compreendida de forma coletiva e compartilhada no entendimento dos sujeitos, conferindo importância a necessidades dos sujeitos políticos de manterem a noção de continuidade biográfica. Desta forma, elementos variados que compõem a identidade e os elementos de identificação dos indivíduos são entendidos como componentes da segurança ontológica.

Esse conceito é baseado no estudo de Anthony Giddens (1991), que informa que todos os atores sociais precisam de um senso estável e compartilhado de identificação, ou seja, de elementos de continuidade do *self*, para que possam ter a noção e o reconhecimento da própria agência. Assim, a segurança ontológica dos indivíduos compreende a noção de continuidade biográfica de forma compartilhada e reconhecida na sua interação com o outro. A segurança ontológica, por conseguinte, é ameaçada quando as relações e os entendimentos compartilhados são desestabilizados, que pode gerar ansiedade, paralisia ou violência (Kinnvall & Mitzen, 2016, p. 2), nesse sentido, torna-se fundamental como conceito para problematização da política internacional, ou seja, com menos enfoque na sobrevivência física. A componente identitária é um aspecto basal

nesta análise, pois além de ser o elemento de identificação partilhado entre os indivíduos, ela permite as relações sociais, as trocas, que são consideradas os meios coletivos através dos quais o senso de continuidade é reproduzido.

Para as autoras, o conceito de segurança ontológica é crucial para a compreensão da política internacional, pois além de relocalizar a discussão acerca da segurança para além dos limites dos estudos tradicionais da área nas Relações Internacionais, abarca as noções sociais como necessárias para a continuidade e identificação do *self*. Sendo assim, partindo dessa referência a construção da segurança ontológica se configura como uma extensão da política externa, na medida em que se apresenta como um condicionante da (re)produção e estabilização das identidades enquanto processo social. A referência de que as subjetividades e diversas formas de identificação do *self*, compreendido de uma maneira estável, são produzidas e reproduzidas através de rotinas sociais, são importantes para a proposta deste trabalho. Este tipo de dinâmica de entendimento da segurança cumpre papel constitutivo nas relações de cooperação, possivelmente contribuindo para a durabilidade das mesmas (Kinnvall & Mitzen, 2016, p. 3).

Portanto, o conceito de segurança ontológica torna-se produtivo no sentido de tecer novas considerações acerca do tema da segurança considerando aspectos sociológicos e psicológicos na discussão. O componente identitário, ou seja, as formas de auto-reconhecimento e afirmação, o *self*, e sua estabilização como fator de segurança subjetiva coletiva é o elemento de intersecção com o tema aqui proposto. O esforço de articular a segurança ontológica e o conceito de identidade pode trazer resultados políticos interessantes na medida em que apresenta a dinâmica de reprodução das relações sociais entre os sujeitos que estão inseridos na mesma estrutura, e como se projetam internacionalmente. Tendo em vista que a subjetividade política é constituída socialmente e possui diversos efeitos na política internacional, como já visto na sessão anterior. Como explicitam as autoras “A focus on ontological security puts the emphasis on what goes into the stories or narratives we tell ourselves about ourselves and our relations to others.” (Kinnvall & Mitzen, 2016, p. 3).

Nesse sentido, a segurança ontológica está fortemente ligada aos conceitos de identidade através da linguagem, e do discurso. Pode-se dizer que este tipo de abordagem extrapola as diretrizes propostas na sessão anterior, pois pode basear-se nas percepções e emoções, para as quais não demos espaço até o momento. O objetivo da presente hipótese é ater-se no componente de identificação coletiva que se torna fundamental para a estabilização do *self*, ou

seja, de que modo sujeitos são construídos socialmente e discursivamente em posições coletivas de identificação que geram ações concretas que produzam e reproduzam essa dinâmica. E mais adiante veremos como a política externa pode se tornar um viés de confirmação da abordagem desse conjunto de conceitos na ótica aqui proposta. Sendo assim, a contribuição acerca da continuidade ontológica como apresentado é fundamental para trabalhar os conceitos de identidade e cultura na política externa, a partir das lacunas salientadas no início desse trabalho acerca do subcampo de APE.

A principal maneira de se atingir a segurança ontológica é através da rotina dos elementos das relações sociais, pelas quais os atores envolvidos tornam-se conectados, identificados e a reproduzem. Mitzen (2006, p. 351) extrapola o conceito de segurança ontológica como explicado até o momento do nível dos indivíduos para o nível estatal. Nesse sentido, os estados, enquanto atores, também buscam a segurança ontológica de diversas maneiras, seja na rotina de suas políticas interna ou externamente ou discursivamente a fim de produzir e reproduzir os componentes de identificação internos e externos. Neste aspecto se mantém a necessidade de continuidade biográfica através do tempo, ainda que constantemente sujeito à mudança, e esta é uma condição que traz a noção de segurança, a continuidade identitária ou dos *selves*. A principal maneira dos atores relacionarem-se com a estrutura é através da sua capacidade de agência, e esta requer uma identidade minimamente estável, a fim de que estes possam estabelecer algum tipo de conexão entre meios e fins, com o objetivo poder criar um imaginário aceitável de expectativas (Mitzen, 2006). O cenário total de incertezas gera insegurança, portanto, os atores precisam se sentir seguros com relação à estrutura que estão inseridos, através de rotinas e segurança no âmbito comportamental e cognitiva, no que tange às condições de compartilhamento. Cabe ressaltar que para a configuração de segurança ontológica a formação e sustentação da identidade é realizada através das relações sociais.

A segurança ontológica é, desta forma, crucial na medida em que os observamos como seres sociais com necessidades coletivas de estabilidade necessitam criar rotinas nas suas relações com “outros” significantes para compreender-se como agentes inseridos na estrutura que os cerca, o que para esta reflexão, é assimilado como a contribuição. A estabilidade das relações sociais é fundamental para compreender a estrutura de funcionamento da segurança ontológica, seja ela cooperativa ou conflituosa desde que o entendimento coletivo seja relativamente estável e compartilhado, ainda que

constantemente exposto ao desafio da mudança. Segurança ontológica, liga-se, portanto ao entendimento próprio do ator sobre ele mesmo, o qual possa ser sustentado ao longo do tempo e fundamente a capacidade de agência do mesmo. O principal aspecto é o sustento das ações ao longo do tempo, na medida em que os atores se sintam seguros e identificados. Nesse sentido, a relação entre identidade e ação é co-constitutiva, pois a formação e reprodução de identidade é uma construção dinâmica. A partir desse processo as ações são dirigidas e por fim, sustentam a identidade.

2.4. Política Externa e Identidade: um foco estatal

A partir desse momento propomos aumentar o escopo de análise das identidades e da segurança ontológica para além dos indivíduos e pensar em como o Estado, entendido aqui como diversos grupos de atores que buscam se posicionar no sistema internacional, se comporta na busca pela rotina nas ações e capacidade de agência com outros atores de acordo com seus fins. Nesse sentido, assumimos que os Estados buscam segurança ontológica, tornando essa ferramenta teórica a chave produtiva da presente proposta. A busca por uma rotina nas ações, prioritariamente na troca com os “outros” relevantes e significativos, é fundamental para a compreensão da segurança ontológica levada a este nível de análise. A condição de estabilidade nesse sentido é definida por formas de intervenção e posicionamento na estrutura internacional, que se apresenta na forma pela qual os atores e suas identidades são produzidas e reproduzidas nesta esfera.

Compreender, desta maneira, o âmbito internacional como a esfera na qual os atores inserem-se e portam-se de acordo com suas identidades, e com o objetivo de manterem as relações previsíveis e, portanto, seguras, é retomar o componente central da política externa. Este componente é crucial para o entendimento de como os Estados optam por se inserir na estrutura internacional de acordo com suas identidades, ou seja, como configura-se sua agência no sistema internacional de forma coerente com as identificações próprias e com seus fins, definindo, para tanto, quais rotinas são priorizadas. Pode-se compreender também o Estado que busca segurança ontológica a fim de garantir a sobrevivência de seus grupos e indivíduos, de preservar sua identidade, seus interesses nacionais através da sua política externa. Nesta mesma linha de problematização da política externa, cabe ressaltar que as instituições estatais buscam projetar imagens compartilhadas internamente pelos seus componentes

no âmbito internacional, como uma maneira de criar rotinas no âmbito internacional.

A principal forma de análise da política exterior passa a ser, portanto, focada em eventos isolados e no comportamento de cada unidade. Nesse sentido, a política externa é vista como uma ferramenta de influência nas relações interestatais. Este movimento cientificista para o subcampo da análise de política externa consistiu no fortalecimento do processo de formulação da política nestas bases, que perpassava a coleção de dados a partir da análise de eventos específicos, com o objetivo de gerar e acumular evidências empíricas que fornecessem generalizações acerca do comportamento das unidades e suas políticas externas, culminando com a política externa comparada¹⁰ (Rosenau, 1966). Uma tentativa de criar modelos científicos que explicassem a política externa ainda sobre o paradigma sistêmico.

Entretanto, esta reorientação teórica e metodológica da APE em bases behavioristas não gerou ganhos de previsibilidade como imaginado pelas condicionantes cientificistas, perdendo a credibilidade enquanto teoria geral com metodologia agregada, por não gerar resultados verificáveis empiricamente como esperados. Diante desse descontentamento, alguns questionamentos a essa metodologia e fundamentação teórica se seguiram, e nesse momento, os estudos voltam-se de fato, para o processo decisório. Esse movimento desafia as premissas realistas tradicionais do Estado como ator unitário e busca compreender sua estrutura burocrática, instâncias deliberativas e processos decisórios de formulação da política externa, abrindo-se, portanto, a “caixa preta do Estado” (Alden & Aran, 2012). A partir dessa orientação, o foco não é mais compreender e prever os resultados das interações entre os Estados, e sim compreender o processo decisório das burocracias estatais e a agência humana na análise de política externa (Allison, 1969; Jervis, 2006).

Esta virada dá os sinais de que a APE tem em seu desenvolvimento como subcampo um questionamento ao realismo clássico, visto que em seu caminho por consolidação como disciplina, modifica o objeto de estudo buscando entender os motivos internos, vários, que levam a tomada de decisões dos Estados. O debate “fatores internos” versus “fatores externos” toma fôlego e dinamiza os estudos em APE acrescentando novas abordagens e possibilidades de acréscimo de outras variáveis como cultura e identidade que abordaremos no decorrer desta,

¹⁰ Esse movimento será abordado de forma mais aprofundada na próxima sessão, no entanto, faz-se necessária sua breve menção nesse momento para compreender a instrumentalização da política externa em determinados contextos.

para embasar argumento dentro das unidades específicas que analisaremos como objetos desta dissertação. Estados enquanto atores que buscam a segurança ontológica, para tal buscam portarem-se no sistema internacional a partir de suas identidades e criando relações rotinizadas e estáveis com os “outros” relevantes, nesse sentido, torna-se importante promover um comportamento aceitável e previsível.

A premissa sociológica aqui deve ser enfatizada, na medida em que partimos dos pressupostos de que os Estados são atores que se relacionam no sistema internacional de acordo com suas identidades e seus interesses nacionais, e os produzem e reproduzem na medida em que se encontram com os “outros”. A busca da segurança ontológica estatal está inserida neste estudo analítico, pois é através da política externa que esse tipo de observação é aqui proposta, e torna-se possível compreender padrões de ação de base sociológica no comportamento estatal, ainda que existam alterações contínuas, nas identidades, porém o nível mais amplo de ação, por exemplo da formulação da política externa tende a se manter homogêneo em um ambiente seguro.

Portanto, utilizar a ferramenta da segurança ontológica como condição para analisar a política internacional, com base na política externa e no comportamento dos Estados pela busca da estabilidade nas relações com os “outros” pode ser produtiva e trazer abordagens distintas para o subcampo de análise de política externa. Considerando que a mudança é sempre um fator relevante nas análises fundamentadas nas linhas construtivistas, não se pode negligenciar que a política internacional busca a estabilidade e tendências homeostáticas, ainda que através de diversos processos sociais distintos. Assim, a mudança, nada mais é do que o interrompimento de determinadas tendências processuais.

Revisitando o caminho aqui percorrido, buscamos compreender como os Estados buscam operar através de rotinas, a fim de estabilizar as relações, produzindo e reproduzindo constantemente suas identidades através das relações e do comportamento no âmbito internacional. A opção pelas premissas construtivistas se dá para apontar a direção da reflexão para a sua componente sociológica, e como ela pode ser elucidativa para a produção e problematização do subcampo de política externa. Nesse sentido, utilizamos a chave teórica da segurança ontológica para fornecer um espaço de questionamento da inserção internacional dos Estados, através da busca de estabilidade nas formas de rotina e de envolvimento dos atores, que se utilizam dessas ferramentas.

A condição relacional da formação das identidades, como aqui proposta, permite um olhar mais crítico e possivelmente mais amplo acerca das análises da

dinâmica internacional, que pode gerar implicações práticas políticas relevantes a partir desse tipo de reflexão. Nossa intenção não é negligenciar totalmente os fatores materiais que são relevantes para a análise de política externa, porém buscamos enfatizar essa área, que possui menos espaço no subcampo, no entanto, pode levar à reflexões interessantes, produtivas e escassas na mesma.

Reiterando aqui a questão central que ordena essa reflexão, buscamos compreender como a política externa cultural é relevante para as relações internacionais e para a relação entre os atores no âmbito internacional. Como esse tipo de política pode ser considerada relevante num âmbito cooperativo, pois nela estão contidas as formas de identificação próprias e por si só consistem numa forma importante de se relacionar com outros atores, no marco das relações internacionais.

Considerando o desenvolvimento do subcampo de estudos de política externa salientamos que este se fundamenta em dois pilares, cujas análises baseiam-se em fatores endógenos e exógenos respectivamente, que influenciam a tomada de decisões dos formuladores. Ao analisar a consolidação e o crescimento do subcampo, no entanto, não foi possível observar espaço para abertura do espectro de análise de elementos culturais como integrante dos fatores endógenos, relevantes para a partir da ótica construtivista.

Observa-se que não há produção em larga escala na área com desenvolvimento consistente de pesquisa que considere a cultura e elementos de formação identitária interna como cruciais para a análise de política externa. Desconsiderar os fatores internos de formação de ideias compartilhadas e formas de identificação do “eu” gera perdas para a compreensão do sistema e de formas de inserção internacional. A constante relação de construção entre eu e o outro, sobre a qual os estudos de política externa, em última instância, se debruçam, não são objeto de atenção, na maioria da produção do subcampo. Portanto, apresentamos aqui na subseção anterior, contribuições partindo das linhas construtivistas de análise de política externa que trabalham esses *gaps* apontados por esta reflexão.

O caso alemão é relevante na contribuição da análise de política externa feita nesta pesquisa pois a importância da política externa cultural é informada nos documentos oficiais fundamentais, combinada com a estrutura criada pelo Estado para a implementação e formulação desta última. Nesse sentido, evidencia-se que a Alemanha, como Estado, considera importante a cultura como elemento fundamental de sua política, assim como leva em consideração as diversas formas

de identificação e identidades nos seus processos de formulação de política externa.

Para, além disso, a presença alemã nos países-parceiros através de instituições representantes de seus ideais e cumpridoras de seus projetos e políticas enquadram-se neste espectro mais amplo de sua política externa, e mais específica da política cultural como formas de estabilização das relações. Assim, com o objetivo de descartar a instabilidade e ausência de expectativas seguras no cenário internacional que vão de encontro às identidades do ator, a política externa cultural pode constar como uma configuração da segurança ontológica, na medida em que apresenta imagens do *self* projetado e constantemente construído, além de tecer políticas concretas de estabilização das relações inserida na agência internacional.

Buscaremos através de um exemplo prático empírico compreender a análise aqui proposta. Para isso, escolhemos abordar o caso alemão de política externa cultural através do DAAD, a agência federal de fomento ao intercâmbio acadêmico, e analisar como a atuação dessa instituição pode ser compreendida à luz da premissa construtivista de análise de política externa e como uma componente da segurança ontológica. No entanto, em seguida apresentaremos a forma de constituição do subcampo de análise de política externa à luz do pano de fundo teórico aqui apresentado. Com esta sessão buscamos apresentar o pano de fundo teórico que fundamenta a discussão aqui proposta, e apresentar os caminhos a serem seguidos pela presente análise, na hipótese de como os conceitos de cultura e identidade são fundamentais para a produção da política externa, e se apresentam como ferramentas para produzir a partir das lacunas explicativas deste subcampo. Na próxima sessão, abordaremos o subcampo de análise de política externa, seu desenvolvimento e principais temas à luz da ótica construtivista, construindo o início da conurbação entre o pano de fundo teórico, o tema proposto e a realidade prática com a qual se refere e se constrói.

3. Análise de Política Externa: trajetória e diálogos teóricos

Neste capítulo, primeiro objetiva-se apresentar e localizar teoricamente o objeto mais amplo de estudo da presente pesquisa, visando construir um quadro analítico e teórico acerca do tema geral da política externa. Assim, pretende-se apresentar o quadro geral teórico de discussão acerca da formação do subcampo específico de estudo da Análise de Política Externa (APE) na área de Relações Internacionais, a fim de indicar com quais proposições teóricas dialoga o objeto específico do trabalho, dando maior sustentação à análise. Um dos focos da APE se materializa no estudo das ações de política externa realizadas não só pelo Estado como unidade identitária e representação política, mas também pela ação realizada por órgãos particulares fora da burocracia estatal, numa noção ampla de sujeitos e atores que agem junto ao Estado e identificados com este, ainda que tenham base operacional fora do território. Há outros fatores, além dos apontados como determinantes dentro da análise clássica, para as decisões de ação que, aliados, apontam as estratégias de inserção internacional de determinado Estado, dentre os quais destacamos a interação social entre atores, ideias compartilhadas, cultura, identidade e linguagem, conceitos abordados ao longo desse trabalho. Nesse ínterim que apresentamos as lacunas de análise dos eixos tradicionais do campo e informamos as lacunas, sendo assim, a partir da identificação dessas as analisaremos com os conceitos e diretrizes construtivistas trabalhadas na sessão anterior para o estudo de caso.

O construtivismo, compreendido aqui como forma de interpretação da realidade nos apresenta as ferramentas para analisar a política externa e verificar as lacunas e ausências que não permitem uma análise que abarque temas como a cultura e a identidade no seu escopo de trabalho. Neste sentido o sistema internacional será definido pela relação de interação entre atores inseridos em suas estruturas de significado com interesses e identidades específicos. Com este pano de fundo, retomamos a hipótese aqui apresentada acerca da reflexão central que ordena a análise. Abordar a política externa à luz dos conceitos aqui brevemente apresentados, que fundamentam a diretriz construtivista como atores, agentes, estrutura, Estado, instituições é um movimento necessário a fim de compreender esse tipo de formulação política como uma expressão de uma das facetas da produção identitária em constante formação a partir da interação com o outro e da linguagem.

Nesta proposta as ideias são o elemento fundamental para compreender a definição das identidades e dos interesses dos agentes. A análise construtivista é realizada a partir de variados elementos como discurso, identidade, anarquia, entre outros como já descrito, na sessão anterior que apresentamos a forma como o construtivismo é utilizado pelos autores relevantes para essa pesquisa. A perspectiva construtivista, como já apresentado, busca compreender a estrutura internacional considerando aspectos pouco abordados por linhas de análise como não tradicionais, por exemplo, a cultura. O construtivismo não é uma corrente caracterizada por produzir conceitos homogêneos, ao contrário disso sua utilização ocorre através de variadas vertentes. O que não se altera nesta proposta envolve principalmente o entendimento de que as relações internacionais se desenvolvem através da relação entre agentes, os Estados, que pela atividade de interação, formam e alteram mutuamente sua identidade. Assim sujeitos e estrutura internacional estão em constante modificação por um processo de mútua influência em um movimento que determina os rumos da política internacional implementada pelos agentes.

3.1. O Subcampo de Análise de Política Externa: principais correntes e lacunas

O desenvolvimento do subcampo de estudos de política externa fundamenta-se em dois pilares, cujas análises baseiam-se em fatores endógenos e exógenos respectivamente, que influenciam a tomada de decisões dos formuladores. Ao analisar a consolidação e o crescimento do subcampo, no entanto, não foi possível observar espaço para abertura do espectro de análise de elementos culturais como integrante dos fatores endógenos. Observa-se que a produção na área com desenvolvimento consistente de pesquisa não considera a cultura e elementos de formação identitária interna como cruciais para a análise de política externa. Desconsiderar os fatores internos de formação de ideias compartilhadas e formas de identificação do “eu” gera perdas para a compreensão do sistema e de formas de inserção internacional (Inayatullah & Blaney, 1996). A constante relação de construção entre eu e o outro, sobre a qual os estudos de política externa, em última instância, se debruçam, não são objeto de atenção, na maioria da produção do subcampo.

Os movimentos de abordagem da política externa partindo dos fatores endógenos foram alargados para abarcar também as compreensões internas de identificação próprias, considerado crucial para sua análise. As formas pelas quais

os indivíduos, instituições e entidades formuladoras se reconhecem e constantemente se constroem são cruciais para estabelecer as relações com os fatores exógenos, portanto com os outros atores na relação. Essa condição de constante relação e construção do “eu” e do “outro” é ponto de partida para a formulação, estabelecimento e implementação das políticas e projetos externos. Nesse sentido, compreender a política externa sobre a ótica cultural e suas formas de identificação internamente é fundamental para analisar o posicionamento, decisões e formulações dos atores. Houve produção acadêmica nesse sentido, de abrir para os fatores endógenos, no entanto, ainda sem o foco principal em fatores centralmente localizados na cultura, sendo esses Katzenstein (1996) e Keohane (1988). Esses autores abriram espaço para análises, cujo eixo central fundamentava-se nas razões internas aos Estados para a análise de política externa, nesse sentido, sua contribuição é muito relevante, no entanto, ainda não tem o enfoque aqui proposto, a partir da identificação desta lacuna, na qual a cultural deve ocupar esse espaço.

A questão da inserção externa dos atores apresenta-se como eixo fundamental para a compreensão das relações internacionais, envolvendo diversos aspectos de análise relevantes para o entendimento das dinâmicas que corroboram o *internacional* como *locus* de configuração da política. Assim, um panorama acerca do subcampo da APE pretende respaldar e situar o questionamento inicial que guiará a dissertação, assim como apresentar os autores com os quais dialoga. Objetiva-se, portanto, apontar os axiomas e trajetórias teóricas e metodológicas das abordagens tradicionais acerca do conhecimento produzido ao longo do desenvolvimento do subcampo, assim como, situar o estudo no campo das Relações Internacionais de forma mais geral. Vale, contudo, ressaltar que não há consenso entre as abordagens teóricas sobre a “política externa” (Hill, 2003). Para além de fundamentar teoricamente o percurso de construção do questionamento inicial, este panorama pretende apontar e justificar de que maneira a corrente construtivista permite abordar a temática da identidade no âmbito da política externa, e traçar o recorte aqui pretendido. Este estudo privilegia esta corrente de análise, pois considera que esse tipo de abordagem tem condições explicativas condizentes com os conceitos e categorias propostos como fundamentais na análise do objeto.

A análise de política externa (APE) surge como o estudo da conduta e prática das relações entre os diferentes atores, principalmente Estados, no sistema internacional (Alden & Aran, 2012). Para o surgimento desse subcampo, o principal tema que guia a produção insere-se no processo decisório, ou seja,

sua formulação e implementação, com a compreensão de ser uma ferramenta para alcançar com eficiência seus objetivos (Carlsnaes, 2002). Ou seja, a emergência deste subcampo de estudo está intimamente ligada à necessidade de criar um conhecimento normatizado e aplicável para a formulação de políticas em âmbito internacional.

Há duas orientações principais que ordenam o surgimento do subcampo de análise de política externa. A primeira está conectada à sua condição como espaço acadêmico ligado ao respaldo de implementação de políticas públicas, porém com especificidades, pois mesmo em sua aplicação e desenvolvimento por órgãos particulares, haveria orientação política institucional ligada ao aparato governamental, segundo o que apontaremos no presente estudo, buscando pinçar no processo de criação do subcampo sua abertura para análises fora da tradição realista. Nessa linha de produção acadêmica, começaram as contribuições acerca dos mecanismos de identificação internos, ou seja, de que modo o discurso de produção do “eu” seria justificado internamente. Nesse aspecto é possível perceber as particularidades da importância da criação de rotinas e estabilização dos discursos referentes aos sujeitos. Essa orientação teve influência do período pós Segunda Grande Guerra nos Estados Unidos, e tinha como foco principal analisar, organizar e compendiar padrões de formulação e implementação da política externa de forma mais eficiente pelas instituições governamentais. Observar a política externa e produzir conhecimento com este objetivo esteve ligado, portanto, à análise e compêndio da história diplomática (Kissinger, 1957).

Nesse sentido, o estudo da política externa se posiciona na análise da diplomacia e da dinâmica da política internacional, construindo o conhecimento prático a partir da observação histórica, com o objetivo de criar regras gerais aplicáveis para a formulação política. A produção do conhecimento do campo de política externa, portanto, consistia em produzir conhecimento prático e aplicável, tendo a história como fonte de consulta visando a prática política e partindo de um conhecimento compartilhado pelos atores que compunham a estrutura diplomática na dinâmica internacional. Assim, o estudo da política nesta via pretendia construir conhecimento prático a partir da história diplomática. A primeira orientação, portanto, apresenta uma forma específica de observar a história através de determinados padrões de socialização diplomáticos, que produzem um discurso acerca da produção de conhecimento para a formulação e implementação da política externa pelo aparato estatal.

A segunda orientação está ligada a uma noção mais ideológica, na qual os valores e interesses deveriam estar inseridos em todos os estágios de formulação

e execução desse tipo de política. Desta maneira, a literatura através de autores como Allison (1969), Krasner (1972) e Steinbruner (1974) desenvolveu estudos acerca dos padrões específicos de socialização que compunham os corpos burocráticos que desenvolviam e implementavam a política externa. De modo que as burocracias deveriam formar-se a partir de padrões específicos de funcionamento, com valores, interesses e objetivos especificamente definidos pelo discurso da política externa mais eficiente e aplicável, de forma normatizada. Assim, é possível perceber que a política externa e suas ações localizam-se no centro das questões das relações entre Estados no âmbito internacional.

Por conseguinte, concomitantemente a essa primeira tradição que se deu nas duas décadas seguintes à Segunda Guerra Mundial, para além da noção institucional e com foco político do desenvolvimento acadêmico do campo, uma segunda orientação ganha força no desenvolvimento do subcampo de APE, com papel crucial na estabilização do mesmo.

A segunda orientação surge em contraposição à primeira e tem como principal expoente, Hans Morgenthau, cuja influência dos estudos europeus do século XIX é rearticulada para leis gerais da prática das ciências sociais e da política estadunidense (Guzzini, 1998). Nessa tradição, é articulada a noção de anarquia do sistema internacional com a natureza inerente do homem de busca pelo poder, de modo que os Estados buscam maximizar seu poder no âmbito internacional. Nesse sentido, o comportamento dos Estados no sistema internacional é explicado através do conceito de interesse nacional e da visão de busca de maximização do poder através da política externa.

Considerando as duas principais orientações que orientam a consolidação do subcampo de APE, a virada behaviorista nas ciências sociais dos Estados Unidos teve papel fundamental no desenvolvimento e produção acadêmica da área, com consequências resolutas para ambas abordagens da política externa. Esse movimento detinha forte componente normativo, indicando formas específicas de formulação, prescrição e implementação das políticas, com o objetivo de testar as hipóteses, visando acumular experiências empíricas, para poder, por fim, gerar a generalização aplicável ao subcampo da análise da política externa e proporcionar ganho de previsibilidade acerca do comportamento dos Estados no sistema internacional.

Essa reorientação a partir da virada behaviorista da década de 1960 tem como resultado principal a alteração teórica e metodológica para o subcampo da APE, culminando com o estudo da política externa comparada (Carlsnaes, 2002; Alden & Aran 2012). A principal forma de análise da política exterior passa a ser,

portanto, focada em eventos isolados e no comportamento de cada unidade. Nesse sentido, a política externa é vista como uma ferramenta de influência nas relações interestatais. Este movimento cientificista para o subcampo da análise de política externa consistiu no fortalecimento do processo de formulação da política nestas bases, que perpassava a coleção de dados a partir da análise de eventos específicos, com o objetivo de gerar e acumular evidências empíricas que fornecessem generalizações acerca do comportamento das unidades e suas políticas externas, culminando com a política externa comparada (Rosenau, 1966). Uma tentativa de criar modelos científicos que explicassem a política externa ainda sobre o paradigma sistêmico.

Entretanto, esta reorientação teórica e metodológica da APE em bases behavioristas não gerou ganhos de previsibilidade como imaginado pelas condicionantes cientificistas, perdendo a credibilidade enquanto teoria geral com metodologia agregada, por não gerar resultados verificáveis empiricamente como esperados. Diante desse descontentamento, alguns questionamentos a essa metodologia e fundamentação teórica se seguiram, e nesse momento, os estudos voltam-se de fato, para o processo decisório. Esse movimento desafia as premissas realistas tradicionais do Estado como ator unitário e busca compreender sua estrutura burocrática, instâncias deliberativas e processos decisórios de formulação da política externa, abrindo-se, portanto, a “caixa preta do Estado” (Alden & Aran, 2012). A partir dessa orientação, o foco não é mais compreender e prever os resultados das interações entre os Estados, e sim compreender o processo decisório das burocracias estatais e a agência humana na análise de política externa (Allison, 1969; Jervis, 2006).

Esta virada dá os sinais de que a APE tem em seu desenvolvimento como subcampo um questionamento ao realismo clássico, visto que em seu caminho por consolidação como disciplina, modifica o objeto de estudo buscando entender os motivos, vários, que levam a tomada de decisões dos Estados. O debate “fatores internos” versus “fatores externos” toma fôlego e dinamiza os estudos em APE acrescentando novas abordagens e possibilidades de acréscimo de outras variáveis como cultura e identidade que abordaremos no decorrer desta, para embasar argumento dentro das unidades específicas que analisaremos como objetos desta dissertação.

Esta abordagem de política externa passa a ter foco, portanto, na dinâmica da política burocrática, cujos principais expoentes são Allison (1969), Jervis (2006) e Steinbruner (1974), com foco no processo decisório, de como as burocracias e grupos se comportam, a partir da racionalidade, percepções, fatores psicológicos

e cognitivos. Assim, compreende-se que a tradição realista da análise da política externa se manteve como fundamental para o subcampo, e não teve suas premissas questionadas até o momento. Ocorreram apenas reorientações metodológicas e ainda que variassem se mantinham no campo de análise das unidades.

Desta forma, é possível verificar que o subcampo de análise de política externa se desenvolveu partindo de duas tradições com papéis fundamentais em sua consolidação, cada uma com diversas abordagens. A primeira consiste na primazia dos fatores domésticos (*Innenpolitik*), de modo que a política externa é entendida como produto da dinâmica interna dos Estados. Sob este arcabouço teórico-metodológico encontram-se os trabalhos acerca do processo decisório, entre eles, análise de comportamento de grupo, fatores cognitivos e psicológicos dos indivíduos, e a política burocrática com foco nos processos de formulação da política externa.

A outra tradição consiste na primazia dos fatores sistêmicos como explicativos da política externa, nesse aspecto Waltz (1959) apresenta-se como cruciais para a definição do fator explicativo sistêmico para a política externa (*Realpolitik*) (Carlsnaes, 2002). A principal produção que respalda essa divisão do subcampo é apresentada por Putnam (1988) em seu jogo de dois níveis, no qual busca captar os desafios impostos pela interdependência complexa no âmbito da política externa. Para o autor, as duas áreas estão em constante conflito, e compõem o principal dilema no processo decisório da política externa (Alden & Aran, 2012).

Assim, é possível perceber, a partir dessa breve análise da produção acerca da formação e desenvolvimento do subcampo de análise de política externa, um dilema central acerca do binômio interno-externo que caracteriza a definição clássica do estudo da política externa como ferramenta analítica. Aqui se torna fundamental esclarecer a distinção ontológica entre as duas abordagens que definem o campo da política externa, o individualismo e o holismo como eixos de análise (Carlsnaes, 2002). A primeira está ligada às explicações pautadas no nível das unidades, nas quais “social scientific explanations should be reducible to the properties or interactions of independently existing individuals” (Wendt, 1999, p. 26). A segunda está ligada aos fatores externos, às estruturas as quais os agentes estão sujeitos, assim, “the effects of social structures cannot be reduced to independently existing agents and their interactions” (Wendt, 1999, p. 26 apud Carlsnaes, 2002, p. 7). Para além disso, há uma distinção fundamental baseada na epistemologia, na qual há também duas abordagens, que permitem

compreender a análise de política externa através de duas lentes, e portanto, abre espaço para duas narrativas distintas (Carlsnaes, 2002).

A primeira consiste no objetivismo, com bases na replicação dos procedimentos desenvolvidos nas ciências naturais, na qual os atores são compreendidos como racionais e com particularidades cognitivas que estão causalmente ligadas a dedução do seu comportamento. O interpretativismo, em contraposição, parte da premissa da existência do âmbito social, constituído de regras sociais e significados intersubjetivos compartilhados, no qual os agentes são entendidos como seres sociais interpretativos e reflexivos. Nesse aspecto a contribuição construtivista nos auxilia, a partir das categorias de identidade e cultura. Portanto, mantendo o binário inicial para compreender tais divisões epistemológicas e ontológicas que compõem o subcampo da análise de política externa, pode-se dizer que os atores a partir do objetivismo são vistos através da lente do “externo”, como unidades de análise racionais e com capacidades cognitivas semelhantes, enquanto no interpretativismo os atores são entendidos como seres sociais e vistos através da lente do “interno”, levando em consideração os meios sociais que estão inseridos, suas regras, normas, ideias, identidades e significados compartilhados intersubjetivamente (Carlsnaes, 2002).

Assim, o presente estudo pretende questionar e deslocar essa divisão, e debruçar-se justamente sobre os pontos de contato entre o “interno” e o “externo”, partindo da premissa que há temas que conferem plasticidade a essa fronteira constantemente criada e estabelecida, deslocando-a e desafiando-a, propondo-se a discutir temas para os quais essa divisão pode não funcionar de modo tão evidente como postulado pelas diretrizes epistemológicas da formação do campo. As políticas culturais e educacionais no quadro estratégico da política externa alemã serão, portanto, o foco da análise através da lente interpretativista da epistemologia, no argumento de que as ontologias podem se intercruzar na APE.

3.2. Identidade e cultura: componentes cruciais na Análise de Política Externa

Dentre os temas que dão plasticidade ao binômio “interno” e “externo” conferindo perspectivas de análise diversas, apresentaremos, ainda que brevemente, conceituações para o significado de “identidade” que, dentro do campo da política internacional revela e amplia a visão de interesses internos e externos dos Estados, sua política e objetivos de inserção internacional. Para nosso estudo, a relação identidade e cultura será fundamental para demonstrar o leque ampliado

de ações estatais e órgãos/instituições particulares como canais de ação da política externa.

Identidade é uma palavra polissêmica, um conceito dinâmico que ao mesmo tempo torna o indivíduo singular e o insere em um coletivo. Se situarmos um lócus específico, passamos a uma definição de identidade cultural que respalda o pertencimento a um grupo e diversas maneiras de identificação. Vale ressaltar que a forma de interação dos membros de uma dada sociedade, sua construção e condicionantes históricos, têm muito a informar sobre a forma como interage enquanto grupo com outros grupos. Reiterando que observamos e reproduzimos esse conceito à luz das referências aqui propostas acerca da relação entre fatores endógenos e exógenos.

Não vamos nos ater aqui ao sentido de identidade do sujeito, comumente definido em categorias psicológicas, filosóficas e sociológicas. Interessa-nos compreender as relações que constroem as identidades dentro de um grupo dado e como este interage com os demais, levando em consideração o objeto aqui proposto. Dentro dessa perspectiva analisaremos o Estado enquanto uma unidade identitária e política que se constrói e se relaciona dentro da sociedade internacional com interesses, percepções mecanismos de identificação, identidades e cultura que emergem de seus processos domésticos e desdobramentos externos, assim como das respostas dessa construção social dialógica, para tal a contribuição construtivista auxilia nessa jornada. Não sendo o Estado um sujeito ou ente etéreo, mas uma representação traduzida em narrativas comuns assimiladas interna e externamente, produzindo uma imagem que se acomoda a partir de seus interesses na sociedade internacional, o Estado é permeável e interage socialmente, *“as representações não são discursos neutros: produzem estratégias e práticas tendentes a impor uma autoridade, uma deferência, e mesmo a legitimar escolhas”* (Chartier 2002.17).

Dentro desta perspectiva, ao se reivindicar uma identidade nacional fica explicitado o papel político desta terminologia, necessitando sempre de uma narrativa referenciada nas construções de identidades (Hansen, 2006). Para tanto, importa pensarmos nas concepções de nação. Se tão pouco é possível reclamar uma concepção pacífica em termos conceituais de nação, também o conceito de identidade que, por vezes, é orientado pelo primeiro, perpassa por caminhos teóricos variados. Tentaremos aqui provocar um debate que inicialmente busque um sentido originário de identidade deslocado de um projeto de conformação burocrática do grupo social.

Neste momento, daremos espaço para a este tema, pois tratando-se da observação de um ator e sujeito que se baseia nas narrativas produzidas acerca do Estado-Nação e as diversas redes de identificação dos sujeitos individuais para com suas instituições torna-se um recurso fundamental para o presente estudo. Assim como, rememorar que o conceito de identidade é uma chave de análise fundamental, uma categoria básica para analisar a política externa como expressão da constante formação de um conjunto de atores culminando com sua atuação na esfera internacional.

Sendo assim, para o presente trabalho, não nos debruçaremos sobre as várias possibilidades aplicáveis ao conceito de nação, fortificado no século XIX a partir da simbologia criada pelo nacionalismo, que justificaria em certa medida seu projeto político, marcando o eu e o outro na sociedade internacional. Contudo, cabe ressaltar que a ideia de nação traz, entre outras, mudanças nas configurações de um pensamento estruturado de sociedade, uma nova forma de entendimento de grupo social. A noção de pertencimento a estruturas políticas, território, língua e costumes, que passa a dar novo sentido ao conceito de cultura de um povo, historicamente construída. Por sua vez, uma identidade definida pela interação interna dos sujeitos sociais, se abastece e expande em ação dialógica quando estes mesmos sujeitos se comportam ou se descrevem em relação ao outro, externo ao seu modo de vida e território durante sua construção histórica. Tal concepção de identidade só tem sentido em relação ao outro, pois enquanto ser social, não há como reclamar uma identidade tanto individual quanto coletiva se o espelho a se mirar for apenas sua própria imagem sem um contraponto ou mesmo possibilidades de reconhecer diferenças que delineiem o eu e o outro (Hansen, 2006).

Importante apontar, que o outro enquanto apresentado sob certa narrativa temporal e histórica pode inclusive remeter à narrativa de identidade do próprio Estado em determinado período e contexto histórico (Wæver, 1996). Narrativa subjacente a interesses internos e, a partir desta, deglutida pelo ambiente social externo criando a imagem do Estado em dado período. Partindo desse entendimento, seria possível a partir de um espelho histórico construir uma narrativa de negação ou afirmação da própria identidade de um Estado dentro de interesses novos, socialmente construídos internamente com base na apropriação que o outro faz de seu percurso identitário e político de ação e posicionamento no cenário internacional e isso repercute no externo quando a externamos na interação com o outro.

Seguindo esse raciocínio, ao pensarmos nos coletivos que se moldam em costumes e tradições próprias dentro de um território e em função de uma construção histórica, qual identidade pode ser definida como fundadora se não a que externamos diante de outro grupamento social ao também nos posicionarmos enquanto tal, porém dinâmica, pois se molda aos interesses do grupo, da nação, do Estado em dado período. E quando falamos de interesse do Estado, o conceito de identidade nacional é o construído principalmente a partir de demandas específicas do papel que dentro do mundo, este Estado representado juridicamente por seus governos, população e dinâmica burocrática desejem jogar.

Roxanne Doty (1993; 1996), ao analisar as práticas estatais, coloca como eixo do debate de identidades, a narrativa produzida pelos Estados para seu domínio econômico, justificado ideologicamente, pelo discurso hierárquico de formação das identidades nacionais, onde o outro em questão não representa apenas o diferente, mas dentro de uma escala de valores produzida pelo bloco econômico dominante, dada aquela conjuntura internacional, é tido como inferior, passível portanto de ações “civilizatórias” e “intervenções”. Esta narrativa não só produz e reproduz a identidade como age na construção e reprodução da identidade dos atores em questão, dentro daquele contexto econômico e período histórico. Reificando assim, uma justificativa discursiva interna e externa para a ação externa. Neste sentido, Doty, direciona também sua análise para a dinamicidade do conceito de identidade, não sendo uma questão dada em função apenas das premissas domésticas, como também por ações estratégicas dentro das necessidades econômicas e políticas da sociedade internacional em que os atores em questão produzem narrativas comuns a depender de seus interesses.

A identidade e o pertencimento a um projeto de nação são fundamentais para a relação de pertencimento e criação de valores compartilhados dos que pertencem àquele projeto político. Importante nos parece ressaltar o funcionamento dos aparatos ideológicos internos que, ao cabo de sua ação, garantem que uma bandeira sobre o caixão de um soldado morto em combate, seja motivo de glória e honradez, em que pese a dor causada. A sofisticação desse pensamento acompanha a conquista de estabilidade territorial e política, a solidificação de costumes através de instituições que homogeneízam ou buscam homogeneizar as ações do sujeito dentro do grupamento a que pertence, partindo da premissa que os interesses que moldam a criação desta identidade comum, desta feita hierarquizada, se relacionam com os interesses do grupo dominante dentro do mesmo. Instituições normativas de condutas e reprodução de um modo

de vida, dentre as quais podemos destacar: igrejas, escolas, aparato de segurança entre outras e principalmente a construção de instâncias decisórias e por consequência uma burocracia estatal que garanta os ritos necessários para sua efetividade (Haas, 1992).

O espaço de conquista e afirmação de identidade gera a necessidade de um pensamento estratégico e tático de comportamento e ações para a manutenção de sua unidade, como para a interlocução permeável com o outro. A construção do campo de estudo das Relações Internacionais, suas reviravoltas teóricas e metodológicas confirmam as necessidades históricas de agentes dominantes que, dentro de uma sociedade global, reificam o Estado em narrativas internas e externas em relação dialógica, porém não isentas de projetos econômicos e políticos.

Ampliando a noção gramsciana de aparelhos ideológicos de Estado para um terreno global, onde as fronteiras territoriais, ora se afirmam ora se expandem ou são invisibilizadas a partir de interesses específicos dentro de um projeto político e econômico dominante. Neste caminho, observando esses aparelhos sob uma ótica de ampliação e construção da identidade pelo viés cultural e educacional, poderemos verificar como as narrativas se constroem e se reconstroem na relação dialógica com o outro se afirmando não mais por imposições, mas pela geração de consensos (Bachrach & Baratz, 1970).

Seguindo esta lógica, um discurso adequado é fundamental para a introjeção por parte dos atores envolvidos, visto que nele se materializará a prática do consenso, dando novo aspecto à capacidade de domínio, afirmando identidades e influências culturais. Tal domínio se aplica nas relações bilaterais e multilaterais em que a difusão cultural, tem papel importante para a manutenção desta hegemonia nas relações com o outro. Sendo a cultura uma forma de lastro identitário, assim como uma narrativa fundadora, esta assume ares de afirmação e normatização de formas de inserção no grupo social como trabalhado por Bourdieu no poder simbólico (1980), podendo, portanto, ser entendido como condutor de projetos políticos específicos de projeção e domínio dentro da sociedade internacional. Ao se projetar o discurso de uma cultura superior, avançada partindo de pressupostos de inferiorização do diferente, dentro de modelos de cultura hegemônica, construída principalmente com bases eurocêntricas e colonizadoras, é construído um campo fértil de massificação e inviabilização de identidades. A potencialidade da ação cultural e educacional em esfera internacional é compreendida como política de grande eficácia em tempos de pós-guerra.

Como desdobramento desse debate, apontaremos algumas ações no campo da cultura e educação que conferem a estes, status de política externa, orientada sob objetivos estratégicos de afirmação de políticas estatais, ainda que realizadas por organismos particulares, ainda assim dentro de um consenso interno de ampliação de hegemonia dentro de uma narrativa específica de identidade do Estado para si e para o outro. Vale apontar que esta dissertação não se guia por determinismos *a priori*, e sim busca inserir novos elementos de investigação e perseguir perspectivas complementares para o campo das Relações Internacionais.

3.3. Construtivismo: uma contribuição para a Análise de Política Externa

Partindo dessa breve recuperação da composição da política externa e sua intrínseca relação com o binômio interno-externo, construções de conceitos identitários e culturais, abordaremos a contribuição construtivista para essa perspectiva de análise com o objetivo de apresentar o arcabouço teórico que iniciou o movimento de questionamento da fronteira rígida do binômio interno e externo dentro das relações internacionais. O estudo se propõe a destacar a trajetória de emergência da corrente construtivista como uma possibilidade analítica para o campo das Relações Internacionais. Pretende-se, partindo da existência dessa contribuição teórica, apresentar brevemente suas contribuições para o campo de análise de política externa. O construtivismo fornece lentes que enxergam as relações internacionais como dependentes das ações humanas, inseridas em estruturas de significados intersubjetivos, práticas produzidas e reproduzidas por esses agentes nas interações humanas inseridas em estruturas (Carlsnaes, 2002). O mundo é, portanto, compreendido como socialmente produzido¹¹, onde as normas e ideias desempenham papel fundamental e constitutivo nas relações internacionais, na medida em que estabelece relações de coconstituição com as identidades dos atores, assim como com os interesses e as suas políticas externas.

As produções acadêmicas na área das Relações Internacionais têm como principal base de fundamentação interpretações marcadas por formulações oriundas das suas teorias tradicionais, a saber, o Realismo e o Idealismo. Tais proposições ganham espaço após a Primeira Guerra Mundial principalmente a

¹¹ Conforme análises de Adler, 2002; Bially-Mattern, 2001; Campbell, 1996; Checkel & Katzenstein, 2009; Doty, 1993; Guzzini, 1998; Haas, 1992; Hansen, 2006; Kratochwil, 1989; Kubalkova, 2001; Neumann, 1996; Wæver, 2004; Weldes, 1996; Wendt, 1999.

partir de autores norte-americanos e europeus. Nestas produções são privilegiados os aspectos materiais das relações de poder havendo pouca ou nenhuma relevância sobre os elementos relacionados à cultura, a identidade e as ideias. Na contramão desta tendência após o período da Guerra Fria começa a ganhar espaço as elaborações baseadas no construtivismo que considera o mundo como lugar/espaço socialmente construído. Nesta proposta de análise busca-se enfatizar os aspectos relacionados à cultura e a identidade presentes no processo de construção social dos interesses dos Estados e consequentemente de suas políticas internacionais.

O construtivismo alcança destaque na área das Relações Internacionais a partir nos anos de 1980 e 1990 (os textos variam com a informação acerca da década de origem) tornando-se comum o seu emprego quando o objetivo é destacar aspectos ligados à cultura e a identidade, campos geralmente não contemplados pelas abordagens teóricas tradicionais baseadas fundamentalmente na posse/controlar de recursos materiais. A discussão com base no construtivismo corresponde ao quarto debate das Relações internacionais sendo considerado um equilíbrio entre o positivismo, o racionalismo, o materialismo, o pós-positivismo, o reflexivismo e o idealismo. Desta maneira recorre-se ao construtivismo para explicar eventos (fenômenos) internacionais marcados por determinações não contempladas pelas demais correntes de análise, geralmente relacionados a elementos sociais. Considerando, pois que a proposta deste estudo tem como objetivo a construção de uma análise acerca dos mecanismos através dos quais a política externa cultural constitui-se como espaço e elemento analítico para a compreensão dos processos sociais e projetos políticos ligados à constante produção, reprodução e negociação de identidades entre os diversos atores no plano internacional, o emprego da perspectiva construtivista se coloca como opção mais adequada para análise que buscará considerar ação da política externa cultural alemã, seus atores e discursos legitimados nas interações com o Brasil.

Os principais conceitos dessa corrente de análise foram abordados no capítulo anterior, e foram bases para analisar a política externa aqui proposta. O construtivismo corresponde à corrente de pensamento na qual se compreende que a realidade é construída socialmente, ou seja, através da relação entre os sujeitos a partir da sua interação. Adler (1999, p. 205) define o construtivismo como “a perspectiva segundo a qual o mundo material forma e é formado pela ação e interação humana dependente de interpretações normativas e epistêmicas dinâmicas do mundo material”. Neste caminho não se considera as/os

forças/elementos materiais como os/as responsáveis exclusivos pela configuração da política internacional, ganhando destaque nesta perspectiva a incidência de fatores culturais e identitários no processo de construção social.

Segundo Henrique (2009) para Onuf a anarquia é modificada pelas regras e pelo discurso que dão origem às instituições. Neste sentido a sociedade admite uma conotação política a partir do entendimento de que os sujeitos encontrarão limites e também prerrogativas oriundos de uma força/determinação exterior à sua vontade. De outra parte Wendt (1992) considera que a anarquia é moldada pela ação dos Estados sendo parte constitutiva da estrutura e influenciada pelas causalidades. Neste caminho as estratégias de política externa implementada pelos Estados partem sempre das relações estabelecidas anteriormente. Inseridas em movimento dinâmico significação as práticas adotadas alteram-se ao longo do tempo estabelecendo com isso novos significados e interesses.

Acerca da linguagem e do discurso destacamos que para Onuf (1998a) o discurso é subsidiário das regras sendo equiparado em importância às ações uma vez que têm a potencialidade de alterar a realidade social. Henrique (2009) identifica esta característica do discurso na obra de Onuf como os “atos de fala”. O discurso desta forma adquire centralidade nas elaborações deste autor o que não é uma unanimidade nas produções construtivistas, pois em Wendt o discurso não encontra este mesmo destaque.

O Estado é considerado como o agente, sujeito que mediante a interação entre os diversos Estados formam o complexo através do qual se manifesta/expressa as relações internacionais. Sobre este tema também há uma divergência entre Onuf e Wendt. Onuf considera que o Estado torna as regras mais evidentes além de imputar limitação à ação dos agentes. Wendt, por outro lado, compreende o Estado como o principal agente das relações internacionais, portanto são o elemento fundamental para análise do sistema. Os Estados podem assumir três tipos de identidades: pessoal, coletiva e pessoal e coletiva ao mesmo tempo. Para Wendt (1992, p. 429) “os Estados são coletividades de indivíduos que, por meio de suas práticas, constituem uns aos outros como “pessoas” que têm interesses, medos, e assim por diante”. Assim para compreender a posição de determinado Estado na política internacional é necessário compreender as ideias compartilhadas no que diz respeito aos seus interesses.

Apresentados os conceitos fundamentais cabe destacar que os construtivistas buscam explicações a partir do debate entre materialismo e idealismo. Neste caminho Wendt, por exemplo, observa que ambas as interpretações se colocam a centralidade de suas análises em aspectos

unilaterais, exclusivamente, ligada aos fatores materiais na primeira proposta e às ideias naquela última. Tais abordagens desconsideram, portanto, que “o sentido do poder e o conteúdo dos interesses são, em grande parte, função de ideias” (Wendt, 1999, p. 22) uma vez que muitas estratégias de política são determinadas pelas ideias compartilhadas pelos sujeitos sociais em determinado contexto.

Intimamente relacionada à análise construtivista está a abordagem discursiva, a partir da virada linguística da filosofia e das ciências sociais, na qual a linguagem é apresentada como fundamental para a compreensão do mundo, e gradualmente foi inserida ao subcampo da análise de política externa (Hansen, 2006; Larsen, 1997; Miliken, 1999). A principal crítica da incorporação da linguagem como método de análise é direcionada à abordagem clássica de formação da política externa. A crítica está ligada à virada behaviorista e a política externa comparada, e é direcionada à limitação da capacidade explicativa baseada nos sistemas de crenças dos indivíduos tomadores de decisão, sem considerar que estão inseridos em um determinado meio social e linguagem (Carlsnaes, 2002). A proliferação de atores e sua diversificação também se tornam fundamentais para desestabilizar o Estado e chefes de Estado como unidades de análise únicas para a política externa, tendo em vista que atores subnacionais, atores não-estatais, corporações multinacionais, e grupos transnacionais podem estar ligados ao pluralismo no processo de formulação e constante (re)produção da política externa (Alden & Aran, 2012), retirando a primazia do Estado como ator, ainda que na figura do chefe de Estado. Nesse sentido, o discurso se apresenta como crucial para o domínio da política externa, como forma de projeção, e também constituído pela linguagem, como um conjunto de referenciais e significados que são base para a constante produção e reprodução de identidades e interesses na forma estrutural (Larsen, 1997; Wæver, 1998).

Ainda sob a ótica linguística, o discurso é fundamental no estudo da política externa, assim, Miliken (1999) propõe três comprometimentos desse tipo de abordagem sendo eles: compreender os discursos como sistemas de significação que constroem realidades sociais; o discurso funciona com caráter produtivo daquilo que é definido no mesmo; e por fim, o comprometimento com o estudo dos discursos dominantes ou hegemônicos e suas estruturas de significado conectadas às práticas e formas de compreensão do mundo legitimadas pelos próprios discursos. Nesse sentido, o discurso como ferramenta analítica para a observação da política externa se apresenta como uma abordagem alternativa às tradicionais que foca nas práticas e nos sistemas de conhecimento a elas conectadas para a produção do mundo através de entendimentos intersubjetivos

e compartilhados entre os atores, mediados, constrangidos e (re)produzidos pela linguagem.

Portanto, a análise de discurso para a compreensão dos mecanismos de produção e reprodução da política externa possibilita ter contato com os fatores internos e externos, e nesse sentido, permite abordar temas que permeiam essa fronteira, um movimento não antes possibilitado pelas abordagens tradicionais. A presente pesquisa pretende, nesse sentido, comprometer-se a questionar o discurso dominante relativo à legitimação de práticas de política externa, e buscar a partir da plasticidade e dinâmica da fronteira interno-externo analisar as políticas externas culturais. Desta forma, os principais caminhos e as principais narrativas que constituem a construção e o desenvolvimento do subcampo de análise de política externa foram apresentados com o objetivo de alcançar os debates teóricos que permitem desestabilizar o binário interno-externo.

3.4. Considerações e Contribuições

Partindo dessa análise inicial acerca da formação do subcampo de Análise de Política Externa, as principais diretrizes são as formulações à luz da literatura construtivista. Como foco do presente material de pesquisa, através das linhas que fundamentaram o posicionamento oficial do Estado, baseado nas diversas representações de *selves* abordaremos as formulações de política externa dos atores. Desta forma, a política exterior cumpre papel crucial na estruturação da participação no âmbito internacional e produção dos atores, sendo aqui compreendida como processo social e como projeto político (Checkel & Katzenstein, 2009), permitindo observar as perspectivas locais de formulação dessas políticas, as construções da própria identidade dos atores formuladores, e seus discursos e mobilizações internas em relação aos seus objetivos. A política externa pode ser entendida como espaço de encontro de duas perspectivas de análise, que por um lado atem-se na explicação no nível da unidade dos atores para compreender o comportamento dos estados no internacional, em contraposição aos condicionantes estruturais e sistêmicos que produzem, constrangem e limitam o escopo de ação de cada ator (Carlsnaes, 2002). No entanto, a política externa é aqui abordada como um processo social, compreendendo os fatos históricos, políticos, econômicos, e sociais que estão relacionados com a produção das políticas interna e externamente.

A análise do contexto internacional e a problematização da forma pela qual os Estados optam por inserirem-se nesse contexto é crucial ao considerarmos

quais perspectivas da alteridade e da interação cultural (Inayatullah & Blaney, 1996) estão sendo observadas, ou seja, de que maneira a formulação da política externa se relaciona com a constante produção de identidade e significado na construção dessa relação através do contato cultural. Nesse sentido, a relevância do encontro cultural é percebida como uma condição de possibilidade para a constante construção da própria identidade em intermitente negociação com a construção do outro (Campbell, 1996; Wæver, 2005). Assim, a constante construção de identidades e significados que vai contribuir para essa relação entre os atores é profundamente condicionada pelo contato cultural, e suas interpretações e, portanto, é tão relevante e deve ser foco de análise para a política externa.

Nesse sentido, o movimento aqui pretendido a partir do questionamento inicial analisa a política externa como um processo social e projeto político (Katzenstein, 1996, p. 56) para além do escopo tradicional de acesso à política externa apenas como uma ferramenta, principalmente através da cultura como um espaço frutífero de análise da porosidade na fronteira entre o interno e o externo, que não recebe ênfase nas correntes tradicionais de análise de política externa. Para este movimento pretende-se observar o caso alemão, questionando a Alemanha como um ator que se enquadra nos componentes normativos do sistema internacional, e detém como projeto político construir e (re)produzir suas identidades e discursos interna e internacionalmente.

As correntes tradicionais de análise de política externa desenvolveram-se a partir da sobrevalorização de fatores endógenos ou de fatores exógenos, numa relação hierarquizada de análise de um em detrimento do outro. Compreender essas esferas de modo separado para análise de política é viável, no entanto, apresenta limites para a compreensão de temas que oscilem entre ambas as esferas. Nesse sentido, a pesquisa pretende abordar de forma alternativa o tema da política externa, pois compreende que esse perpassa as esferas interna e externa, portanto, é enriquecedor e frutífero analisá-lo a partir do seu espaço de negociação, a fronteira. Portanto, entendendo que o movimento de deslocamento de fronteiras, e os temas que se encontram nesse espaço de negociação são muito relevantes para compreender a política, e nesse caso a política externa representa esse espaço, a análise parte dos entendimentos compartilhados pela linha construtivista. A presente pesquisa almeja ainda analisar os mecanismos através dos quais a política externa pode ser compreendida como uma prática que produz, desloca e permite porosidade entre o interno e o externo, funcionando como condição de possibilidade e locus para produção e constante negociação

de espectros de identidade. As abordagens tradicionais já apresentadas não permitem analisar a política externa como ponto de intersecção entre o nacional e o internacional, pois se limitam a analisar cada um dos enfoques separadamente.

Compreender a política externa como projeto político requer analisá-la como prática (re)produtora de identidade e de diferença, que se forma e (re)produz a partir do encontro cultural. Nesse sentido, o marco teórico e categorias analíticas que permitem a análise do tema de política externa como prática de produção e projeção identitária estão inseridos no construtivismo crítico (Doty, 1993; Weldes, 1996). Ainda compreendendo o movimento de deslocamento da fronteira e porosidade entre as duas esferas de análise tradicionais da política externa, a cultura é apresentada como o espaço onde essa negociação é a via para condução de políticas de identidade. A cultura como elemento que não está inserido nas narrativas tradicionais de política externa, torna-se aqui um ponto fulcral de análise, pois combina os elementos de formulação relativos às construções dos atores internamente, assim como desses em relação ao encontro com o que está no exterior

Partindo dessa compreensão da política externa como processo e projeto em constante formação, objetiva-se analisar os padrões e configurações que se tornam possíveis permitindo distintas condições e possibilidades para assimetrias, consenso e cooperação no plano da interação internacional, para além das capacidades materiais. Ao observar as principais perspectivas teóricas e os temas basilares de discussão e atuação para a política externa, pode-se perceber que os temas culturais não possuem destaque nas correntes analíticas, no entanto oferecem um espaço frutífero para o estudo da constante negociação de diversas identidades, podendo ser consideradas como a fronteira, o espaço para negociação e alteridade.

Nesse sentido, a orientação do quadro estratégico da política externa alemã ressaltar a relevância do aspecto cultural como crucial para estabilidade e durabilidade das relações é um componente fundamental para o argumento aqui pretendido. A Alemanha passou por profundas mudanças políticas com o fim da Guerra Fria e a reunificação do território, que proporcionaram um ambiente de maior autonomia e possibilidade da defesa dos interesses, com o questionamento de políticas anteriores. Assim, a inserção alemã no cenário internacional é feita não mais apenas nos âmbitos econômico e político, através de investimentos, guerras, e alianças, como nos anos anteriores, mas também através da via da produção do consenso, de valores, conhecimentos e interpretações comuns,

culminando com novos acordos, normas e significados. O principal objetivo¹² da política externa adotada é atingir as pessoas nos países parceiros, com os quais mantém relações, culminando com relações internacionais estáveis e duradouras, simultaneamente apresentando a imagem da Alemanha como país confiável e parceiro.

Desse modo a política externa como projeto de projeção de identidade tem objetivos definidos¹³, sendo eles: “apresentar a Alemanha como um país de cultura mundial e variada; fortalecer o país como local de educação, ciência e pesquisa, por exemplo através da distribuição de bolsas; divulgação da língua alemã pelo mundo; contribuição para crise global e prevenção de conflitos; promover a integração europeia; a manutenção da diversidade cultural no mundo, e a criação de uma base estável para as relações internacionais através do diálogo entre as pessoas”. Buscando alcançar esses objetivos, o Ministério oferece um quadro de orientação estratégico para o trabalho cultural e educacional no exterior.

Desta forma, a pesquisa pretende analisar a atuação da política externa como processo social e projeto político a partir de um foco alternativo às abordagens tradicionais desse campo, que argumentam primariamente que as dicotomias entre fatores endógenos e exógenos de forma separada determinam a produção do conhecimento. Nesse sentido, a abordagem pretende acessar as formas pelas quais a República Federal da Alemanha optou por sua política externa como projeto político de projeção de espectros de identidade e *self*, fundamentados e difundidos por posturas, negociações, investimentos, discursos e instituições (Doty, 1993; Maull, 2006; Neumeister, 1970; Pfetsch, 1997; Rittberger, 2001; Wæver, 2004). Desta forma, pretende-se com foco especialmente no contexto histórico de reunificação alemã, levantar as principais análises da formulação desta política externa, seus principais setores de atuação, com foco cultural pelo Serviço de Intercâmbio Acadêmico Alemão, assim como as diversas maneiras de implementação dessas políticas. Esta análise considera os encontros que produziram identidades e significados políticos definidos no quadro estratégico de ação estabelecido pelo Ministério das Relações Exteriores alemão. Este quadro apresenta como pilares¹⁴ as relações econômicas, a política cultural

¹² Os Objetivos encontram-se listados em: http://www.auswaertiges-amt.de/DE/Aussenpolitik/KulturDialog/ZieleUndPartner/ZielePartner_node.html acesso em 03/08/2015.

¹³ Para mais informações em: http://www.auswaertiges-amt.de/DE/Aussenpolitik/KulturDialog/ZieleUndPartner/ZielePartner_node.html

¹⁴ Os Objetivos encontram-se listados em: http://www.auswaertiges-amt.de/DE/Aussenpolitik/KulturDialog/ZieleUndPartner/ZielePartner_node.html acesso em 03/08/2015.

e a política educacional, informando as duas últimas de forma interligada e como instrumentos mais duradouros no conjunto de ações da política externa a partir da reunificação.

Assim, a abordar a política externa cultural a partir dessa ótica apresentando-a como projeto político e processo social que constrói suas formas de atuação através de discursos que difundem determinadas identidades, e como espaço de negociação da fronteira entre o externo e o interno é o objetivo desse trabalho. Esse esforço parte dos pressupostos teóricos construtivistas, nos quais as ideias, normas, e interação entre os atores têm papel fundamental para a análise da política internacional. Para tanto, presente pesquisa pretende acessar o caso específico da política externa cultural alemã e suas práticas através da análise de discurso (Milliken, 1999; Hansen, 2006). Deste modo, a presente pesquisa, na medida em que se propõe a analisar criticamente o posicionamento da República Federal da Alemanha a partir do seu projeto político e processo social de formulação da política externa cultural como produtor e produto de espaços de negociação da identidade se apresenta através do deslocamento da fronteira entre o interno e o externo, compreendendo os mecanismos discursivos que legitimam tais atores, projetos, políticas, instituições e investimentos.

As inquietações que motivaram os questionamentos aqui apresentados advêm da insatisfação com as narrativas tradicionais acerca da área de estudos de análise de política externa, que estabelecem *a priori* relações causais e deterministas para o engajamento internacional dos países. Parte-se da premissa que o engajamento internacional dos estados é um fator crucial para o estudo das Relações Internacionais, como *locus* privilegiado para o estudo da política internacional, entendendo a política externa como processo social e projeto político (Checkel & Katzenstein, 2009), ou seja, essa dissertação parte de premissas epistemológicas e ontológicas distintas das relativas às abordagens pragmáticas e objetivistas tradicionais do subcampo (Carlsnaes, 2002). Portanto, o objetivo inicial é apontar as questões da política internacional a partir da ótica do estudo de análise de política externa, dando espaço para análises alternativas, que não remetam apenas às noções da política externa como ferramenta a fim de se alcançar os objetivos de forma mais eficiente como originalmente o subcampo fora orientado. A contribuição desta análise de política externa está inserida no contexto de problematização da fronteira com o objetivo de produzir conhecimento e os questionamentos a partir do entendimento desta como mecanismo de produção da diferença, e da concomitante produção dos sujeitos e do outro (Wæver, 2004).

3.5. Considerações Finais

Assim, o presente trabalho busca questionar e problematizar as fronteiras inicialmente bem definidas nas análises tradicionais desse subcampo entre o doméstico e o internacional, propondo o deslocamento dessas e assinalando sua porosidade. Compreende-se aqui que a fronteira representa o local de negociação de identidades, da produção da diferença, e portanto, podem ser violentas, podem provocar silenciamentos e podem não permitir que determinados tópicos sejam parte da agenda (Campbell, 1996). Nesse sentido, questiona-se a base teórica que fundamenta tal divisão, que partem das visões ontológicas bem definidas entre o “dentro” e o “fora”, e analisa temas que não possam ser tratados se pensados partindo dessa divisão. Ainda nesse debate, o subcampo de análise de política externa não atribui espaço e relevância para os temas de fronteiras e produção de identidades, portanto, o presente material objetiva ainda que de forma inicial, introduzir o questionamento e o pensamento crítico acerca do tema e dar espaço para esse na agenda de discussão sobre inserção internacional.

Partindo de uma abordagem pautada nas premissas do construtivismo crítico, que não dialoga com as premissas tradicionais de se pensar a política internacional e as Relações Internacionais (Der Derian & Shapiro, 1989), essa dissertação argumenta que a política externa, entendida como projeto social e como projeto político, desloca a fronteira entre o “interno” e o “externo”, assinalando a plasticidade e constante construção dessa fronteira. Partindo desse argumento, a pesquisa analisa como a política externa se torna um projeto de constante (re)produção de identidades. Nesse sentido, há temas que não são abordados pelas correntes tradicionais de análise da política externa, que informam justamente esses pontos de intercruzamento entre o “doméstico” e o “internacional”, que não podem ser explicados a partir da ótica de ontologia bem definida. A fim de perceber essa porosidade da fronteira, será observado o tema da política externa cultural a partir da discussão de identidade, com pouca projeção na abordagem da política externa, que apresenta um espaço rico e frutífero para a análise aqui proposta.

O argumento propõe que a política externa cultural apresenta um espaço constante de (re)produção de identidades, que necessariamente desloca a fronteira entre o interno e o externo. Partindo do debate teórico que é uma inquietação inicial para esse estudo, pretende-se analisar a prática da política externa cultural alemã, a fim de perceber como se dão os mecanismos de formulação dessas políticas e os meios de implementação de seus projetos à luz

dos questionamentos teóricos iniciais. A análise consiste na política externa cultural da República Federal da Alemanha após o período pós-reunificação, pois é aqui compreendida como um momento crucial de imprescindibilidade na construção de um discurso de identificação da nação (Behnke, 2012; Doty, 1993; Pfetsch, 1997; Weldes, 1999). A formulação da política externa desse período dialogou com diversos temas com relação ao ambiente interno e ao externo, presumindo a interação entre as duas esferas e visando a reconstrução e reestruturação da nação alemã através de políticas, projetos, discursos, identidades, instituições, rotinas e atores construídos e mobilizados, para esta parte do argumento lançaremos mão da ferramenta de análise da segurança, reprodução e continuidade ontológica.

A proposta de analisar a política externa para além de suas fronteiras originárias que surgiram com o próprio subcampo contribui para uma abordagem alternativa, que desestabiliza o binômio interno-externo, e sugere a fronteira como espaço de negociação partindo da identidade como foco analítico na sua relação com a política externa cultural é o que se pretende. Para o estudo de caso, pretende-se analisar as práticas de política externa cultural da Alemanha pós-reunificação a partir da análise de discurso, pois é percebida como uma nação que se enquadra nas condições normativas de inserção internacional no período pós-reunificação, que (re)produz através das políticas externas culturais suas identidades (Kaiser & Maull, 1997; Maull, 2006; Pfetsch, 1997; Rittberger, 2001). Buscamos acessar os mecanismos através dos quais é possível observar o espectro de política externa cultural da República Federal da Alemanha como espaço de fronteira e negociação, como projeto político e processo social de projeção e construção intermitente de suas identidades e discursos.

As políticas estudadas serão as com foco específico no Brasil, pois além de ser uma pesquisa produzida nesse país, ela parte também de uma experiência própria da autora, que participou de distintos programas culturais de incentivo à cultura alemã. De modo que a parte empírica pretende analisar como os projetos específicos de implementação da política externa cultural representam o espaço de fronteira e negociação identitária sim, assim como um relato de experiência própria. Assim, a compreensão dos discursos perpassa a ideia que a construção da política externa cultural e da identidade estão ligadas a conjuntos de sistemas de significação que permitem acessar a realidade social (Miliken, 1999), de modo a contribuir para a constante construção da realidade através da significação, compartilhamento e interpretação na relação entre os atores, suas políticas e identidades.

Portanto, o esforço desse trabalho consiste na abordagem alternativa para a política externa, que está contida no deslocamento das narrativas tradicionais de análise do tema, permitindo o alargamento do escopo de análise para o âmbito cultural, visando a contribuir com o pensamento crítico a partir do questionamento das fronteiras para a temática da análise de política externa. Assim, a política externa cultural pode ser compreendida como um discurso que se apresenta como um espaço passível de pensamento crítico a partir da fronteira, pois é entendida como espaço de negociação entre o interno e o externo como condição para negociação identitária através da interação dos atores. A compreensão da política externa como projeto político e como processo social é crucial para entender a sua relação de co-constituição com as identidades, ou seja, como essas duas categorias se inter cruzam nesse processo. Retomar a identidade como conceito em constante formação a partir da interação, ou seja, formado na relação com o outro enquanto ator social, e será base para a continuidade da análise aqui proposta à luz da contribuição fundamentada no construtivismo.

4. A política externa cultural e a (re)construção identitária da Alemanha

Nessa sessão pretendemos apresentar o estudo de caso, e analisa-lo com base no caminho percorrido até aqui. Nesse sentido, apresentamos as diretrizes construtivistas, como uma forma de interpretação, a partir de conceitos-chave que nos permitem olhar determinados acontecimentos a partir dessa ótica. Em seguida, percorremos o caminho da construção do subcampo de política externa, e apontamos suas lacunas, espaços não abordados pelas diretrizes tradicionais de análise. Ao apontar essas lacunas, admitimos que os conceitos trabalhados pelo construtivismo como cultura e identidade são absolutamente cruciais para abordar temas que permeiam as fronteiras que definiram o subcampo de APE interno/externo e endógeno/exógeno.

Ao perceber que os temas que estão contidos na intersecção dessa divisão arbitrária, que é fundamental para o desenvolvimento do subcampo de APE, não conseguem ser explicados pelas diretrizes tradicionais, como trabalhado nas sessões anteriores. Propomos às formas construtivistas de abordar essa análise, partindo de dois conceitos-chave para essa compreensão, a cultura e a identidade. Reforçando o movimento já estabelecido por outros autores, já mencionados¹⁵ nas sessões precedentes, buscamos a partir do reconhecimento desses espaços, produzir a reflexão com o objetivo de alargar o subcampo de APE e promoção do debate a partir de temas limítrofes, que permeias essas divisões engessadas.

A reflexão consiste nas ausências apresentadas pelas abordagens clássicas do subcampo de análise de política externa em torno dos temas identitários, para as quais conceitos como identidade e cultura são fundamentais no ímpeto de adentrar esses espaços e produzir análises a partir da desestabilização dessa fronteira. O marco da contribuição de conceitos de identidade e cultura para o subcampo consiste nas formas de identificação do “eu” e do “outro”, e a partir daí, de compreender como os atores se relacionam e constroem essas referências compartilhadas mutuamente, nesse caso, bilateralmente. Retomando o caminho percorrido até aqui, o objetivo nesta sessão é apresentar uma análise do desenvolvimento da política externa alemã, e tomar a sua atuação na área cultural e educacional externamente como um exemplo de como esses conceitos são

¹⁵ Roxanne Doty, Peter Katzenstein, Jutta Weldes, Ole Weaver, Lene Hansen, Jennifer Miliken, dentre outros.

cruciais para compreender a movimentação política e social deste Estado enquanto forma reconhecida externamente de atuação.

A República Federal da Alemanha através do Instituto de Pesquisa da Sociedade Alemã para Política Externa (DGAP) publicou coletâneas¹⁶ intituladas “Nova Política Externa Alemã” que compilam as bases de atuação da política externa, recursos, interesses e estratégias a partir do período de reunificação. No primeiro caderno as bases são definidas em função de binômios, que em geral apresentam argumentos distintos e interligados no processo de decisão política para diversos temas. Nesse sentido, é possível afirmar que aporias envolvem o processo de definição das bases para formulação dos projetos de política externa, principalmente, por levarem necessariamente em consideração a constante negociação de fatores internos e as condições de projeção dessas identidades resultantes para o internacional.

Sendo assim, em seus textos oficiais a Alemanha já parte de temas que envolvem diretamente a desestabilização das fronteiras entre interno e externo, que dão plasticidade à essa divisão engessada. Um fator crucial para a compreensão da projeção internacional da Alemanha é o discurso que constrói o evento de três de outubro de 1990 como a dia da *unidade* alemã (Tag der Deutschen Einheit), e não a *reunificação*. Esse discurso tem como fundamento a reconstrução democrática e a reconstituição da soberania¹⁷ do país, após o período de ocupação durante a Guerra Fria, retomando a conexão com o regime Nacional Socialista desde 1933 até ao fim da Segunda Guerra Mundial.

A divisão territorial do país marcou profundamente a produção da nação, portanto, o discurso relativo à unidade foi construído com o lema de que nunca mais seria dividida, preservando sua soberania como fundamental e possibilitando a projeção dessa no ambiente internacional. Nesse momento é importante ressaltar que durante um longo período após à Segunda Guerra Mundial, a Alemanha sofreu limitações à sua soberania, que implicaram em mudanças no exercício dos projetos de política externa nas vias militar e econômicas, tradicionais vias de ação desse tipo de política e intervenção, que foram cerceadas. Portanto, a Alemanha, país que já detinha características desenvolvidas com relação à atuação das instituições, interações, atores

¹⁶ Kaiser, K., Maull, H. (1997) Deutschlands neue Außenpolitik, Band 1 Grundlagen, Forschungsinstitut der Deutschen Gesellschaft für Auswärtige Politik, Bonn. Oldenbourg Verlag München.

¹⁷ Kaiser, K., Maull, H. (1997) Deutschlands neue Außenpolitik, Band 1 Grundlagen, Forschungsinstitut der Deutschen Gesellschaft für Auswärtige Politik, Bonn. Oldenbourg Verlag München.

diversificados, enfrentou o cerceamento das vias tradicionais da política externa como veremos a seguir, sendo assim, a via cultural se torna uma necessidade. Partindo desse ponto, e considerando que que será apresentado nessa sessão, consideramos o caso alemão é emblemático no sentido de não poder ser explicado pelas correntes tradicionais de análise. Para nós o caso alemão de política externa cultural encontra-se justamente nessas lacunas apontadas inicialmente, pois não se configura como questão puramente endógena, muito menos puramente exógena, nem apenas no interno, nem apenas no externo, ela extrapola esses limites.

As condições de contínua construção dos *se/ves* alemães, estabilizam-se a partir da interação internacional com outros atores, e para esta análise precisamos dos conceitos-chave de identidade e cultura. Para além disso, as condições de cerceamento levaram à necessidade de uma reavaliação do que era compreendido como objetivo, como interesse nacional, como forma de identificação coletiva. Sendo assim, o processo de estabilização da interpretação coletiva que situa o que é aceitável como atuação internacional para os atores alemães teve que ser reavaliado, com base nas novas condições estruturais e na necessidade da continuidade ontológica, criando uma estrutura de significação, que informa o escopo de atuação. Rememorando a ideia de Weldes, 1996, p. 277) o conteúdo do que é entendido como interesse nacional, portanto, emerge de um processo de representação através do qual os formuladores de política externa fazem com que o contexto internacional seja articulado e compreendido de forma considerada homogênea pelo “nós” dentro de sua estrutura interna. Portanto, abordaremos no próximo trecho as diretrizes da política externa alemã, enquanto estrutura de identificação coletiva internamente, enquanto *se/ves* destacados para atuação internacional, e enquanto forma de continuidade à determinadas identidades.

Nesse momento a contribuição de Ruth Wittlinger e Martin Larose (2007) é fundamental, pois apresentam o tema da discussão acerca da relação entre a memória coletiva e a política externa alemã. Segundo Wittlinger & Larose (2007, p. 483) “the constructivist approach to international relations has emphasised the importance of the cultural and institutional framework in which policy is produced”, sendo assim, continuamos na esfera de que o construtivismo enquanto forma de observar e compreender os fenômenos nos permite as ferramentas necessárias para abordar o tema aqui proposto, de como a política externa pode e deve ser abordada através dos conceitos de identidade e cultura. A construção do conceito de memória coletiva pelos autores perpassa a condição de uma forma coletiva de

interpretação de fenômenos construída no discurso, materializada nas políticas e nas instituições, que fornecem uma interpretação de determinados fenômenos passados como componentes da identidade daquele grupo de indivíduos, caracterizando uma cultura e identidades específicas. A memória coletiva, portanto, cumpre papel fundamental no campo simbólico e no discurso para a construção da política externa, na medida em que determina os limites do campo interpretativo possível dos indivíduos, determinando o que se torna aceitável ou não de acordo com a reprodução identitária.

Nesse momento, não temos por objetivo fazer um levantamento histórico da construção do Estado Alemão e do seu programa de política externa, no entanto, faz-se necessário apontar traços que contribuíram para sua formação, a fim de compreender como chegamos no ponto da via cultural e educacional serem tão cruciais no seu quadro estratégico exterior. A influência do pós Segunda Guerra e do Nacional-Socialismo para a formação da política externa reunificada não podem ser desconsideradas, pois esta memória coletiva está presente em discursos de construção da políticas e da justificativa da construção identitária que necessariamente perpassa uma autolimitação, comprometimento com multilateralismo e uma cultura de política externa civil (Wittlinger & Larose, 2007, p. 481). Esses dois elementos são cruciais para a cultura política da República Federal da Alemanha em termos da sua ordem política e cultural, da formação de sua identidade coletiva e mecanismos de reprodução desta a partir dessa ideia de memória coletiva.

A reunificação enquanto “criação” do Estado Alemão perpassa a condição de autolimitação política, militar e econômica como formas de vivência da memória coletiva do pós-guerra e do Holocausto, evidenciando que esses eventos jamais deveriam se repetir. O resultado da política externa alemã definida como veremos em seguida, baseada em normas multilaterais, principalmente com o ocidente, assim como a condição de poder civil e resolução não-violenta de conflitos, é fruto de uma visão específica desses dois eventos em questão. Os eventos do pós-Guerra e o Holocausto são compreendidos coletivamente como formas de incompatibilidade com a política reunificada, contrárias aos mecanismos identitários construídos e, portanto, não devem se repetir, sendo assim, as diretrizes identitárias discursivas políticas são baseadas nas formas de identificação que não desejam a reprodução desses eventos. A experiência histórica, e principalmente a forma coletiva como essa foi interpretada como parte dos mecanismos próprios de identificação dos indivíduos, desenvolveu uma forma específica de construção de políticas, valores particularmente contra as formas de

política externa militar e econômicas mais agressivas. Essas condições, portanto, que foram fundamentais para a formação da política externa reunificada, que além serem fundamentais para a continuidade ontológica do *self* alemão em contraposição à esses eventos, contribuíram para que vias alternativas de do quadro de ação exterior pudessem ter mais espaço, tornando-se mais evidentes, para além das clássicas citadas anteriormente. Esse desenvolvimento das ias alternativas é captado pela análise construtivista da política externa através dos conceitos de identidade e cultura, que serão abordados de forma mais direta nas próximas sessões.

4.1. A Política Externa da República Federal da Alemanha pós-reunificação: diretrizes e linhas gerais

Segundo Karl Kaiser e Hanns Maull (1997) o principal binário que rege os projetos de construção política alemã no período é o “continuidade-mudança”. O discurso de unidade contrapõe-se a identidade anterior à ligada ao nazismo ou à divisão territorial, buscando a continuidade, no entanto em um contexto de profundas mudanças advindas do fim da Guerra Fria, e todas as consequências políticas, sociais, geográficas, culturais e de produção de subjetividades para a Alemanha. A continuidade dos valores democráticos e das premissas soberanas foram prerrogativas para impulsionar o quadro estratégico¹⁸ de ação da política externa.

Outra aporia que envolve o projeto político do período é a relação entre soberania e a interdependência relativa ao estágio de desenvolvimento da integração no continente europeu, então definida pelo Tratado sobre a União Europeia assinado na cidade de Maastricht em 1992¹⁹. Assim, o anseio pela defesa da premissa soberana entra em concorrência com a interdependência e grau de transnacionalidade dos assuntos, que detém implicações internas, transnacionais e internacionais. A principal maneira para lidar com esse paradoxo com relação aos anseios internos e as demandas externas/regionais foi através do desenvolvimento de uma identidade cooperativa. A cooperação é a chave que fundamenta o discurso da política externa alemã, com o objetivo de construir vantagens para todos os participantes. No entanto, essa chave de argumentação

¹⁸ Os Objetivos encontram-se listados em: http://www.auswaertiges-amt.de/DE/Aussenpolitik/KulturDialog/ZieleUndPartner/ZielePartner_node.html acesso em 03/08/2015.

¹⁹ Informações disponíveis em: <http://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=URISERV%3Axy0026> acesso em 12/01/2016.

apresenta outra relação de oposição para a formulação de política, a relação entre a capacidade de ação envolvendo recursos, capacidade institucional e pessoal técnico especializado para as negociações, e em contrapartida a demanda por esse tipo de ação cooperativa do outro parceiro. Nesse aspecto, os autores levantam o dilema entre o poder e os riscos de exercê-lo, e em que qualidade atua o poder executivo no processo decisório para definição dessas políticas, e por fim, a técnica diplomática que terá a experiência prática da negociação das políticas.

Entretanto, essa posição de relativo poder apresenta uma vulnerabilidade devido à construção identitária ditatorial, o sentimento de oposição dos nacionais com relação à movimentação potencial no exterior, e a aceitação dessas políticas pelos seus vizinhos e membros da integração regional. Assim, o poder que envolve a capacidade de ação alemã seria constrangido pela própria identidade anterior ligada ao poder da ditadura nacional socialista, criando um “outro” interno, ou seja, uma contraposição identitária ao próprio passado²⁰. Portanto, a chave da cooperação se torna uma ferramenta fundamental no discurso da política externa²¹ com dupla função, pois compreende a dimensão de negociação com o “outro” interno, e rege a forma de lidar com os atores externos alvos dessa política.

A reunificação alemã representou um desafio existencial²² para a Alemanha, na medida em que gerou uma desnacionalização da própria identidade ligada a seu passado e a conecta profundamente com a identidade europeia. Sobre este ponto, podemos estabelecer a primeira conexão com a discussão teórica tratada no capítulo anterior, no qual a segurança ontológica torna-se um caminho produtivo. Diante de diversos desafios e mudanças bruscas na estrutura compartilhada dos atores, determinadas ações foram escolhidas como formas de manter a segurança e continuidade ontológica, ou seja, a estabilização do que era reconhecidamente partilhado no nível dos mecanismos de identificação, do que era compreendido como componente fundamental identitário, que observamos em seguida.

²⁰ Campbell, D. (1996) Violent Performances: Identity, Sovereignty, Responsibility. In Lapid, Y.; Kratochwil, F.V. (eds.). *The Return of Culture and Identity*. Boulder: Lynne Rienner, p. viii, 255.

²¹ Kaiser, K., Maull, H. (1997) Deutschlands neue Außenpolitik, Band 1 Grundlagen, Forschungsinstitut der deutschen Gesellschaft für Auswärtige Politik, Bonn. Oldenbourg Verlag München Einleitung.

²² Behnke, A. (2012) The theme that dare not speak its name: *Geopolitik*, geopolitics and German foreign policy since unification. In Guzzini, S. *The Return of Geopolitics*, New York, Cambridge University Press.

Na condição de restabelecimento europeu e o processo de integração como sucesso político²³, surge a política de responsabilidade²⁴ (Verantwortungspolitik) conectada à infusão dos valores ocidentais, principalmente no âmbito geopolítico, que cumpriu papel fundamental para a construção do “outro” nos encontros culturais e internamente culminando com identidades específicas. A unificação e o discurso de uma Alemanha europeia²⁵, comprometida com os valores ocidentais (Westbindung) e com políticas de responsabilidade (Verantwortungspolitik) permitiu simultaneamente a confluência entre a desnacionalização da identidade propriamente alemã e a solidificação da identidade europeia, na qual a Alemanha cumpria papel fundamental na lógica de afirmação do imaginário ocidental, que ainda remete às noções de não repetição dos eventos do pós-45. O discurso construído, portanto, se encontra dentro do arcabouço de necessidade de manter a rotina e os aspectos de identificações ocidentais, conferindo a segurança necessária a estes atores para enquadrar-se na estrutura internacional.

Objetivando produzir uma autoimagem que contrapunha a identidade de poder que ameaça seus vizinhos, a própria difusão e os processos práticos da política externa, um conceito foi desenvolvido a fim de orientar a política e conciliar a chave cooperativa do discurso: a Zivilmacht²⁶, ou potência civil. Esta noção de potência civil torna-se um conceito basilar no período imediatamente após a reunificação como base de orientação para a política externa, e como componente fundamental de um discurso que projeta um *self*, cujo principal objetivo seria a cooperação sem interesse *a priori* em um Großmacht-/Machtpolitik²⁷; essa concepção de poder civil, como um *self* alemão surge em grande medida na impossibilidade de haver uma política externa fundamentada na expansão e poder de forma tradicional. Nesse aspecto, encontramos mais uma vez um aspecto da atuação alemã que não se enquadra nos termos tradicionais de análise de política

²³

http://www.germany.info/Vertretung/usa/en/06__Foreign__Policy__State/03__Europe/_E_uropa.html.

²⁴ Behnke, A. (2012) The theme that dare not speak its name: *Geopolitik*, geopolitics and German foreign policy since unification. In Guzzini, S. The Return of Geopolitics, New York, Cambridge University Press.

²⁵ Behnke, A. (2012) The theme that dare not speak its name: *Geopolitik*, geopolitics and German foreign policy since unification. In Guzzini, S. The Return of Geopolitics, New York, Cambridge University Press.

²⁶ Maull, H. (2006) Zivilmacht Deutschland. In Hellmann, G., Schmidt, S., Wolf, R., Handwörterbuch zur deutschen Außenpolitik, Opladen: VS Verlag.

²⁷ Pode aqui ser traduzido como *hardpower*, sendo a contraposição direta o *a*o Zivilmacht. Pag. XXII introdução Kaiser, K., Maull, H. (1997) Deutschlands neue Außenpolitik, Band 1 Grundlagen, Forschungsinstitut der deutschen Gesellschaft für Auswärtige Politik, Bonn. Oldenbourg Verlag München Einleitung.

externa, nas quais fatores exclusivamente internos ou externos, sejam eles baseados em uma política de poder, ou numa política de cooperação apenas sejam capazes de abarcar os temas que serão apresentados nesta sessão. Percorreremos o caminho nesta sessão de apresentar os diversos *se/ves* alemães desenvolvidos no projeto político e na construção social da política externa, que envolve a estabilização dos mecanismos de reconhecimento e identificação na interação dos atores, para esse movimento os conceitos de identidade e cultura são fundamentais.

O *Zivilmacht* apresenta duas dimensões²⁸ em sua própria categoria, uma ligada ao padrão normativo a ser seguido e outra como chave analítica. O padrão normativo, principalmente a partir de 1990, levado a cabo pela política externa consistia em conectar a República Federal da Alemanha definitivamente com as democracias ocidentais, a rejeição do passado ligado ao nacional-socialismo e o compromisso dessa política com essa condição, e por fim, a orientação acerca do crescimento econômico e prosperidade social como metas para adquirir status de potência, e não mais a expansão territorial como no passado. Essa dimensão está profundamente ligada à noção de continuidade ontológica e estabilização dos mecanismos de identificação entre os atores na interação pela via da política externa.

A outra dimensão desse conceito consiste na parte analítica metateoricamente avaliada como construtivista, na medida em que se entende a realidade como resultado das constantes construções sociais. Essa abordagem, portanto, inclui sistematicamente ideias e valores como premissas da realidade com orientações sobre o comportamento para a política externa. Tal orientação é oriunda do conhecimento e experiência alemães²⁹ acerca de sua capacidade de ação, ou seja, poder potencial em relação à definição de seus próprios interesses sem a tutela dos poderes ou instituições ocidentais a partir da reunificação.

No entanto, essa consciência acerca da autonomia e interesses ainda está inserida na esfera de ação ocidental, que compõe sua identificação e projeção internacional, principalmente através dos fins civilizadores (*Zivilmacht*). Assim, podemos identificar traços gerais das componentes fundamentais das políticas alemãs, principalmente com o foco de integrar-se novamente aos preceitos ocidentais básicos, ou seja, o objetivo de retomar uma rotina uma vez rompida por

²⁸ Maull, H. (2006) *Zivilmacht Deutschland*. In Hellmann, G., Schmidt, S., Wolf, R., *Handwörterbuch zur deutschen Außenpolitik*, Opladen: VS Verlag.

²⁹ Behnke, A. (2012) The theme that dare not speak its name: *Geopolitik*, geopolitics and German foreign policy since unification. In Guzzini, S. *The Return of Geopolitics*, New York, Cambridge University Press.

um conjunto de acontecimentos e decisões políticas. Faz-se necessário, no entanto, problematizar a importância da inclusão desses significados no discurso de política externa como valores basilares de identificação coletiva e compartilhada entre os que estão inseridos nessa estrutura social.

Considerando o quadro estratégico estabelecido pelo Ministério das Relações Exteriores alemão apresentando como pilares³⁰ as relações econômicas, a política cultural e a política educacional, as duas últimas são assumidas de forma interligada e como instrumentos mais duradouros no conjunto de ações da política externa a partir da reunificação. Dessa forma, a política externa apresenta como suas formas de atuação o exercício de poder através de discursos que difundem uma identidade ligada ao *Zivilmacht*. Essa identidade permite atingir seus interesses econômicos sem necessariamente adotar ações baseadas no *Großmacht*, de expansão territorial, de cunho militar, ou que infrinja as normas ocidentais tidas como reguladoras no ambiente internacional, como a soberania. Nesse aspecto, podemos observar que os tomadores de decisão consideram relevante a inclusão dos fatores ideacionais na construção da política externa, seja como forma de identificação coletiva através dos discursos, seja através de projetos de realização através de suas instituições. O projeto político, já em sua concepção apresenta fatores cruciais de estabilização de um *self* cooperativo, que seja reconhecidamente duradouro para com os parceiros, sendo assim, a condição identitária de reconhecimento e estabilização torna-se fundamental, reiterando a condição da seguridade ontológica.

A Alemanha passou por profundas mudanças políticas com o fim da Guerra Fria e a reunificação do território, que proporcionaram um ambiente de maior autonomia e possibilidade da defesa dos interesses, com o questionamento de políticas anteriores. Nesse sentido, a inserção alemã no cenário internacional é feita não mais apenas nos âmbitos econômico e político, através de investimentos, guerras, e alianças, como nos anos anteriores, mas também através da via da produção do consenso, de valores, conhecimentos e interpretações comuns, culminando com novos acordos, normas e significados. O principal objetivo³¹ da política externa adotada é atingir as pessoas nos países parceiros, com os quais mantém relações, culminando com relações internacionais estáveis e duradouras,

³⁰ Os Objetivos encontram-se listados em: http://www.auswaertiges-amt.de/DE/Aussenpolitik/KulturDialog/ZieleUndPartner/ZielePartner_node.html acesso em 03/08/2015.

³¹ Ibid.

simultaneamente apresentando a imagem da Alemanha como país confiável e parceiro.

Buscando alcançar esses objetivos, o Ministério oferece um quadro de orientação estratégico para o trabalho cultural e educacional no exterior. No entanto, são organizações intermediárias, sendo essas públicas e privadas, que são responsáveis pela implementação das ações que realizem esse planejamento. Os trabalhos coordenados pelas instituições intermediárias são realizados, em geral, nos países parceiros, sendo recepcionados pelas Embaixadas e Consulados, com o objetivo de legitimar e reforçar a coerência dos projetos. As principais instituições do Ministério das Relações Exteriores são: Instituto Goethe; Serviço de Intercâmbio Acadêmico Alemão (DAAD); Fundação Humboldt; Agência Central das Escolas no Exterior; Serviço de Intercâmbio Pedagógico; Comissão Alemã para a UNESCO; Instituto Arqueológico Alemão; Instituto Federal de Formação Profissional; Fundação Max Weber; e as Casas de Culturas do Mundo³². Segundo Neumeister (1970), os estados alemães têm como princípio, desde seu restabelecimento a partir de aproximadamente 1946, o entendimento e a cooperação internacional, principalmente na área educacional como pilares da reconstrução³³ destes, após as perdas ocasionadas pela Segunda Guerra Mundial.

Esta parte do ensaio objetiva abordar a formulação mais ampla do quadro estratégico³⁴ da política externa alemã como uma ferramenta de constante construção e reificação de identidade e de um *self* específicos, projetados considerando o “outro” interno e o parceiro da interação. Compreendendo esse ponto de partida, serão apresentados os principais temas da produção acerca da atuação alemã, as abordagens a eles referidas e sob quais óticas teóricas cada tema é tratado. O foco será, por fim, nas atuações da instituição escolhida, que permitem identificar tais ações de projeção identitária para além das construções tradicionais de análise de política externa e considerando a contribuição teórica acerca da segurança ontológica na área da cultura.

³² As instituições estão listadas em:
[www.auswaertiges-](http://www.auswaertiges-amt.de/DE/Aussenpolitik/KulturDialog/ZieleUndPartner/ZielePartner_node.html)

[amt.de/DE/Aussenpolitik/KulturDialog/ZieleUndPartner/ZielePartner_node.html](http://www.auswaertiges-amt.de/DE/Aussenpolitik/KulturDialog/ZieleUndPartner/ZielePartner_node.html).

³³ Neumeister, Hermann. Education for International Understanding in the Federal Republic of Germany, The Phi Delta Kappan, Vol. 51, No. 5, International Education (Jan., 1970), pp. 259-263: disponível em <http://www.jstor.org/stable/20372624>.

³⁴ Atuação definida em: http://www.auswaertiges-amt.de/DE/Aussenpolitik/KulturDialog/ZieleUndPartner/ZielePartner_node.html acesso em 03/08/2017.

Para tal será analisada a produção do consenso e da projeção de identidades específicas alemãs através das suas políticas culturais e educacionais levadas a cabo pelas diversas instituições, parcerias e cooperações. Tais interações estabelecidas permitem o desenvolvimento de zonas de intertextualidade e contínua negociação. Assim, pretende-se fundamentar como essas ferramentas, construções e políticas contribuem para a permanente constituição de um *self* específico e de rotinas de atuação da política externa baseada em traços identitários construídos e compartilhados. O foco será observar as diretrizes políticas da atuação alemã através do engajamento com uma série de projetos nos campos cultural e educacional, cujas análises possuem menos visibilidade no âmbito da análise de política externa.

Considerando as indicações apresentadas é possível sugerir as bases de atuação e diretrizes da política externa alemã em seu quadro estratégico mais amplo para atuação após a reunificação. No entanto, é crucial compreender quais as principais perspectivas adotadas na produção acadêmica para a compreensão desse momento tão relevante para a Alemanha, que pode ser considerado um ponto crucial para os estudos de análise de política externa. Nesse sentido, inicialmente, serão apresentadas as distintas óticas e perspectivas teóricas que concorrem para análises dos acontecimentos vinculados a esta inflexão. Nesse momento, abordaremos o DAAD enquanto instituição fundamental para concretização do projeto político da política externa cultural e educacional alemã, enquanto instituição que apresenta uma identidade coletiva estabilizada para os indivíduos alemães, com atuação internacional.

4.2. A História do DAAD

A primeira instituição alemã de fomento ao intercâmbio acadêmico, aqui definida como uma instância da política externa cultural alemã, é fundada em janeiro de 1925 na cidade universitária de Heidelberg no estado alemão de Baden Württemberg, nomeada “Serviço de Intercâmbio Acadêmico”, e teve como idealizador o estudante Carl Joachim Friedrich, que conseguiu a concessão de treze bolsas para estudantes alemães estudarem no Estado de Nova Iorque nos Estados Unidos da América³⁵. Nesse sentido, os primeiros movimentos desse serviço foram entre os Estados Unidos e a Alemanha. No mesmo ano, a instituição

³⁵ Todas as informações referente a História do DAAD encontram-se em <https://www.daad.de/portrait/wer-wir-sind/geschichte/08945.de.html>.

inaugurou seu primeiro escritório oficial em Berlim, e no ano seguinte, criou uma cooperação com a Grã-Bretanha, e 5 bolsas foram concedidas. Em 1927, um escritório em Londres foi inaugurado. As relações com a França iniciaram-se no ano de 1928, e já nesse ano todos os beneficiados com o fomento deveriam associar-se à instituição. Em 1931, adquiriu seu nome oficial de Serviço de Intercâmbio Acadêmico Alemão, em alemão DAAD, e neste mesmo ano foi registrado como associação sob a presidência de Adolf Morsbach, e estabeleceu relação com 10 países, fornecendo um total de 110 bolsas. Ainda que o foco continuasse nos EUA, entre os anos de 1923 e 1937 foram criados 9 escritórios no continente europeu.

Em 1932, em função da crise que assolava a Alemanha, não houve orçamento para a concessão de bolsas. No entanto, a instituição continuou a conceder vagas de estudo que não gerassem custos, ou seja, que não a obrigassem a arcar com as despesas de viagem. No ano seguinte, por uma decisão de Alfred Rosenberg, principal formulador da política externa, e de Ernst Röhm, chefe das SA (Sturmabteilung), ambos do Partido Nacional Socialista dos Trabalhadores Alemães (NSDAP), sob o regime nazista, o General Ewald von Massow foi indicado para presidir o DAAD. No entanto, havia o interesse em dar continuidade a atuação do DAAD. O objetivo era manter a imagem da Alemanha como um país receptivo e seguro para os bolsistas, apresentando a hospitalidade alemã. Em 1934, o presidente nazista do DAAD foi assassinado, e então Adolf Morsbach foi preso pela polícia nazista por mais de dois meses.

Palestras que apresentavam parte da ideologia nazista através da Política Cultural foram realizadas em 1937, em temas como: “A disciplinarização de corpos no Estado nacional-socialista” e “As políticas gerais raciais alemãs”. Wilhelm Burmeister, presidente no período, lamentou o posicionamento alemão no mundo e queixava-se da forma totalmente “isolada e quase sem esperança” em que o DAAD se encontrava, em função das diretrizes políticas do governo em questão. Nesse ano, o DAAD e o Ministério das Relações Exteriores estavam em conflito, e houve a decisão na qual o segundo centralizaria as políticas culturais externas, impedindo a atuação autônoma da instituição. Após o início da Guerra, o DAAD continuou aceitando inscrições nos programas de países aliados da Alemanha, dentre eles Itália e Japão. Em 1940, quando a Alemanha venceu a França, criou-se na capital francesa o “Instituto Alemão”, que se tornaria a maior instituição política-cultural do Reich nos países ocupados, corroborando a política cultural no Ministério das Relações Exteriores, que demonstrava a determinação nazista para com uma suposta “liderança cultural” alemã. Perseguindo esse objetivo, foi criado

no ano posterior pelo governo, um departamento voltado para os estudantes estrangeiros, retirando do DAAD sua principal função, e implicando na demissão do então presidente Wilhelm Burmeister. Essa renúncia permitiu que o DAAD fosse tomado pelo governo, ou seja, seria uma instituição constitutiva do ministério. Em novembro de 1943, toda a documentação do DAAD e do departamento voltado para os estudantes estrangeiros foi destruída devido a um ataque aéreo, em seguida ambos tiveram seu trabalho e competências unificados. Em 1945, com o fim da guerra o DAAD foi oficialmente dissolvido.

Somente em agosto de 1950, a reitoria da Universidade de Bonn refundou o DAAD sob a presidência de Theodor Klauser, na mesma cidade. No mês de janeiro seguinte, a instituição teve definida como plataforma fundamental o intercâmbio de estudantes, e a comissão de trabalho anteriormente criada para refundar o DAAD em Bonn tornou-se uma unidade da instituição, o Conselho de Curadores. A partir de 1953, o DAAD começou a identificar candidatos para cargos fixos em Universidades no exterior, tornando-os Leitores (Lektoren) oficiais. Em 1956, o DAAD passou a oferecer um suporte maior para os alunos intercambistas. Nesse sentido, as necessidades dos trabalhadores dos escritórios e dos próprios candidatos seriam acompanhadas de forma contínua, assim como as bolsas seriam oferecidas de forma regular. Neste ano, em função desse aumento do espectro de atuação e do monitoramento, foi criado o primeiro alojamento estudantil.

Em 1958, foi aprovado pela Assembleia Geral da instituição, o novo Estatuto do DAAD tendo como principal modificação a possibilidade de associação à instituição, não mais apenas de indivíduos beneficiados pelos programas, mas de instituições, permitindo a associação de Universidades nesse primeiro momento. Em 1960, a instituição comemorou 10 anos do reestabelecimento e concedeu 1494 bolsas, e o elevado número de candidaturas fez com que o DAAD mudasse o processo de seleção, criando quatro Comitês de Seleção. E neste mesmo ano, a instituição expandiu-se para África e Ásia, criando escritórios no Cairo e em Nova Déhli, e bolsas de estudo foram concedidas para candidatos originários do continente africano, e foram aprovadas pelo Conselho dos Curadores medidas de auxílio às instituições de origem³⁶. No ano seguinte, foi criada a primeira revista do DAAD, com informações sobre a oferta de bolsas e notícias sobre a situação das políticas educacionais na Alemanha. Em 1964, é recriado o escritório em

³⁶ COLE, Taylor. African Studies and Training in West Germany In African Studies Bulletin, Vol. 6, No. 1 (Mar., 1963), pp. 14-21 African Studies Association. Disponível em: <http://www.jstor.org/page/info/about/policies/terms.jsp>.

Berlim, com a principal tarefa de fomentar a área das Artes, criando o programa “Artistas em Residência”, assim como organizando seminários para os bolsistas alemães. No último ano dessa década, iniciou-se o processamento eletrônico de dados, o que permitiu maior avaliação dos processos de concessão de bolsas de forma integral. No ano de 1972, o escritório no Brasil foi fundado no Rio de Janeiro, e posteriormente foi criado em Nairobi, um escritório para fornecer maior suporte para os países do Sul. Ainda neste ano, as Universidades localizadas nos estados de Berlin, Niedersachsen, Nordrhein-Westfalen, Rheinland-Pfalz, Saarland e Schleswig-Holstein tornaram-se membros regulares do DAAD, vindo, então, em seguida, a comemoração de 50 anos de fundação da instituição.

Em 1976, a estrutura organizacional do DAAD foi modificada baseada em dois pilares, o primeiro responsável pelas cooperações interinstitucionais, e o segundo responsável pelos campos tradicionais de bolsas de estudos, intercâmbio de professores e alunos, projetos de fomento educacionais e programas especiais. Fundamental no início da década seguinte foi a decisão do Parlamento, que aprovou o estudo no exterior, mencionando o DAAD como um “centro de aconselhamento abrangente para todos os estudantes e cientistas interessados na concessão de bolsas de estudos para o exterior”, e em função dessa decisão angariou maiores fundos para os programas de estudos. Nesse mesmo período, houve mais incentivos ao fortalecimento de uma tradição cultural entre os beneficiados pelos programas, criando um clube de alunos. Em 1985, o primeiro escritório na América Central foi aberto em São José, na Costa Rica, com o objetivo de incentivar o intercâmbio científico entre as universidades da região e as alemãs.

No ano seguinte, houve um acordo relevante para a futura atuação da instituição. Um acordo de cooperação entre os dois Estados alemães foi firmado para o intercâmbio acadêmico de cientistas e estudantes, e no mesmo ano leitores do DAAD foram aceitos em universidades na União Soviética. Baseados no acordo cultural, houve a equalização das taxas de câmbio para os dois anos subsequentes entre os Estados alemães, o que facilitou a mobilidade. No mesmo ano, a instituição tornou-se a agência nacional alemã pelo Programa Erasmus da União Europeia, programa responsável pela mobilidade acadêmica intraeuropeia, podendo então gerenciar maiores fundos voltados para a promoção da mobilidade estudantil. Essas modificações permitiram o aumento da oferta do financiamento, abrangendo também a área de pós-graduação para países em desenvolvimento. Para que o DAAD assumisse, de fato, as relações de intercâmbio com a República Democrática Alemã (RDA), foram necessárias modificações na sua constituição,

que fora realizada pelo Ministério Federal do Interior, para que as relações intra-alemãs fossem regularizadas. Após a aprovação na Assembleia Geral da mesma, a emenda foi aceita, e o DAAD tornou-se responsável pela manutenção das relações acadêmicas com a RDA.

No início da década de 1990, o DAAD passou por modificações basilares, devido à reunificação, houve a abertura de seus programas para as universidades da antiga RDA, e a expansão de seus Comitês de Seleção para professores da região oriental. Assim, a integração das instituições de ensino da Alemanha oriental foi gradualmente realizada em relação à estrutura organizacional da instituição, e no ano de 1991, 28 faculdades foram inseridas. Foram organizados inúmeros programas para equalização do nível de habilidade dos estudantes da região oriental nos padrões ocidentais de língua estrangeira. O orçamento recebeu aumento robusto com a reunificação alemã. Ainda no mesmo ano, a dissolução da União Soviética implica em mudanças políticas significativas na região, o que afetou drasticamente as relações de intercâmbio com os países em questão. O processo de integração das universidades da antiga Alemanha oriental foi formalmente concluído em um ano, e foram abertas em todas as universidades programas do DAAD, e todas as universidades passaram a ser associadas à instituição. No entanto, esse processo não foi concluído como o esperado, pois foram observados casos de xenofobia, que dificultaram a concretização dos programas e políticas nos locais integrados. Nesse sentido, com o objetivo de reverter essa situação, foi criada pelo DAAD uma campanha de publicidade pela tolerância e abertura.

Em 1993, o escritório de Moscou foi inaugurado com jurisdição sobre todos os Estados sucessores da União Soviética, com mais de 900 instituições de ensino superior. Em função de novas demandas exigidas pelo novo escritório, foi criado com fundos especiais no Ministério das Relações Exteriores um programa especial para a difusão da língua alemã nos países da Europa central e do Leste. O desenvolvimento dos programas para essa região resultou no aumento em quatro vezes o número de bolsas concedidas, com relação ao ano de 1984. Nesse mesmo ano, o escritório em Pequim foi inaugurado, expandido sua atuação na Ásia, que adquirira crescente importância econômica e política da década. Na segunda metade da década, o DAAD estava intimamente e ativamente envolvido nas discussões sobre políticas educacionais na Alemanha, que culminou com a aprovação de um programa voltado para a promoção do estudo de estrangeiros nas universidades alemãs, tendo como objetivo tornar as instituições de ensino alemãs mais atraentes para os estudantes. No ano de 1996, o foco foi concentrado

na Bósnia-Herzegovina, para qual, após o acordo de paz, o DAAD aumentou substancialmente a concessão de bolsas.

A instituição perseguia seus objetivos ao intensificar seu compromisso com o desenvolvimento ao criar, através de parcerias com universidades de países em desenvolvimento, mecanismos de cooperação econômica. Houve um esforço, no ano seguinte, através de conferências internacionais, para a criação de normas internacionais de qualidade para garantir o reconhecimento de graus no exterior, nesse sentido haveria um espaço educacional superior europeu único. A Declaração de Bolonha, assinada em 1999 pelos chefes de Estado e pelos representantes da União Europeia, ratificou a criação do espaço educacional superior europeu único a ser implementada em até dez anos. Deste modo, o DAAD continuou desenvolvendo seu objetivo de expandir as universidades alemãs, e completou, em 2000, 75 anos de existência.

No ano de 2001, frente aos ataques terroristas de setembro, o DAAD tomou uma série de medidas para intensificar o diálogo com o mundo islâmico, lançando programas como o “Pacto de Estabilidade para o Afeganistão”, visando a coordenar a reconstrução acadêmica no Afeganistão, e o “Go East”, que fomentava a pesquisa e o estágio na Europa Oriental e nos países sucessores na União Soviética, assim como aumentar o interesse dos estudantes alemães e graduados na Europa Oriental. Em 2006, o orçamento anual do DAAD foi aumentado, atingindo a marca de 10,5 milhões de euros, possibilitando a criação de um fundo usado para especificar o recrutamento internacional de jovens altamente qualificados. A Alemanha ocupa a terceira posição dentre os países que mais recebem estudantes no mundo, atrás dos Estados Unidos da América e da Grã-Bretanha. No ano de 2008, sob o ideário de “qualidade através da internacionalidade” foram definidos novos programas, e o foco foi a Índia, com o objetivo de intensificar as trocas entre os países. No ano seguinte, dois centros foram abertos, na África do Sul e na Namíbia, sendo parte da “Ação África”. No mesmo ano, foi estabelecido um acordo entre o Iraque e a Alemanha tendo seu cerne na parceria estratégica acadêmica, visando a expansão da cooperação científica.

O DAAD, ao longo de sua história, salientou a necessidade de uma perspectiva internacional e intercultural para a formação acadêmica do indivíduo, de modo a atuar de forma concisa com as diretrizes estabelecidas pelo ministério, deixando clara a relação direta entre ambos. Concomitantemente, apresentou os programas e atuações que exemplificam na realidade as diretrizes estabelecidas inicialmente, da construção de identidades coletivas, saberes, conhecimentos,

normas e significados construídos conjuntamente, de modo a construir o consenso e a capacidade da Alemanha de inscrever normas e significados. No ano de 2012 o DAAD teve o orçamento total de 407.4 milhões de euros, sendo estes, advindos de fontes diferentes, sendo estes principalmente os ministérios federais e a União Europeia³⁷.

Ao analisar o DAAD, ao longo de sua trajetória institucional, é possível observar que esta esteve ligada ao governo alemão como um órgão representativo da política cultural e educacional do Estado. A relevância da instituição para o cumprimento dos interesses da política externa alemã no âmbito cultural e educacional é inegável, como pode ser observado nos diversos programas realizados, na sua presença mundial, no aumento da abrangência de atuação em diversas áreas do conhecimento, e do aumento de seu orçamento. O papel político do DAAD é relevante durante período da reunificação alemã, que é apresentado e compreendido como um momento de inflexão, por ser reconhecido como órgão fundamental na homogeneização do sistema de ensino superior alemão, assim como foi importante para o projeto de unificação do sistema de ensino na União Europeia, além de ter passado por diversas modificações na sua estrutura no período.

Assim, será observada a atuação específica da instituição enquanto ator da política externa alemã, principalmente no Brasil, como são realizados os programas e incentivos, e como os projetos adequam-se aos princípios da instituição e, por conseguinte, como se dá a lógica de produção de significados da política externa alemã através de suas políticas culturais e educacionais. Partindo da compreensão de que a política externa alemã detém uma face fundamentada na política educacional atrelada à sua política cultural, ambas enquadradas em um plano estratégico mais abrangente e figuram como pilares da atuação alemã no cenário internacional, e que há uma rede de instituições responsáveis pela execução desse planejamento em todos os países, onde estão representadas, cabe entender como funcionam os mecanismos práticos de atuação desses atores. Sob esta ótica, serão analisados os acontecimentos que se inserem nesse contexto.

³⁷ Informações obtidas no relatório anual do DAAD de 2012 <https://www.daad.de/portrait/service/publikationen/08978.en.html>.

4.2.1. O DAAD no Brasil

O DAAD, na sua relação com o Brasil traz este último como o único país na América Latina que se encontra inserido nas parcerias consideradas estratégicas pelo Ministério Federal do Exterior alemão, sendo considerado relevante pelo histórico das relações entre os países iniciado pela imigração alemã na década de 1920³⁸. Perseguindo o foco de analisar a reorientação da política externa alemã, o primeiro fato ocorrido a partir de 1993 foi o Acordo Básico de Cooperação Técnica³⁹ firmado em 1996 entre os países abrangendo diversas áreas com o apoio a instituições de pesquisa e fomento para a elaboração de estudos e pareceres, a transferência de tecnologia, realização de estágios e intercâmbio de técnicos na Alemanha, assim como a equiparação de títulos e exames em ambos os países. No entanto, esse acordo só entrou em vigor no ano de 1998.

Em 1997, houve a Iniciativa Conjunta sobre o Meio Ambiente⁴⁰ entre Brasil e Alemanha, ainda África do Sul e Cingapura. A cooperação entre os dois países foi reafirmada em maio de 2008, através do Plano de Ação para diversas áreas⁴¹, cujas diretrizes foram estipuladas pelo Ministério para as parcerias estratégicas bilaterais. Dentre as áreas determinadas encontram-se: a Governança Global, Mudança do Clima e a Diversidades; Desarmamento e Não-Proliferação; Defesa; Ciência, Tecnologia e Inovação; Desenvolvimento Sustentável e Energia, assim como a Cooperação Econômica e Empresarial. No Plano de Ação está contido com especial atenção aos intercâmbios científico, tecnológico e cultural, ressaltando a importância dos laços culturais firmados entre os países para a cooperação, desde a imigração alemã direcionada ao Brasil. O décimo terceiro ponto do Plano de Ação apresenta as relações culturais bilaterais e a cooperação educacional⁴², visando à preservação e ampliação do patrimônio cultural comum, no qual é destacada a relevância dos laços humanos entre os dois países.

³⁸ Esse fator pode ser considerado relevante na medida em que pode ser analisado como um ponto de reconhecimento identitário, ou seja, com a possibilidade de reconectar com fatores e mecanismos de identificação que conferem a continuidade ontológica, de acordo com a construção aqui proposta.

³⁹ http://www2.mre.gov.br/dai/b_rfa_418_487.html acesso em 21/06/2017.

⁴⁰ <http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/notas-a-imprensa/2000/09/28/evolucao-das-relacoes-brasil-alemanha/print-nota> pag 2 acesso em 21/06/2017.

⁴¹

http://www.brasil.diplo.de/Vertretung/brasilien/pt/07__Aussenpolitik/Bilaterale__Vertraege/Bilaterale__Vertraege.html acesso em 21/06/2017.

⁴²

<http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/notas-a-imprensa/2008/05/14/plano-de-acao-da-parceria-estrategica-brasil> acesso em 21/06/2017.

Partindo desse princípio concordam em incentivar o intercâmbio cultural bilateral, por meio do fortalecimento da presença cultural, enfatizando o papel do ensino dos idiomas nos países; em estimular a divulgação cultural recíproca em áreas diversas; em avaliar formas de evitar desvantagens fiscais para os agentes culturais das duas partes, e intensificar o intercâmbio de estudantes e pós-graduados. A visita da primeira-ministra alemã, Angela Merkel, ao Brasil em maio de 2008, e a visita do então presidente brasileiro Luís Inácio Lula da Silva à Alemanha em dezembro de 2009 foram fundamentais para a legitimação desse diálogo em diversas áreas da cooperação.

Ao percorrer a história de atuação do DAAD enquanto instituição compreendida como instância definida pelas regras criadas pelos agentes, e com função de estabilizar identidades coletivas, a agência cumpre a função do projeto político das diretrizes estabelecidas pelo ministério alemães. Nesse sentido, seu escopo de atuação ainda que com diretrizes estabelecidas pelo quadro estratégico alemão pode ser avaliado como mecanismo de disseminação de determinados *se/ves* alemães, que nesse caso detém as características supracitadas., que precisam ser reconhecidas pelos atores parceiros. Tendo em vista que as instituições precisam ser reificadas e assimiladas como elementos próprios àquela determinada formação identitária, decorre, portanto, a estabilização política dessa instituição, assumidas coletivamente como fenômeno necessário.

Os mecanismos de institucionalização dos *se/ves* alemães, que neste caso correspondem aos entendimentos coletivos, como bases culturais da nação, fornecem respostas estáveis aos sujeitos sobre como determinadas ações serão realizadas, criando assim, uma rotina de atuação internacional. O DAAD torna-se um elemento de autoidentificação, ou seja, uma continuidade do *self* coletivo alemão, que sofreu com rupturas e modificações ao longo de sua história, e que, portanto, precisava ter uma imagem consolidada para com seus parceiros. Portanto, o DAAD cumpre papel fundamental na política externa alemã, na medida em que é responsável por carregar determinantes dos mecanismos de identificação coletivos alemães internacionalmente, ou seja, ser um representante das identidades e cultura alemãs externamente, além de rotinizar a atuação nesses locais, criando mecanismos constantes de (re)produção identitária e de reconhecimento. O discurso da ação da instituição se enquadra na construção da identidade, e como os mecanismos de identificação interna criam conceitos que permitem legitimar ações e criar estruturas como por exemplo, a nação, e fundamentar a atuação internacional dos atores. As principais formas de definição de identidades criam narrativas que buscam a estabilidade identitária (Wæver,

2004, p. 33), criando o entendimento coletivo e a estrutura de significados de fundamenta a capacidade política produtiva. O DAAD faz parte da estabilização do discurso da Alemanha de identidades estáveis ao longo do tempo, que podem ser confiáveis e reconhecidas pelos parceiros, (re)produzindo as identidades construídas socialmente.

4.3. Componentes analíticos e Contribuição do DAAD como ator da Política Externa Cultural Alemã

Compreendendo a relevância da política cultural e educacional para a República Federal da Alemanha, e o papel crucial que cumprem as instituições intermediárias, responsáveis pela implementação das diretrizes políticas, o DAAD desenvolve ações, programas, e reflete em seus discursos e ações as diretrizes de do Ministério Federal das Relações Exteriores alemão. A instituição está presente em todos os continentes com 17 representações na América do Norte, 33 na América Latina, 140 na Europa Ocidental e Turquia, 166 na Europa Oriental e Central, 25 no norte da África e Oriente Médio, 17 na África Subsaariana, e 73 na Ásia e Pacífico, segundo as informações do relatório de 2011⁴³. Os principais financiadores da instituição são: o Ministério Federal das Relações Exteriores (Auswärtiges Amt), o Ministério Federal da Educação e Pesquisa (BMBF), o Ministério Federal de Economia, Cooperação e Desenvolvimento (BMZ), e o Parlamento alemão.

Baseado nas diretrizes do Ministério das Relações Exteriores, o DAAD traça cinco objetivos para a sua atuação mundial, sendo eles: atrair jovens estrangeiros para estudar ou pesquisa na Alemanha e mantê-los como parceiros ao longo da vida, ou seja, dando ênfase à interação com esses indivíduos. O segundo é qualificar jovens pesquisadores alemães nos melhores centros do mundo, com um espírito de tolerância e cosmopolitismo, esse objetivo traz a necessidade dessas noções tornarem-se ideais compartilhados entre os indivíduos. O terceiro consiste em promover a dimensão internacional e o interesse nas Universidades alemãs, exemplificando o interesse em promover os conhecimentos e saberes ali contidos, e torná-los parte constitutiva das novas identidades construídas em conjunto com os países parceiros.

O quarto pretende fortalecer os estudos alemães e a língua alemã nas universidades no mundo, objetivo que permite a percepção do interesse em

⁴³

Como pode ser observado no organograma das páginas 2 e 3 do anuário de 2011.

disseminar parte dos interesses alemães ligados à sua política educacional, de criar entendimentos compartilhados e pontos de intertextualidade. O quinto consiste em dar suporte aos países em desenvolvimento para estabilizar seus sistemas de educação superior através da cooperação, nesse objetivo está contido o interesse em fazer-se presente na estabilização dos sistemas educacionais dos parceiros. A presença alemã nestes locais torna possível a disseminação de conhecimentos, valores, significados e normas passando a compor as identidades nesses países, segundo a lógica de atuação da política externa. Esses objetivos são aprofundados, e adquirem características mais amplas, permitindo a atuação do DAAD em todo o mundo segundo tais diretrizes. Isso decorre da iniciativa de conhecer as especificidades de cada região e apresentar programas diferenciados para cada uma delas partindo de seus interesses e necessidades no âmbito do sistema educacional superior de cada uma, desde que tenham uma interface com esses objetivos preestabelecidos.

A implementação de centros de pesquisa alemães, programas de cooperação estudantis, anos comemorativos, dentre outros elementos que compõem a atuação da política externa alemã através dessas instituições são consideradas meios através dos quais as políticas chegam até os indivíduos, carregadas de entendimentos, valores, que corroboram para a hipótese aqui proposta das formas de atuação da política externa, através do consenso, e da tentativa de fornecer a identidade de *se/ves* específicos alemães de cooperatividade. A atuação da instituição é através de meios não impositivos, e sim da construção de interesses comuns, através dos programas, nos quais possam ser percebidos características e interesses de forma partilhada torna-se a forma rotinizada.

Segundo Iver Neumann, a principal estratégia de incorporação⁴⁴ do ente considerado estranho, ou seja, não nacional, é através da construção de identidades coletivas. Ainda que os interesses basilares dessa construção não estejam especificados no momento das parcerias, que são efetivamente realizados através das práticas de discurso, principalmente nos discursos de política externa⁴⁵. Partindo dessa premissa, cabe compreender os meios de atuação da política externa alemã, sendo o DAAD esta ferramenta de atuação e

⁴⁴ Incorporação, segundo Iver Neumann, nesse sentido significa a o alinhamento e aceitação do outro, de modo que há o reconhecimento das diferenças, no entanto, essas trazem riqueza para a relação. A incorporação permite a identificação com o outro ator, produzindo elementos compartilhados como as identidades e os interesses. (NEUMANN 1996).

⁴⁵ NEUMANN, I.B. "Collective Identity Formation: *Self* and Other in International Relations". *European Journal of International Relations*, v. 2, n. 2, 1996.

legitimação de políticas que exerce a função de estabilização da identidade coletiva, e a padronização da atuação internacional trazendo a noção de rotina para as parcerias e implementação de projetos, sendo este o objetivo traçado como cerne desta pesquisa. Neste aspecto, esta contribuição da segurança ontológica como chave teórica de análise se explicita na medida em que a instituição confere continuamente, através da interação, os elementos de identificação e contínua construção de rotinas de reconhecimento e compartilhamento entre os atores envolvidos.

Nesse sentido, foram analisadas, a partir destes acordos de cooperação, principalmente no acordo de 2008, acordo considerado crucial para as relações bilaterais na medida em que regulamenta as principais ações nas áreas culturais e educacionais para os anos seguintes, quais as modificações puderam ser percebidas através da política cultural e educacional alemã para o Brasil. Os pontos fundamentais dessa atuação são a promoção língua alemã como língua estrangeira; a atuação das escolas alemãs, e os programas culturais específicos, como por exemplo, o intercâmbio científico e o universitário. A promoção da língua alemã, segundo tal diretriz da política externa, tem como principal expoente os Institutos Goethe em São Paulo, Rio de Janeiro, Curitiba e Brasília responsáveis pelo ensino da língua nos padrões alemães, a realização de eventos, e da criação de uma rede de indivíduos, que se identifiquem com tais identidades, assim como a disponibilização de informações de intercâmbio estudantil entre os Institutos Goethe no mundo. Com relação à atuação das escolas, há quatro escolas alemãs presentes no Brasil, três no Estado de São Paulo, e uma no Estado do Rio de Janeiro, que adotam o sistema de ensino alemão, e são fundamentais na disseminação da cultura e língua alemãs. Foi criada uma parceria com 22 escolas no Brasil, chamada “PASCH – Schulen – Partner der Zukunft”⁴⁶, que significa, “Escolas – Parceiras do Futuro”, que tem em suas grades curriculares o ensino da língua alemã ligados a projetos extracurriculares, as quais conferem aos alunos diplomas reconhecidos na Alemanha. Ainda no ramo escolar, há mais de 100 escolas localizadas no Sul do Brasil que ensinam a língua alemã⁴⁷.

Outro elemento dos pontos fundamentais dos mecanismos de ação do Ministério das Relações Exteriores consiste nos programas culturais específicos, como os intercâmbios acadêmicos e científicos, os quais fornecem exemplo prático para a compreensão da atuação diferenciada da política externa alemã

⁴⁶ <http://www.pasch-net.de/udi/deindex.html> acesso em 21/06/2017.

⁴⁷ www.auswaertiges-amt.de/DE/Aussenpolitik/Laender/Laenderinfos/Brasilien/Bilateral_node.html.

através do estabelecimento de vínculos, da importância dada às condições ideacionais e rotinização/padronização da atuação a fim de obter uma rotina estável de compartilhamento de significados e entendimentos. Uma das instituições alemãs responsáveis por tal área deste planejamento é o DAAD, trabalha para essa estabilização através de projetos e atuação, visando cumprir seus objetivos através da concessão de bolsas de estudo e do fomento e financiamento de projetos.

Compreendendo a política externa alemã como um complexo de ações e diretrizes, é possível perceber características comuns dessa atuação no contexto da política cultural e educacional após a reunificação alemã, principalmente ao analisar os acontecimentos após cooperação estabelecida em 2008. Segundo os pontos acordados no plano, um aspecto considerado fundamental, que sofreu mudança considerável foi a concessão de bolsas para brasileiros. O DAAD atua no nível federal e estadual para as cooperações, e dentre os programas de intercâmbio mais importantes que executa em conjunto com seus parceiros, é o programa de bolsas para estudantes brasileiros. Desde 1993, mais de 16.000 alunos e cientistas foram beneficiados.

A exemplo desta atuação, a cooperação científica e tecnológica entre Brasil e Alemanha já existe há mais de 40 anos, baseada em um acordo⁴⁸ realizado no ano de 1969, que fora renovado no ano de 1996, cujas bases eram a cooperação técnica⁴⁹, no entanto foram o movimento inicial para diversas outras parcerias de pesquisa e inovação. Oscilações são identificadas durante o período, no entanto, o aumento quantitativo em relação ao ano-base pode ser observado ao longo do período, principalmente a partir de 2009, no qual o número de bolsas concedidas a brasileiros ganha mais um dígito.

No ano de 2010, uma parceria entre o DAAD, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) promoveu a cooperação na área de educação e pesquisa, oferecendo o primeiro programa de pós-graduação de Doutorado Brasil-Alemanha, com o incentivo do curso de língua alemã no país europeu conforme as necessidades dos candidatos⁵⁰. O programa tinha como

48

http://www.brasil.diplo.de/contentblob/2700694/Daten/779961/1969_Kulturabkommen_pt.pdf acesso em 21/06/2017.

49

http://www.brasil.diplo.de/contentblob/2700976/Daten/780339/1996_Basisabkommen_TZZ_usammenarbeit_pt.pdf acesso em 13/01/2014.

50

Jahresbericht 2010 página 67.

princípio o fortalecimento da cooperação acadêmica e científica entre os dois países, prevendo o financiamento de missões de professores de instituições brasileiras e alemãs por período determinado. Os objetivos⁵¹ da parceria eram: fomentar a pesquisa e estreitar vínculos entre os cientistas brasileiros e alemães; facilitar o acesso a bibliotecas e laboratórios especializados; executar pesquisas de campo; possibilitar ações conjuntas e preparar a cooperação de grupos de pesquisa entre Brasil e Alemanha.

Desta forma, percebe-se que a troca de experiências e vivências dos indivíduos, além possibilitar as condições para que essas trocas sejam estabelecidas, inclusive no âmbito financeiro é absolutamente fundamental neste programa. Assim, essa ação faz parte da diretriz mais ampla da política cultural e educacional alemã para o Brasil. No mesmo ano, a Fundação Alemã de Pesquisa (DFG) e as Fundações de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG) celebraram um acordo de cooperação⁵² para apoiar projetos realizados em conjunto por pesquisadores de ambos os países no campo das ciências, além do intercâmbio entre os jovens cientistas.

Outro componente relevante desse complexo político alemão é o ano comemorativo da Ciência, Inovação e Tecnologia entre Brasil e Alemanha⁵³, sendo a comemoração da parceria de ciência e pesquisa entre os dois países, a fim de dar novo impulso à cooperação juntamente com os seus parceiros, como o DAAD. Os ministros responsáveis pela pesquisa da Alemanha, Annette Schavan, e do Brasil, Sergio Rezende, inauguraram-no em abril de 2010 ao assinarem um Memorando de Entendimento entre os países. O ano comemorativo ressaltou a relevância do Brasil como parceiro fundamental da Alemanha na América do Sul, e indicou novas formas de cooperação científica. No evento de abertura, na cidade de São Paulo, o discurso dos ministros construiu o objetivo de aprofundar as relações científicas, promovendo o intercâmbio de cientistas e estudantes para a investigação e pesquisa, de modo a compor uma ação concertada que conjugasse política, ciência e economia, cujos temas principais seriam área ambiental, médica, energias renováveis e eficiência energética, todas calcadas nos princípios de inovação e tecnologia⁵⁴.

Esse ano comemorativo permitiu a expansão da relação bilateral, visto que aumentou o intercâmbio entre estudantes e pesquisadores, promovendo o

⁵¹ <http://www.capes.gov.br/editais/abertos/4274-missoes-de-curta-duracao> visitado em 22/12/2013.

⁵² <http://www.brasilalemanhanews.com.br/Noticia.aspx?id=1765> acesso em 13/01/2014.

⁵³ <http://www.dbwti.de/> acesso em 13/01/2014.

⁵⁴ <http://www.bmbf.de/de/13289.php> acesso em 13/01/2014.

potencial dos países na área de pesquisa, com o apoio de instituições de fomento à pesquisa de ambos os países. O Ano Comemorativo foi organizado no Brasil pelo Ministério das Relações Exteriores (MRE) e o Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), e na Alemanha pelo Ministério Federal Alemão para a Educação e Pesquisa (BMBF), este último disponibilizou fundos para o financiamento de organizações intermediárias; institutos de pesquisa não acadêmicos; universidades; empresas de pequeno e médio porte voltadas para a pesquisa científica; associações e fundações baseadas na Alemanha, assim como instituições pertencentes aos bairros, distritos e municípios. Um importante movimento inserido neste contexto foi o 1º Laboratório de Aprendizagem em Inovação Brasil-Alemanha⁵⁵, fruto da iniciativa conjunta da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI), e do Instituto Fraunhofer, objetivando a promoção de novas parcerias e negócios bilaterais, assim como projetos tecnológicos entre ambos. A abertura do ano comemorativo foi seguida de 100 outros eventos relacionados, 60 projetos de *best-practice*, com um financiamento total de mais de um milhão de euros do BMBF.

A principal ação do Governo brasileiro neste setor, especificamente do Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e Ministério da Educação (MEC), foi feita através do programa Ciências sem Fronteiras do Brasil⁵⁶, que ao que concerne à Alemanha foi feito através da parceria com o DAAD. Tal programa busca promover a consolidação, expansão e internacionalização da ciência e tecnologia, da inovação e da competitividade brasileira por meio do intercâmbio e da mobilidade internacional. Tendo seu início em 2011, tinha como objetivo enviar 100 mil estudantes brasileiros, das áreas de ciências naturais e engenharias, a universidades no exterior até 2014, sendo 10% destes para a Alemanha⁵⁷. Essa ação permite que os alunos mantenham contato com sistemas educacionais competitivos no que tange à tecnologia e inovação, e que atraíam pesquisadores do exterior que queiram estabelecer parcerias com pesquisadores brasileiros, além de possibilitar aos pesquisadores brasileiros receberem treinamentos especializados no exterior.

No ano de 2012, foi inaugurada em São Paulo no Brasil, pelo Ministro alemão Guido Westerwelle, a Casa Alemã de Ciência e Inovação, na presença da presidente do DAAD e do presidente da Fundação Alexander von Humbolt. Essa Casa foi estabelecida como um ponto de contato para a cooperação e intercâmbio,

⁵⁵ <http://www.brasilalemanhanews.com.br/Noticia.aspx?id=1294> acesso em 13/01/2014.

⁵⁶ <http://www.cienciasemfronteiras.gov.br/web/csf/o-programa> acesso em 13/01/2014.

⁵⁷ Jahresbericht 2012 página 66.

e representa uma importante mensagem para os brasileiros de projetos conjuntos. Universidades como a FU Berlin, Bochum, Duisburg-Essen e Münster, Universidades técnicas como as de Munique e Dortmund, e Universidades de ciências aplicadas como aquelas membros do programa UAS7 montaram escritórios e consórcios no local. A sede da Deutsches Wissenschafts- und Innovationshaus (DWIH) é no prédio da Câmara de Comércio e Indústria Brasil-Alemanha, e o DAAD é responsável por administrar o setor operacional, e o AA pelo financiamento de projetos interdisciplinares, eventos e atividades midiáticas⁵⁸. A Casa de Ciência possui um Conselho Diretor, cujo presidente é o diretor do DAAD no Brasil, posto atualmente ocupado por Christian Müller.

O fundamento em ter uma representação conjunta no exterior de universidades, instituições de pesquisa e agências de inovação alemães no mesmo ambiente é estabelecer uma base mais eficiente de intercâmbio com os parceiros internacionais. Esse instituto tem por objetivo intensificar o intercâmbio científico de profissionais e ideias, e estimular o surgimento de novas cooperações de pesquisa e inovação, pois detém uma base sólida para essa troca, ao representar diferentes entidades do país de origem, no anfitrião. Há cinco Casas Alemãs de Ciência, Tecnologia e Inovação no mundo, sendo elas em Moscou, Nova Déhli, Nova York, São Paulo e Tóquio, que visam a ser um ponto de encontro das instituições científicas e dos agentes de inovação dos dois países em questão.

Nesse contexto, o Brasil foi considerado um parceiro valorizado na cooperação com a Alemanha, além das cooperações bilaterais entre os institutos de pesquisa e universidades, que já passaram de 400, atual fortemente a Fundação de Pesquisa Helmholtz (HGF), a Fundação Alemã de Pesquisa (DFG), a Fraunhofer-Gesellschaft (FhG), a Sociedade Max Planck (MPG), a Fundação Alexander von Humboldt (AvH) e a Leopoldina. Os principais projetos de pesquisa firmados de forma conjunta foram: o DINARIO, sobre a conservação de florestas entre universidades alemãs e a EMBRAPA; o BRAGECRIM, sobre a produção de tecnologia em mais de 30 instituições científicas dos dois países, cuja principal instituição é a DFG; o ATTO, sobre uma torre para observação e estudos climáticos na Amazônia; o Bramar, com estudos para a redução da escassez de água no semiárido brasileiro com o apoio de universidades alemãs; o CarBioCol, sobre a otimização da gestão da terra na região sul da Amazônia com o apoio de dez universidades alemãs; o Inovar com o apoio de seis universidades alemãs,

⁵⁸ <https://www.daad.de/portrait/presse/pressemitteilungen/2012/19791.en.html> acesso em 21/06/2017.

sobre a melhoria da produção agrícola, proteção da biodiversidade, redução de gases e o uso de reservatórios de água; e o INTECRAL sobre o uso da tecnologia para o desenvolvimento sustentável partindo de 3 universidades alemãs. Ainda há outros projetos de cooperação nas áreas de investigação marinha, aeroespacial e de pesquisa agrícola. A cooperação entre a EMBRAPA e o Centro de Pesquisa Jülich sobre pesquisa agrícola abriu uma representação chamada Labex no Brasil, a fim de intensificar a cooperação e representar toda a pesquisa agrícola no país.

Outro tema fundamental de cooperação entre Brasil e Alemanha é Desenvolvimento Sustentável, cujas bases concentram-se no tratamento conjunto dos problemas globais, principalmente as alterações climáticas e a proteção da biodiversidade. A Alemanha é considerada parceira mais importante no Brasil em termos da proteção e o uso sustentável das florestas tropicais, e a promoção das energias renováveis e eficiência energética, sendo essas últimas componentes fundamentais de atividades de efeitos significativos para a economia. As instituições alemãs mais engajadas nesse âmbito, desde o Plano de 2006 são o Ministério Federal da Cooperação (BMZ), o Ministério Federal do Meio Ambiente (BMU), a Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ), o Banco de Desenvolvimento KfW e o DEG.

Em maio 2013 foi inaugurado o Ano da Alemanha no Brasil⁵⁹, sob o lema “Quando ideias se encontram” e definido até maio de 2014, com o objetivo de ampliar e aprofundar as relações entre os dois países, dando maior visibilidade à cooperação e incentivando novas parcerias. O ano comemorativo é composto por eventos, cursos, palestras, concursos, mostras, concertos e qualquer iniciativa que dialogue com a relação entre Brasil e Alemanha. Um exemplo desse ano foi a homenagem feita ao Brasil na Feira Internacional do Livro⁶⁰ em Frankfurt, seguido da homenagem brasileira à Alemanha na Bienal do Livro⁶¹ no Rio de Janeiro.

Em entrevista, Johannes Bloos⁶² reiterou que a prioridade da Alemanha enquanto Estado presente nos seus países parceiros é descentralizar a sua atuação através das instituições intermediárias. No âmbito da cultura enalteceu o

⁵⁹ <http://www.alemanha-brasil.org/br/Sobre> acesso em 21/06/2017.

⁶⁰ <http://www.brasil.gov.br/cultura/2013/10/brasil-sera-o-homenageado-na-feira-internacional-do-livro-de-frankfurt-2013> acesso em 21/06/2017.

⁶¹

<http://www.bienaldolivro.com.br/canal/?releases/2685/em+2013,+a+bienal+do+livro+rio+c+omemora+30+anos+e+homenageia+a+alemanha/> acesso em 17/06/2017.

⁶² Entrevista concedida à autora do estudo no dia 10/12/2017 no Consulado da República Federal da Alemanha no Rio de Janeiro.

trabalho do DAAD e do Goethe-Institut como duas instituições fundamentais na representação alemã, principalmente na atuação no nível individual para com os parceiros. A autoridade ressaltou os eixos de atuação da política externa alemã, dando ênfase na via cultural, informando que as outras não são possíveis ou viáveis sem que a primeira esteja assegurada. Nesse sentido, ressaltou o papel da cultura na política externa alemã, sendo essa fundamental para manter uma relação estável, e principalmente previsível com os parceiros. Nesse momento, podemos perceber a necessidade de continuidade na interação com o parceiro, ou seja, a Alemanha almeja que os outros possam ter uma expectativa estável da atuação deste país, e isso é feito através da política externa cultural. Podemos então, estabelecer um ponto de conexão com a proposta aqui elaborada acerca da segurança ontológica e como a cultura é crucial no cumprimento desse projeto político de estabilização identitária, aspecto fundamental para os Estados na sua interação com outros. Assim, a política externa cultural é considerada muito importante pelo Cônsul, na medida em que consegue alcançar determinados projetos que as outras vias políticas e econômicas não atingem, principalmente os parceiros no nível individual, que percebem a Alemanha como país parceiro que possui características interessantes na via das artes, do esporte, da língua, da cultural, da ciência e da inovação.

Retomando nesse momento a discussão proposta no capítulo anterior, buscaremos nessa parte da reflexão observar como a Política Externa Cultural alemã se enquadra na hipótese aqui defendida. A hipótese aqui trabalhada consiste na reflexão acerca das ausências apresentadas pelas abordagens clássicas do subcampo de análise de política externa em torno dos temas identitários, para as quais conceitos como identidade e cultura são fundamentais no ímpeto de adentrar esses espaços e produzir análises a partir dessa fronteira. O marco da contribuição de conceitos de identidade e cultura para o subcampo consiste nas formas de identificação do “eu” e do “outro”, e a partir daí, de compreender como os atores se relacionam e constroem essas referências compartilhadas mutuamente no cenário internacional. Sendo essas as premissas aqui estabelecidas, observamos o caso alemão de política externa, para o qual os termos culturais são absolutamente fundamentais no seu posicionamento externo. Reiterando que, esse ensaio busca problematizar a atuação da política externa como ferramenta política a partir de um foco alternativo às abordagens tradicionais

e *mainstream*⁶³ desse campo. Nesse sentido, a abordagem acessa as formas pelas quais a República Federal da Alemanha optou por formular sua política externa considerando fatores específicos de interação social, especialmente a cultura, como fundamental no seu programa político. A opção por reverenciar este tipo de atuação está conectada ao seu projeto político de projeção de uma identidade e *sel/ves* específicos, fundamentados e difundidos por posturas, negociações, discursos e instituições⁶⁴. A instituição para além de aglutinar determinados componentes da identidade alemã internamente, é responsável por estabilizar e rotinizar no país parceiro as relações através dos mecanismos de identificação continuamente construídos, ou seja, trabalha o asseguramento da continuidade ontológica fundamentada nos *sel/ves* que a instituição carrega.

A análise do contexto internacional e a problematização da forma pela qual os Estados optam por inserirem-se nesse contexto é crucial ao considerarmos quais perspectivas da alteridade e da interação cultural⁶⁵ estão sendo observadas. Ou seja, de que maneira a formulação da política externa se relaciona com a produção de identidade e, assim, configura significado na construção dessa relação através do contato cultural. Nesse sentido, a relevância do encontro cultural é percebida como uma possibilidade para a constante construção da própria identidade em intermitente negociação com a construção do outro⁶⁶. Assim, a construção de identidades e significados que vão contribuir para a relação entre os atores é profundamente condicionada pelo contato cultural, e suas interpretações, e portanto, é tão relevante e por tal deve ser foco de análise para a política externa. O DAAD como ator da política externa alemã reforça a noção de que o subcampo de APE não pode se furtar a produzir análises sem considerar os conceitos de identidade e cultural, como condicionantes do pensamento crítico para atuação dos atores. A produção a partir desses conceitos limítrofes entre as esferas do interno e do externo geram reflexões e contribuições fundamentais para esse tipo de análise, que não são enfatizados nas correntes tradicionais do subcampo. O marco da contribuição de conceitos de identidade e cultura para o subcampo consiste nas formas de identificação do “eu” e do “outro”,

⁶³ Leia-se as abordagens fundamentadas na tradição neorrealista de pensamento das teorias das Relações Internacionais.

⁶⁴ Doty, Roxanne Lynn (1993) 'Foreign Policy as Social Construction: A post-positivist analysis of the U.S. Counterinsurgency Policy in the Philippines, *International Studies Quarterly*, vol. 37, no. 3, pp. 297-320.

⁶⁵ Inayatullah, N.; Blaney, D. L., "Knowing Encounters: Beyond Parochialism in International Relations Theory" in Lapid, Y.; Kratochwil, F. (Ed.), *The Return of Culture and Identity in IR Theory*. Boulder: Lynne Rienner Publishers, 1996, pp.65-84.

⁶⁶ Ibid.

e na compreensão de como os atores se relacionam e constroem essas referências compartilhadas mutuamente no cenário internacional através de, por exemplo, instituições.

Desta forma, pretende-se a partir do exemplo aqui trabalhado levantar as principais análises da formulação desta política externa, seus principais setores de atuação, e as diversas maneiras de implementação dessas políticas considerando os encontros que produziram identidades e significados políticos. Para que essa análise possa ser feita é necessário retomarmos pontos centrais da política alemã trabalhada pelos documentos oficiais produzidos e historiadores, principalmente, a partir da reunificação política e territorial do país, considerado um ponto de inflexão histórico, e principalmente institucional, como referido nesta passagem.

4.4. Principais perspectivas teóricas e temas abordados na análise da Política Externa Alemã no período pós-reunificação

Segundo Stephen Craig (2012), há três principais caminhos de análise para o período de reunificação alemã. O primeiro consiste nas análises fundamentadas nas perspectivas neorrealistas, que preconizam e previam uma política externa mais robusta e assertiva por parte da Alemanha, ligada ao restabelecimento da balança de poder na Europa, com a queda da União Soviética e a reunificação. Assim, o país teria um papel mais direto na projeção de poder através principalmente da via econômica, tendo como objetivo uma postura que buscasse a influência para com os outros atores. As análises de política são fundamentadas em um maior engajamento na política de poder, no entanto não levam em consideração fatores cruciais na construção identitária alemã, ligados a questões internas e a condição normativa elementar da sua formação.

Craig (2012) verifica a barganha dos grupos internos como a segunda via, essa fundamentada nas análises de Allison (1969) acerca do processo burocrático de tomada de decisão política. Nesse sentido, o institucionalismo seria a perspectiva teórica que permitiria elaborar análises tendo como principal referência os objetivos dos grupos de interesse internamente, que através da estrutura burocrática interna seriam capazes de levar seus interesses a cabo através do processo decisório da política externa. Esta via de análise, segundo o próprio autor, seria determinista, pois confere poder exacerbado aos grupos internos com foco no setor econômico, no entanto, não levaria os fatores externos,

nem construções normativas como condições fundamentais para a definição dos interesses e objetivos.

Portanto, o poder explanatório dessa perspectiva teórica não seria suficiente para compreender o binário continuidade-mudança atuante no período de reunificação alemã, principalmente por não considerar o caráter crucial das normas para tais definições. A terceira via consiste no comportamento normativo, fundamentada nas premissas construtivistas da realidade ser um processo contínuo de construção coletiva, no qual as normas, ideias e valores cumprem papel relevante, levando em consideração diversos atores. Sob esta ótica, entende-se que a política externa alemã detém a característica de ser normativamente orientada, ou seja, ainda que em diferentes contextos, atores e condições políticas, há valores que permanecem e orientam as diretrizes fundamentais. A análise normativa tem como variáveis as condições internas e externas, as condições linguísticas de produção da realidade através de discursos, e a intertextualidade promovida entre essas variáveis. Os mecanismos de construção de identidades e os discursos são fundamentais para a definição de práticas de política externa.

Rittberger (2001) também sugere três vias de análise para compreender a política externa alemã no período pós-reunificação trabalhada no binário continuidade-mudança. A primeira consiste na análise neo-realista, a segunda como utilitarista liberal, e a terceira construtivista. Segundo os autores, a perspectiva teórica fundamentada no construtivismo oferece a chave com maior poder explicativo ao observar suas implicações nos seus estudos de caso. A política externa alemã pós-reunificação baseia-se nas normas para ação, e simultaneamente almeja aumentar sua capacidade de influência nos temas que se envolve e tem interesse, assim como objetiva obter ganhos econômicos. O entrelaçamento das normas e dos interesses domésticos pode ser estabelecido e verificado nas políticas econômicas externas⁶⁷, o que segundo os autores estabiliza o poder explanatório construtivista e enriquece a possibilidade de análise do utilitarismo liberal. Cabe ressaltar que o estabelecimento de uma relação de causalidade entre os mecanismos decisórios domésticos e as normas fundamentais para a formulação da política externa não é direta, ou seja, não implica em um comportamento ou políticas específicos. Neste ponto, a definição

⁶⁷ Rittberger, V., German foreign policy since unification: theories and case studies. Ed.

Volker Rittberger. Manchester: Manchester University Press. 2001. 37-65. Print.

de Guzzini (2012) sobre o “equifinality”⁶⁸ é crucial, considerando que um resultado pode ser atingido através de diversos caminhos, ou seja, o estabelecimento de uma causalidade direta não é factível na análise empírica guiada pelo construtivismo.

Ao compreender as principais lentes teóricas que abordam a política externa alemã no período pós-reunificação, cabe então ressaltar os principais temas estabelecidos para as políticas do período e como a Alemanha lidou com cada um deles. Retomando a definição de Maull e Kaiser (1997), a política externa alemã trabalha com diversos binários que envolvem as questões internacionais e como lida com elas levando em consideração seus interesses e identidades. Os autores, inicialmente apresentam valores e interesses como um binário, pois nem sempre são compatíveis, e podem isoladamente influenciar a tomada de decisão. Em larga medida, essa primeira divisão pode ser encontrada em todos os dilemas que envolveram as decisões cruciais do período. A necessidade de enfrentar a identidade ligada ao “outro interno” e simultaneamente tomar o lugar esperado na comunidade ocidental frente ao contexto de integração europeia traz o primeiro dilema, que envolve políticas que corroborem para o interesse nacional e a necessidade de cumprir com a identidade continental, referente à esperada política de responsabilidade internacional (Verantwortungspolitik). Um dilema adicional que envolve as decisões fundamentais da política externa alemã é o binário westpolitik-ostpolitik, ou seja, o dilema de conciliação entre a imperativa necessidade de integração com os valores da comunidade ocidental, e a abertura para o Oeste. A Ostpolitik, voltada para a Europa oriental teve papel fundamental envolvendo interesses nacionais, agindo com mais autonomia, buscando manter relações estratégicas com objetivos econômicos e políticos que remontam os contextos históricos passados. A orientação regional com o grau de integração europeia confrontava a orientação global, que consistia mais um dilema de atuação para política externa. O grau de orientação regional ou global dos temas de política externa torna-se um dilema para o processo decisório.

Frank Pfetsch (1997) define quatro tarefas para a política externa alemã após a reunificação, que definem suas linhas de ação⁶⁹. As linhas de atuação consistem: na política para a Europa oriental; política para a Europa ocidental; parcerias transatlânticas e a participação alemã no âmbito da ONU. A primeira

⁶⁸ Guzzini Stefano (2012) *The Return of Geopolitics*, New York, Cambridge University Press. Introduction p.4.

⁶⁹ Pfetsch, F. A Política Externa da Alemanha após a reunificação. *Rev. bras. polít. int.*, Brasília, v. 40, n. 1, p. 178-192, June 1997.

linha de atuação envolve identidades ligadas ao período pós-guerra, desde os acordos de reestruturação da Europa Oriental, interesses estratégicos de longo prazo até o potencial econômico alemão na região. Essa política entra no binômio continuidade-mudança que gere a análise pós-reunificação, no sentido na necessidade de conciliar os valores ocidentais e estabilização dessa identidade, e simultaneamente continuar a Ostpolitik ligada aos interesses nacionais. A segunda linha relativa ao aprofundamento, ampliação e concretização da integração europeia com o Tratado de Maastricht⁷⁰ 1992, traz consigo o imperativo para a Alemanha elaborar políticas que corroborem essa identidade, estabelecendo os valores da comunidade ocidental.

As parcerias transatlânticas envolvem a aproximação com os Estados Unidos em relação à estrutura do sistema de segurança comum no âmbito internacional, deslocando os pilares com a dissolução da União Soviética, inteiramente para o ocidente, principalmente com a reorganização da OTAN. No âmbito econômico, o trilateralismo envolvendo União Europeia, América do Norte (NAFTA), e Japão com a Ásia Oriental foram fundamentais para o volume do comércio exterior, e fluxo de capitais. Nesse sentido, a relevância da política ocidental para além do seu restabelecimento ontológico de autorreconhecimento, reinserção nesta estrutura compartilhada, e manutenção da intertextualidade calcada nas normas e valores que mantém a comunidade ocidental, envolveu também questões de segurança e econômicas, trazendo fatores ligados aos interesses nacionais e a política de responsabilidade.

A última linha de análise, relativa ao grau de participação na ONU, com participação nas missões de caráter militar, e o anseio por um assento permanente no Conselho de Segurança é de extrema relevância ao consideram a ancoragem necessária à estabilização ocidental. Há diversas questões internas que envolvem tal tarefa da política externa, como a condição militar e a compatibilidade da constituição federal com as ações da ONU. Conciliar e coordenar os interesses internos e as responsabilidades internacionais que envolvem a participação de forma mais assertiva na Organização das Nações Unidas, objetivando uma atuação comunitária integrada. Assim, é possível perceber as principais perspectivas teóricas e os principais temas abordados quando se pretende analisar a política externa alemã do período relativo à reunificação.

⁷⁰ Informações disponíveis em: <http://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=URISERV%3Axy0026> acesso em 10.01.2016.

Ao analisar os quatro principais temas⁷¹ concernentes à política externa alemã do período, circunscritos na esfera de não reprodução dos acontecimentos do pós-45 e permitindo a continuidade do *self* alemão, e confrontá-los com as diretrizes definidas para o quadro estratégico de atuação é possível perceber uma discrepância, tendo em vista que os três pilares⁷² definidores não fazem referência direta aos temas supracitados. Segundo Jutta Weldes (1996), o interesse nacional é a linguagem base para atuação da política externa tendo a dupla função de ferramenta retórica legitimadora e o estabelecimento de metas para a ação⁷³. O interesse nacional é trabalhado pela autora como construção em um processo de representação através do qual o aparato institucional traduz o contexto internacional para políticas e atuação mediado por suas identidades. Desta forma, um conjunto de representações é criado e promove determinada visão de mundo através das identidades internas projetadas. A estrutura internacional seria construída através de significados coletivos, que organizam a atuação estatal e promovem ações dos sujeitos intersubjetivamente⁷⁴. Nesse sentido, a condição de representação entre sujeitos e objetos, neste caso atores da política externa e seus objetivos, emergem das identidades e da construção coletiva de fatores internos e externos, através da qual significados são criados.

Weldes (1996) reitera que a construção do interesse nacional como prática social é realizada através de dois mecanismos analíticos distintos⁷⁵: o de articulação e o de interpelação de sujeitos. O primeiro consiste no processo de significação de elementos já existentes na sociedade, de modo articulá-los temporariamente com um determinado fim. Nesse caso, recursos linguísticos são combinados para a produção de representações específicas contextuais e contingentes do contexto trabalhado. Articulações, que devem ser contestadas, são cadeias de associações e conexões que buscam uma naturalidade aparente através da referência constante a conjuntos de significados já existentes. O segundo processo consiste na interpelação de sujeitos através do processo dual

⁷¹ Neste momento, cabe retomar os principais temas da política externa sendo eles compreendidos através da chave binária de continuidade e mudança que rege o período de reunificação: a política de responsabilidade (Verantwortungspolitik), a política para Europa Ocidental (Westbindung), a política para Europa Oriental (Ostbindung), parcerias transatlânticas e a participação alemã no âmbito da ONU.

⁷² Os Objetivos encontram-se listados em: http://www.auswaertiges-amt.de/DE/Aussenpolitik/KulturDialog/ZieleUndPartner/ZielePartner_node.html acesso em 03/08/2015.

⁷³ Weldes, Jutta (1996) 'Constructing National Interests', *European Journal of International Relations*, vol. 2, no. 3, pp. 276.

⁷⁴ Ibid., p. 279.

⁷⁵ Ibid., p. 284.

de criação de identidades e um cargo concreto para estas, ou seja, indivíduos reconhecem suas próprias identidades nas representações de mundo criadas pela formação do interesse nacional.

Esses dois mecanismos criam representações convencionais que simultaneamente interpelam sujeitos e articulam significados particulares para o interesse nacional. A política externa como representação no âmbito internacional está conectada ao binômio interesse nacional – política de responsabilidade/valores. Portanto, a argumentação de Weldes (1996) relativa ao interesse nacional como linguagem base para a ação estatal no enquadramento da política externa, de forma a mobilizar ações e metas não pode ser verificada diretamente no quadro estratégico alemão. Porém, ao identificar as identidades concorrentes no período é possível compreender a razão pela qual o Ministério das Relações exteriores optou por não informar suas diretrizes diretamente ligadas aos seus interesses, e sim aos seus valores.

Visando compreender esse aparente paradoxo na política externa alemã Wæver (2004) descreve as ideias opostas que em conjunto formam a Alemanha no seu período de reunificação, que seria não permitir a fusão da noção de poder e de estado⁷⁶. A criação do estado advinha da fusão de um romantismo de comunidade cultural indivisível e uma forte concepção de estado e soberania. Frente ao outro interno representado pela ditadura nacional-socialista, a necessária concepção forte de estado para a reunificação ia de encontro à necessidade de um estado que não buscasse poder externamente⁷⁷. Segundo Wæver, portanto, a partir de 1990, a Alemanha inicia a fase de grande barganha através dos discursos de política externa, visando a conciliar seus interesses lidando com as identidades distintas, como a de “anti-power state” e “the state”, sendo essas criadas internamente e pelos atores externos. A interação, portanto, construiu a chave discursiva da barganha como ferramenta para conciliar os distintos significados atribuídos por distintos atores à reunificação alemã.

O paradoxo identitário que informava a formulação da política externa no período gerou a chave cooperativa de atuação, que buscava promover o consenso entre os interesses e valores internos e expectativas identitárias externas. A negociação dessas identidades era necessária para a produção de políticas, e pode ser compreendida através das práticas discursivas e da abordagem de

⁷⁶ Wæver, Ole (2004) ‘European Integration and Security: Analysing French and German Discourses on State, Nation, and Europe’, in David R. Howarth and Jacob Torfing(eds), *Discourse Theory in European Politics: Identity, Policy and Governance*. Houndmills: Palgrave Macmillan, pp. 47.

⁷⁷ Ibid., p. 48.

performance social⁷⁸. Doty (1993) aborda a análise de política externa na chave discursiva do construtivismo, considerando a natureza produtiva da linguagem e a construção linguística da realidade. Atribui relevância à produção de subjetividade pelos significados, e isso se configura como uma relação de poder na articulação de discursos. A capacidade de inscrição de significados e a promoção da intertextualidade entre os atores configuram-se como uma forma de poder⁷⁹. Nesse sentido, a opção pela chave cooperativa de ação, e opção pela tentativa de influência através de políticas ligadas à educação e cultura como diretrizes fundamentais da política externa alemã, figuram como tentativa de criação do consenso através a intertextualidade. Essa opção não exclui o objetivo de cumprir as metas relacionadas aos interesses nacionais, no entanto, não os torna parte do discurso de política externa, que produz significados, identidades, subjetividades, ou seja, produz a realidade, o mundo de ação da política externa.

Portanto, a expressão da política externa como projeção de um *self* que detém inúmeros binários e paradoxos identitários pode ser observado nas diretrizes de ação do quadro estratégico geral do Ministério de Relações Exteriores alemão. Embora, como tenha sido observado que as políticas culturais e educacionais não tenham grande espectro de análise nos temas abordados no período de reunificação, essas são peças-chave no discurso de cooperação e criação de intertextualidade. Essa condição intertextual e de construção de significados, projeta um *self* que não produz uma relação antagônica imediata, e sim busca um consenso. Pode-se argumentar que a partir do consenso, o poder e potencial institucional aceito promove um ambiente mais aceitável para políticas de interesse nacional, e esse se torna o principal formato de atuação da política externa alemã. Essa atuação fundamenta-se na contraposição com o “outro interno”, baseada no *Zivilmacht*, e no dilema da necessidade de um estado forte, mas que não projete poder.

Nesse aspecto, a argumentação de Xavier Guillaume (2011) acerca da lógica dialógica auxilia na compreensão da projeção desse *self* alemão que negocia distintas identidades, tendo a chave de cooperação como principal eixo discursivo. Segundo o autor, diversas identidades são articuladas de distintas maneiras com potenciais representações, cujas articulações respondem a um determinando conjunto de significados construídos na alteridade. Nesse sentido,

⁷⁸ Doty, Roxanne Lynn (1993) ‘Foreign Policy as Social Construction: A post-positivist analysis of the U.S. Counterinsurgency Policy in the Philippines, *International Studies Quarterly*, vol. 37, no. 3, pp. 300-302.

⁷⁹ Ibid., p. 303.

identidades diferentes podem coexistir correspondendo a distintos conjuntos em uma lógica dialógica⁸⁰, que permite a coexistência de identidades em diversas formas de expressão, sem estar necessariamente em uma lógica de contraposição. Esse tipo de interação permite que a alteridade seja percebida de diversas formas em processos distintos e concomitantes. Portanto, é possível compreender a coexistências das diversas identidades que permeiam a política externa alemã, e seus conjuntos de representações.

Partindo da análise da formação da política externa alemã no processo de reunificação sob a ótica da aporia continuidade-mudança para a projeção das identidades conciliadas, e outras diversas que seguiram nas bases de formulação, foi possível observar o quadro estratégico como uma ferramenta de projeção de poder na chave da cooperação através de identidades específicas ligadas às políticas culturais e educacionais. Ao observar as principais perspectivas teóricas e os temas basilares de discussão e atuação para a política externa, pode-se perceber que os temas culturais e educacionais não possuem destaque nas correntes analíticas, no entanto oferecem um espaço frutífero para o estudo da constante negociação de diversas identidades, e da projeção dessas, podendo ser consideradas como a fronteira, o espaço para negociação e alteridade. Os objetivos de produção de consenso e a criação de conjuntos de referenciais coletivos funcionam como condição de autoafirmação e assegurar a existência, criar políticas que garantam a segurança ontológica, através da contínua negociação para a projeção de identidades na chave cooperativa do discurso de política externa. Assim, diante do grande rompimento causado pelas guerras e pelo regime nazista instaurado, os grandes traumas e mudanças que se deram ao longo do processo de construção identitária do Estado alemão, e principalmente as mudanças e os rompimentos políticos que esses tipos de eventos causam a política externa torna-se um mecanismo de continuidade ontológica, através do trabalho de construção e significação dos mecanismos de identificação com os outros.

Portanto, após compreender as principais bases e identidades que são parte constitutiva das formulações da política externa alemã, é necessário conceder mais espaço para as abordagens culturais e educacionais para a tais análises de política externa, pois estas representam o espaço de negociação de identidades, e como fonte de observação de fatores que asseguram as garantias de

⁸⁰ Guillaume, X. (2011) *International Relations and Identity: A dialogical approach*. F.V. New York, Routledge Series. p. 50.

asseguridade ontológica do ator em questão. A negociação constante de identidades, da relação entre o *self* e o outro, a produção de alteridade são feitas no espaço da fronteira, e devem ter espaço de destaque nos estudos de política externa. Com o objetivo de observar de forma mais crítica um caso específico de atuação da política externa cultural alemã, levando em consideração todo o arcabouço teórico aqui discutido com base nas linhas construtivistas de análise, e no conceito de segurança ontológica observamos maior instituição de fomento ao intercâmbio acadêmico, o Deutsche Akademischer Austausch Dienst (DAAD), e buscamos contribuir com o alargamento no campo e sinalização dessas lacunas que devem ser preenchidas com os conceitos de cultura e identidade, a partir das ótica construtivista.

4.5. Política Externa Cultural Alemã: possibilidades de análise e novos espaços de pesquisa para o subcampo de análise de política externa

Ao analisar os fatores descritos anteriormente, como o aumento gradual da concessão de bolsas, programas específicos de pós-graduação e investimento, homenagens, os anos comemorativos, a inauguração da Casa Alemã, é possível perceber o conjunto de ações que exemplificam o programa mais amplo de diretriz da política externa cultural e educacional alemã. Tais elementos reiteram o grande complexo que é esta política externa, que tem a cultura com um aspecto fundamental. Através da análise da atuação de determinadas instituições, como o DAAD, e da formação de parcerias em áreas específicas do conhecimento revela-se que estes fatores ideacionais são percebidos como cruciais pelos formuladores deste país, como pode ser observado após o levantamento aqui apresentado com foco nas opções feitas pelo AA na escolha da forma pela qual a política externa é efetivamente aplicada. Nesse sentido, a opção de inserção da República Federal da Alemanha é através da construção de normas e ideias que sejam consideradas comuns, rotineiras e compartilhadas, ou seja, há uma legitimação da atuação na medida em que dissemina e constrói identidades compartilhadas a partir da interação social. O DAAD, uma das instituições mais importantes atuação da política externa alemã, como instituição representa o projeto da construção de um conjunto de referenciais que contribuem para o estabelecimento de vínculos entre os dois países, destacando-se por ser o órgão responsável pela distribuição de bolsas, formação de rede de contatos e do financiamento de projetos.

Essa interação construída a partir da instituição, e perpassando a interação social no nível individual, determina a relação de reconhecimento entre os países

produzindo a relação entre o Eu e o Outro⁸¹. Tal relação reconhece as diferenças dos atores e simultaneamente gera a percepção de que as parcerias resultam em saldos positivos nos âmbitos políticos, sociais e econômicos para ambos, gerando a aceitação e novos estímulos para as relações bilaterais. Essa relação está em constante fluxo, visto que sempre há a possibilidade de um dos atores em questão modificar seus interesses ou identidades, nesse sentido a identidade coletiva e a relação não são estáticas e, por conseguinte, podendo causar diferentes percepções nos atores em questão.

A principal ferramenta que possibilita a relação entre os atores é a prática do discurso⁸², os atos de fala que dão conteúdo aos interesses e produzem materialidade. Assim, o discurso é ponto de partida para a interação, e quando é recepcionado e aceito promove a relação entre os atores, e a partir dessa relação as identidades são forjadas e produzem o consenso. Através do discurso e das diversas práticas aqui apresentadas observa-se os caminhos percorridos pelo conjunto da política externa cultural alemã, suas principais instituições e formuladores, que através das áreas culturais e educacionais construíram mecanismos diversos para assegurar e construir continuamente o *self* a partir desses elementos. A construção desses *selves* e diversas faces da identidade alemã fazem parte da estrutura construída para a garantia da segurança ontológica, ou seja, da criação de rotinas e elementos estáveis de reconhecimento do “eu” e do “outro”.

O conjunto de referenciais estabelecidos foi condição de identificação com o parceiro, e pode ser notado em todas as áreas consideradas estratégicas, como o enquadrando de um conjunto de diversas políticas culturais e educacionais, portanto há um interesse em inscrever esses tipos de normas, ideias e valores, e em desenvolvê-los de forma padronizada e rotineira, de modo a garantir um *modus operandi* entendido como estabilizado na identidade alemã, e passado para o parceiro como reconhecível e estável. Desse modo, criou-se uma intertextualidade entre ambos, na medida em que pontos de convergência de interesses foram criados, a partir do estabelecimento de parcerias e da criação de centros de pesquisa e contato com representações alemãs. Os diálogos estabelecidos a partir dos anos comemorativos, da homenagem na Bienal do Livro e na Feira do Livro em Frankfurt, o incentivo ao aumento no número de bolsas de

⁸¹ NEUMANN, I.B. “Collective Identity Formation: *Self* and Other in International Relations”. *European Journal of International Relations*, v. 2, n. 2, pp. 139-174, 1996.

⁸² ONUF, Nicholas. *World of Our Making: Rules and Rule in Social Theory and International Relations*. South Carolina: South Carolina Press, 1989.

estudos concedidas são construídos através da realização desses eventos. A materialidade produzida por estes diálogos e pela linguagem gera condições práticas de intersubjetividade entre os atores, ou seja, através das políticas e projetos implementados são estabelecidos saberes e conhecimentos compartilhados. Por isso, há saberes e conhecimentos que são produzidos a partir da interação social, e da construção de identidades coletivas.

No entanto, ainda que não seja o objetivo da hipótese aqui proposta, faz-se necessária a análise dos interesses em questão, pois ainda que estes sejam fruto do processo de construção das identidades coletivas, eles são dinâmicos, e podem ser alterados, portanto, há que se observar quais interações específicas estão gerando os interesses. A atribuição de significado e valor às questões relacionadas à ciência, tecnologia e inovação pode ser abordada com um interesse alemão, pois após o ano comemorativo, foi inaugurada em São Paulo a Casa Alemã de Ciência e Inovação com a representação de diversas instituições de fomento à pesquisa, e universidades no local, sendo este administrado pelo DAAD, órgão oficialmente responsável pelo intercâmbio. Assim, pode-se perceber o esforço do AA para a atribuição de valor e significado a estes aspectos de sua política externa para com o Brasil, e torná-los conceitos-chave para as políticas internas brasileiras, de modo a construir conjuntamente a relevância desses temas, fazendo com que ciência e tecnologia se tornem um valor para ambos os parceiros.

Ao problematizar o aumento gradual e significativo no número de concessão de bolsas à estudantes brasileiros para aprender a língua alemã, a criação de parcerias com escolas para o ensino da língua, a realização de inúmeras parcerias técnicas, a criação dos programas conjuntos de pós-graduação, os anos comemorativos, o estabelecimento de instituições representativas dos interesses alemães no Brasil, a elaboração de diversos projetos, eventos e homenagens identifica-se os exemplos de uma relação tentativa do estabelecimento de um consenso, na qual a capacidade do Estado alemão se apresenta através das suas instituições e programas. O poder⁸³ é percebido não apenas na concepção da lógica material, tradicionalmente racionalizado como poderio econômico ou militar, nesse caso seriam os altos investimentos e financiamentos disponibilizados para a realização de tais parcerias, intercâmbios, e eventos, mas sim identificado na capacidade não-material do ator.

⁸³ Wendt, Alexander "Anarchy is what States make of it: the social construction of power politics" *International Organization*. 46, (2): 391-425 (1992).

Segundo essa concepção, o poder está contido na capacidade de inscrever normas e significados, ou seja, influenciar o outro ator em questão na construção das suas identidades e interesses de acordo com os seus próprios. Nesse sentido, a interação e a prática do discurso são fundamentais para dar materialidade ao poder, gerando essa capacidade específica de influência no processo de reconhecimento do Eu e do Outro, na aceitação desse processo através das identidades, e por conseguinte, da produção do consenso. Neste momento, cabe rememorar a importância dada aqui pelo programa de política externa alemã de assegurar para o parceiro quais as faces de sua identidade são padronizadas e tornadas procedimentos rotineiros, com o objetivo de manter os elementos de identificação própria e de projeção destes no cenário internacional de interação.

Nesse sentido, há uma configuração criada nas relações entre a Alemanha e seus parceiros, na qual o aspecto cultural desempenha papel crucial, pois há influências ligadas à produção de significados, valores, identidades coletivas e interesses que são realizados pela via de ações culturais da política externa. Para esta compreensão precisamos percorrer o caminho de como o construtivismo e os autores escolhidos aplicam essas diretrizes no âmbito da análise de política externa apresentam uma maneira de interpretar e fazer sentido do mundo, a partir dos conceitos centrais aqui trabalhados como identidade, cultura, interação, instituições, linguagem e atores. Nesta lógica, construímos a presente análise partindo desses conceitos aplicados no subcampo de APE como forma de evidenciar lacunas e espaços frutíferos de produção de discussão de temas que não possuem espaço nas análises *mainstream* do campo de Relações Internacionais, como identidade e cultura.

Desta maneira, determinados aspectos são salientados como bases de compreensão para a conclusão que aqui chegamos. Para tal, revisitamos a constituição do subcampo de Análise de Política Externa e buscamos salientar que este não é guiado pelos elementos aqui eleitos como fundamentais na análise, pois sua constituição como subcampo foi com o objetivo de fornecer ferramentas para a atuação do Estado no sistema internacional. Nesse sentido, é num momento posterior que essas ferramentas de análise entram no escopo de produção acadêmica da APE, já com o construtivismo mais consolidado nas Relações Internacionais. Pudemos verificar as lacunas aqui apontadas, que corroboram para uma compreensão mais estreita dos acontecimentos, justamente por não levarem em consideração a produção enquanto sujeitos de constante (re)produção de identidades e a necessidade de continuidade ontológica dos atores. Desta forma, o objetivo do presente estudo é justamente dar espaço para

esse tipo de análise, que privilegia partindo da construção social da realidade o espaço de produção dos sujeitos no seu encontro com o outro, tendo a cultura e a identidade como principais produtos e força motriz dessa condição de forma dialógica.

Aponta-se como relevante a produção de pontos de intercruzamento nos discursos, ou seja, a intertextualidade contida nos diálogos produz significado e legitima a atuação cultural e política dos agentes. Nesse sentido, a produção dos significados e valores atribuídos a tais ambientes é crucial para a concepção de identificação própria e projeção fundamentada nas bases culturais, de forma corroborar com o conceito de segurança ontológica. A ação da política externa alemã através das bases culturais está profundamente atrelada à questão educacional e, portanto, apresenta e fomenta as condições para a produção de conhecimento. A profusão da língua alemã, com as parcerias escolares, o aumento do incentivo ao intercâmbio universitário através das bolsas de estudos, o estabelecimento de parcerias em áreas específicas como a do desenvolvimento sustentável, energias, ciência e tecnologia são interesses inseridos em uma lógica mais ampla da política externa alemã, que através da cultura, representações, saberes, conhecimentos e práticas, que influenciam a produção do conhecimento. Assim, a Alemanha apresenta através do discurso e das políticas educacionais parte do que opta por externar da sua identidade, ou seja, passar a ideia de ser um parceiro previsível, confiável e parceiro indo de encontro ao “outro” interno, que foi trabalhado e combatido ao longo dos anos.

Portanto, pode-se compreender que a política externa alemã é composta por um complexo de ações, nas quais as políticas culturais e a educacionais são basilares, que atuando conjuntamente são capazes de garantir bases mais estáveis e duradouras nas relações bilaterais. Essas ações compõem as condições de diálogo entre os dois países, possibilitando a criação de identidades comuns, principalmente através das instituições específicas, como o DAAD, e das parcerias criadas em setores específicos. Pode-se, portanto, observar na prática meios através dos quais a Alemanha optou por comportar-se no cenário internacional levando em consideração o que é proposto como matriz de análise pela corrente construtivista, que informa as ideias, identidades, valores e elementos compartilhados na estrutura são base para compreensão da política internacional, e são uma fonte rica e produtiva de análise de política externa. Observar a atuação das instituições vinculadas ao Ministério das Relações Exteriores alemão nos permite analisar a política externa e o comportamento do Estado por tender a manter relações duradouras, homeostáticas, constantes e

estáveis, ainda que sujeitas às mudanças. O estabelecimento de rotinas e instituições com ação similar em todos os locais que se faz presente reifica a escolha de operar através de rotinas reconhecidas, estabilizar relações produzindo e reproduzindo constantemente as identidades no âmbito internacional.

A discussão teórica apresentada nos capítulos anteriores pode ser exemplificada na medida em que observamos que a Alemanha opta por reconhecer na atuação mais ampla em sua política externa o fator ideacional como crucial no estabelecimento das relações internacionais. Ao considerarmos a noção de que a chave teórica da segurança ontológica é produtiva na medida em que observamos a atuação semelhante da Alemanha através de suas instituições como o DAAD em diversos locais internacionalmente, é possível perceber que a padronização e estabilização das relações é relevante para a observação da política externa. A condição relacional da formação das identidades, como aqui proposta, permite um olhar mais crítico e possivelmente mais amplo acerca das análises da dinâmica internacional, que pode gerar implicações práticas políticas relevantes a partir desse tipo de reflexão. Não buscamos aqui, negligenciar totalmente os fatores materiais que são relevantes para a análise de política externa, porém buscamos enfatizar essa área, que possui menos espaço no subcampo, no entanto, pode levar a reflexões interessantes, produtivas e escassas na mesma. Ao considerar os fatores endógenos (cultura e identidades) como fundamentais na influência para com os tomadores de decisão e formuladores de política observamos que a atuação da política externa cultural alemã com seu foco educacional prioriza a estabilização de faces da identidade que desejam ser projetadas, e por conseguinte, que combatem o “outro” interno na interação com o “outro” externo, tendo em vista que a interação social é considerada fator prioritário de análise.

Desta forma, contribuição da análise de política externa baseada nas diretrizes construtivistas, levando em consideração os fatores culturais é relevante, permitindo um espectro maior de compreensão, na medida em que abarca fatores sociológicos, identitários e de interação. Faz-se necessário maior espaço no subcampo de análise política externa desse tipo de escolha teórica e metodológica que permitam considerar esses fatores, que permitam por exemplo, fundamentar de forma mais ampla a análise da política externa cultural alemã. A relação constante entre o “eu” e o “outro” abre janelas de análise fundamentais para compreender o subcampo de política externa, pois apresenta contribuições importantes e auxiliam nas tentativas de compreensão de políticas externas e

pode apresentar caminhos de trabalhar as lacunas deixadas pelas abordagens tradicionais do subcampo.

A chave teórica da segurança ontológica auxilia na hipótese aqui proposta na medida em que corrobora a ideia da padronização e criação de rotinas na atuação estatal e de suas políticas externas, seja para o estabelecimento da projeção estável de determinadas faces da identidade, ou seja, como um componente retórico e discursivo internamente para assegurar os objetivos de longo prazo dos interesses nacionais. O caso alemão é emblemático na contribuição da análise de política externa feita nesta pesquisa pois o âmbito cultural é informado nos documentos oficiais como prioritários, e é institucionalizado através da estrutura criada pelo Estado, e por fim, nos projetos levados a cabo por estes nos países de destino. Nesse sentido, evidencia-se que a Alemanha, como Estado, considera importante a cultura como elemento fundamental de sua política, assim como leva em consideração as diversas formas de identificação e identidades nos seus processos de formulação de política externa.

Para, além disso, a presença alemã nos países-parceiros através de instituições representantes de seus ideais e cumpridoras de seus projetos e políticas enquadram-se neste espectro mais amplo de sua política externa, e mais específica da política cultural como formas de estabilização das relações. Assim, com o objetivo de descartar a instabilidade e ausência de expectativas seguras no cenário internacional que vão de encontro às identidades do ator, a política externa cultural pode constar como uma configuração da segurança ontológica, na medida em que apresenta imagens do *self* projetado e constantemente construído, além de tecer políticas concretas de estabilização das relações inserida na agência internacional.

A principal contribuição do presente estudo, fundamentado nos autores aqui apresentados e no tema aprofundado enquanto caso empírico, portanto, torna-se dar espaço e voz às lacunas que o subcampo de análise de política externa comumente não atua, sendo eles os campos identitário e cultural constantemente construídos e compartilhados, considerados a fronteira entre as esferas do interno e do externo.

5. Conclusão

A inserção externa dos Estados apresenta-se como eixo fundamental para a compreensão das relações internacionais. As posturas e projeções dos atores envolvem diversos aspectos de análise relevantes para a compreensão das dinâmicas que adotam o internacional como *locus* de configuração da política e de pesquisa. A política externa cumpre papel fundamental na estruturação da participação no âmbito internacional e (re)produção dos atores. Reafirmamos que a compreensão assumida é tê-la como processo social e como projeto político (Checkel & Katzenstein, 2009), por entender que a partir desta compreensão tem-se mais consistência para observar e destrinchar analiticamente as perspectivas locais de formulação dessas políticas; as construções da própria identidade dos atores formuladores; e seus discursos e mobilizações internas em relação aos seus objetivos.

A política externa pode ser entendida como espaço de encontro de duas perspectivas de análise, que por um lado atem-se na explicação do nível de unidade dos atores para, assim, compreender o comportamento dos estados no internacional. Essa escolha interpretativa está em contraposição aos condicionantes estruturais e sistêmicos que produzem, constroem e limitam o escopo de ação de cada ator (Carlsnaes, 2002). No entanto, pretende-se abordar a política externa como um processo social, compreendendo a interpretação dos fatos históricos, políticos, econômicos, e sociais que estão relacionados, e, por vezes determinam como a produção das políticas interna e externamente.

A análise do contexto internacional e a problematização da forma pela qual os Estados optam por inserirem-se nesse contexto é crucial ao considerarmos quais perspectivas da alteridade e da interação cultural (Inayatullah & Blaney, 1996) estão sendo observadas, ou seja, de que maneira a formulação da política externa se relaciona com a produção de identidade e assimila, ou não, significado na construção dessa relação através do contato cultural. Nesse sentido, a relevância do encontro cultural é percebida como uma condição de possibilidade para a constante construção da própria identidade em intermitente negociação com a construção do outro (Campbell, 1996; Wæver, 2005). Assim, a constante construção de identidades e significados que vai contribuir para essa relação entre os atores é profundamente condicionada pelo contato cultural, e suas interpretações, portanto, é muito relevante e deve constituir-se como foco de análise para a política externa.

Compreender a política externa levando em consideração os fatores internos, ambientes e atores que influenciam a construção social do projeto político que orienta a formulação da política é absolutamente fundamental. Nesse processo de produção de conhecimento sobre a temática, surge o construtivismo como forma de compreensão. A escolha desta vertente teórica neste estudo para abordar os fenômenos se justifica por ser a que possibilita a maior aproximação com a problematização mais aprofundada das questões aqui destacadas como elementos do objeto de pesquisa. Consideramos, portanto, os fatores internos, o compartilhamento de ideias, e diversas formas de identificação do “eu” e do “outro” como eixos na formatação de análise pretendida e oferecemos a chave da identidade como ferramenta central para compreensão da política externa, pois desconsiderar os fatores da formação de ideias compartilhadas e formas de identificação do “eu” em relação ao “outro” gera perdas para a compreensão do sistema e das formas de inserção internacional.

O presente estudo pretendeu desenvolver análise acerca do subcampo de análise de política externa, tendo como centralidade a identificação de ausências e lacunas explicativas nas suas linhas mais clássicas que não permitem problematizar determinados objetos, mesmo porque sequer consideram determinados fenômenos como relevantes. O objetivo aqui, além de apontar essas ausências e carências é propor categorias e chaves analíticas que alarguem a capacidade explicativa do subcampo de análise de política externa nas Relações Internacionais, a fim de sinalizar construções teóricas que permitam abarcar aqueles fenômenos menosprezados na vertente analítica clássica, como por exemplo, o objeto de estudo aqui apresentado. Optamos por nos filiar à vertente interpretativa construtivista que absorve a política externa compreendendo-a como um processo social e projeto político, esta, portanto, é permanentemente construída por meio da interação dos atores envolvidos. A base com que se pretendeu estudar o objeto foi compreender a política externa como um processo social de constante produção e reprodução de identidades, assim, a componente identitária se torna crucial para a análise aqui proposta.

Partindo da constatação de que a maior parte da produção do subcampo de política externa não enfatiza a componente identitária em sua análise, consideramos, em contrapartida, que este subcampo se debruça, em última instância, sobre a constante relação de construção e reprodução da relação entre o “eu” o “outro” e seus diversos mecanismos de identificação. O objetivo final torna-se trazer à tona no presente trabalho, e propor a integração à corrente maior, a qual que pretende dar voz a demandas que partem da chave identitária para

compreensão dos fenômenos de inserção internacional. Desta forma, no presente estudo buscamos reconhecer as formas pelas quais indivíduos, instituições, atores formuladores da política externa produzem, reproduzem e estabilizam as relações via de mecanismos de identificação e reconhecimento vistos na interação, analisados através do programa de política externa, considerando elementos como: políticas, instituições, projetos e discurso.

O tema da identidade foi o fio condutor desta pesquisa, apoiada na ideia do pertencimento e das formas de identificação, fundamentais para a criação de valores compartilhados dos que pertencem àquele projeto político de estabilização de identidades e das relações. Seguindo esse raciocínio, ao pensarmos nos coletivos que se moldam em costumes e tradições próprias dentro de um território e em função de uma construção histórica, qual identidade pode ser definida como fundadora se não a que externamos diante de outro grupamento social. Também se processa quando nos posicionarmos com identidade construída, mas há que reconhecer a dinamicidade desta pois, se molda aos interesses do grupo, da nação, do Estado e da interação com os “outros” em dado período. Um conceito importante para a análise construtivista nas Relações Internacionais é o de identidade coletiva, que se expressa pela forte identificação entre o “eu” internamente – tornando-se “nós” –, uma vez que ocorre o compartilhamento de interesses e valores comuns de diversas maneiras. Diante de diversos desafios e mudanças na estrutura compartilhada dos atores envolvidos, nesta pesquisa, determinadas ações foram escolhidas como forma de manter a segurança ontológica do que era compreendido como componente fundamental identitário.

A referência aqui escolhida para compreender a política externa, está baseada na ótica cultural e suas formas de identificação interna, as quais são consideradas fundamentais para analisar o posicionamento, decisões e formulações dos atores no âmbito internacional. O estudo de caso utilizado para exemplificar a proposta consiste na reflexão crítica acerca da atuação do Serviço Alemão de Intercâmbio Acadêmico (DAAD), entendido como representante da Política Externa Cultural Alemã, à luz dos conceitos de identidade, interação social, discurso, instituições e atores trabalhados pelo construtivismo.

Partindo dessa premissa, de posse dos documentos e com estudo detalhado das proposições e ações da instituição estudada em sua relação com o Brasil apoiado nas categorias analíticas oferecidas pelo construtivismo foi possível compreender os meios de atuação da política externa alemã, sendo o DAAD uma ferramenta de atuação e legitimação de políticas com função de estabilização da identidade coletiva, e de padronização da atuação internacional trazendo a noção

de rotina para as parcerias e implementação de projetos. Esta conclusão corrobora com a hipótese inicial dos estudos que foi traçado como cerne dessa pesquisa de que a política externa cultural é crucial para as relações entre atores, principalmente entre países parceiros, porque nela estão presentes as formas de identificação próprias e as mesmas são fundamentais para o estabelecimento de relação com o outro, no marco das relações internacionais.

O objetivo geral da pesquisa consistiu, portanto, na construção de uma análise acerca dos mecanismos pelos quais a política externa cultural constitui-se como espaço e elemento analítico fundamental para a compreensão dos processos sociais e projetos políticos ligados à constante produção, reprodução e negociação de identidades entre os diversos atores, a serviço da estabilização da relação entre eles e suas identidades no plano internacional. Foram observadas as práticas, mecanismos discursivos e políticas implementadas, mecanismos estes entendidos como práticas produtivas, ao mesmo tempo, configurando-se como bases para investigativa para este trabalho com o caso alemão.

Desta forma, foram abordados os mecanismos de ação da política externa cultural alemã, através do DAAD, com maior foco nos projetos implementados⁸⁴ no espaço de negociação dessas identidades, na qual a interação dos atores é entendida como ponto de partida a fim de observar a legitimação da atuação através das políticas que (re)produzem e estabilizam identidades nos discursos. Tais interações estabelecidas, permitem o desenvolvimento de zonas de intertextualidade e contínua negociação. Assim, identifica-se que essas ferramentas, construções e políticas contribuem para a permanente constituição de um *self* específico e de rotinas de atuação da política externa baseada em traços identitários construídos e compartilhados. A observação das diretrizes políticas da atuação alemã através do engajamento com uma série de projetos nos campos cultural e educacional, cujas análises possuem menos visibilidade no âmbito da análise de política externa, permitiu concluir que as mesmas foram decisivas para a interação da Alemanha com outros países e a partir disso fortalecer um determinado *self* e afirmá-lo frente a outras identidades. Essa interação construída a partir da instituição, e perpassando a interação social no nível individual, que necessariamente se expande a firma para o nível coletivo,

⁸⁴ Cabe ressaltar não tivemos por objetivo esgotar todas os projetos trabalhados pela instituição no Brasil, e sim apresentar os principais deles nas áreas definidas pelas próprias instituições envolvidas.

interno e externo, determina a relação de reconhecimento entre os países produzindo a relação entre o Eu e o Outro⁸⁵.

Retomando a ideia de que a compreensão da política internacional a partir da problematização das fronteiras permite verificar espaços frutíferos para o entendimento da diferença e relação com o outro nas Relações Internacionais, constituída como um dos principais temas do estudo da política externa é possível assumir esta última como prática política que se constitui a partir da fronteira, e por isso é tão frutífera. Sendo assim, a produção da diferença a partir do encontro e as formas de identificação, nas suas formulações, discursos, por meio dos atores, das instituições, dos projetos e de investimentos, para os quais a interação com o outro é crucial.

Assim, o projeto de política externa apresenta-se como (re)produtor e como produto das constantes formações de identidade a partir do encontro com o outro. Nesse sentido, a articulação dos discursos que legitimam a projeção de determinadas identidades via dos projetos de políticas externas culturais representam um rico espaço de negociação, estabilização e da fronteira, aqui entendida como a diferença. Assim, analisar a política externa cultural como o espaço no qual as fronteiras que permitem a identificação entre o “eu” e o “outro” encontram-se porosas e deslocadas, apresenta um *locus* importante de análise da política nas relações internacionais, como construção de pensamento crítico do subcampo. Para além disso a política externa cultural alemã, que é composta por um complexo amplo de ação do Estado alemão com projetos, instituições, apresenta mecanismos de rotinização das ações através dessa instituição, que contribuem para uma construção estável e reprodução contínua dos meios de identificação entre os atores em questão. Sendo assim, o DAAD é parte importante dos mecanismos políticos alemães de estabilização, reconhecimento, identificação com o parceiro, representando a continuidade ontológica de determinados *se/ves* alemães eleitos como fundamentais enquanto papeis sociais inseridos na estrutura discursiva compartilhada. Nesse momento, reiteramos que a relação entre o conceito de identidade torna-se absolutamente fundamental para a compreensão da política externa, principalmente se combinado com a condição da necessidade da continuidade ontológica, pois é a segurança do *self* que está em questão, a subjetividade partilhada e reconhecida (Kinnvall & Mitzen, 2016).

⁸⁵ NEUMANN, I.B. “Collective Identity Formation: *Self* and Other in International Relations”. *European Journal of International Relations*, v. 2, n. 2, pp. 139-174, 1996.

A formulação do quadro estratégico da política externa alemã é composta da articulação de três eixos centrais, nesses eixos o âmbito cultural e o educacional são informados discursivamente como mais duradouros e estáveis na relação bilateral⁸⁶. Nesse sentido, a política externa se apresenta como projeto político e processo social diretamente ligado à (re)produção e projeção de identidades, que se concretizam a partir do encontro com o outro e, no processo constante processo de produção e reprodução dessas identidades por meio de políticas específicas nas vias cultural e educacional. Desta forma, a análise dos mecanismos através dos quais a política externa cultural é constituída e (re)produz determinadas identidades, partindo do encontro com o outro, pode gerar configurações distintas de relação entre os atores em questão. Outro fator crucial estabelecido pelo quadro estratégico que pudemos construir neste trabalho é a condição de continuidade ontológica e preservação identitária que ele busca através de suas diretrizes, instituições e programas, ou seja, pela via cultural de atuação da política externa. Consideramos que este é um mecanismo para que a identidade do estado seja assegurada, continuada e estabilizada no encontro com o outro, tendo em vista que ao longo da história de sua constituição lidou com rompimentos e mudanças que causaram alterações profundas nos seus mecanismos de identificação, como apresentado ao longo do trabalho.

Assim, a política externa cultural pode ser compreendida como um discurso que se apresenta como um espaço passível de pensamento crítico a partir da fronteira, de produção da diferença, pois é entendida como espaço de negociação identitária via da interação dos atores. A compreensão da política externa como projeto político e como processo social é crucial para entender a sua relação de co-constituição com as identidades, ou seja, como essas duas categorias se inter cruzam nesse projeto/processo. As correntes tradicionais de análise de política externa desenvolveram-se a partir da sobrevalorização de fatores endógenos ou de fatores exógenos, numa relação hierarquizada de análise de um em detrimento do outro. Compreender essas esferas de modo separado para análise de política é viável, no entanto, apresenta limites para a compreensão de temas que oscilem entre ambas as esferas. Nesse sentido, as reflexões aqui apresentadas trazem para o debate uma abordagem alternativa ao tema da política externa, pois compreende que esse perpassa as esferas interna e externa, portanto, é enriquecedor e frutífero analisá-las a partir do seu espaço de

⁸⁶ Mais informações e objetivos listados em http://www.auswaertiges-amt.de/DE/Aussenpolitik/KulturDialog/ZieleUndPartner/ZielePartner_node.html acesso em 03/08/2015.

negociação, a fronteira. Partindo desse pressuposto, cabe ressaltar a porosidade da fronteira entre o interno e o externo.

Portanto, entendendo que o movimento de deslocamento de fronteiras, e os temas que se encontram nesse espaço de negociação são muito relevantes para compreender a política, e nesse caso a política externa representa esse espaço, a referência analítica partiu dos entendimentos compartilhados pela linha construtivista. Ao analisar os mecanismos através dos quais a política externa pode ser compreendida como uma prática que produz, desloca e permite porosidade entre o interno e o externo, funcionando como condição de possibilidade e locus para produção e constante negociação de espectros de identidade, afirma-se que as abordagens tradicionais não permitem analisar a política externa como ponto de intersecção entre o nacional e o internacional, pois se limitam a analisar cada um dos enfoques separadamente, de modo fragmentado e estanque.

Compreender a política externa como projeto político requer analisá-la como prática produtora de identidade e de diferença, que se forma e (re)produz a partir do encontro cultural, essa é a resposta encontrada no processo de pesquisa. Nesse sentido, assume-se que o marco teórico e as categorias analíticas que permitem a análise do tema de política externa como prática de produção e projeção identitária estão inseridos no construtivismo crítico (Doty, 1993; Weldes, 1996). Ainda compreendendo o movimento de deslocamento da fronteira e porosidade entre as duas esferas de análise tradicionais da política externa, a cultura é assumida como o espaço onde a negociação é adotada como via para condução de políticas de identidade. A cultura como elemento que não está inserido nas narrativas tradicionais de política externa, é ponto fulcral de análise, pois combina os elementos de formulação relativos às construções dos atores internamente, assim como desses em relação ao encontro com o que está no exterior.

A presente pesquisa apresentou em seu escopo de trabalho a análise da política externa partir do deslocamento das fronteiras entre o “eu” e o “outro”, que produzem e reproduzem mecanismos de identificação e de estabilização das identidades, e não partindo do privilégio de um dos seus polos binomiais em detrimento do outro, mas justamente do deslocamento dessa hierarquia e da interação das partes (Hansen, 2006). De modo que os pontos de intersecção entre os polos são o foco de análise indo de encontro às vertentes tradicionais da análise de política externa, que possuem essas esferas bem delimitadas e sem contato (Carlsnaes, 2002). Ao estabelecer a política cultural como elemento de

análise, que permite perceber os pontos de contato entre as partes do binômio, desafia as correntes tradicionais de análise de política externa, apresentando a capacidade ampliada de investigação partindo da fronteira e incidindo sobre um tema tradicional de análise da política internacional.

Partindo dessa compreensão de política externa, o arcabouço teórico que disponibiliza as ferramentas e categorias analíticas que permitiram compreendê-la como prática de produção de fronteira através da via cultural foi o construtivismo crítico. Essa abordagem permitiu analisar o encontro com o outro como elemento fundamental do processo de construção das identidades, que está em constante negociação no espaço de fronteira e interação cultural, que busca, por fim, elementos de estabilização e rotina através desse encontro. No entanto, para isso, apresentamos um breve panorama da evolução dos estudos de política externa, mapeando e apresentando como as principais correntes que incidiram sobre o tema constituíram-se analiticamente, visando a compreender suas limitações e perceber seus escopos de análise, objetivando fundamentar a relevância da contribuição construtivista para esse trabalho.

Cumprindo a necessidade de delimitação da pesquisa, a análise teve foco principal no período pós-reunificação da República Federal da Alemanha, tendo em vista que representou um momento crucial de imprescindibilidade na construção de um discurso de identificação (Behnke, 2012; Doty, 1993; Pfetsch, 1997; Weldes, 1999) com as diversas vias de interação para com os contextos interno e externo visando à fundamentação da política externa mais recente, e principalmente, pois foi considerado um momento crucial da história da atuação da principal instituição analisada, o DAAD.

Assim, a presente pesquisa não se propôs a analisar todo o processo histórico de construção da identidade alemã, julgando que não seria viável para os limites deste trabalho, e sim compreender, naquele contexto de reconstrução e reestruturação da nação alemã, quais tipos de projetos, discursos, identidades, instituições e atores foram (re)construídos e mobilizados, que permitiram viabilizar determinadas políticas culturais de atuação no exterior, com foco na sua relação com o Brasil, e os principais mecanismos de estabilização e rotina nessa relação. Esse movimento é relevante, pois contribui para a análise da política externa para além de suas fronteiras iniciais do binômio interno-externo, permitindo acessar os seus espaços de fronteira, de negociação de espaço e de identidade como foco analítico. Ao observar as principais perspectivas teóricas e os temas basilares de discussão e atuação para a política externa, pôde-se perceber que os temas culturais não possuem destaque nas correntes analíticas, no entanto oferecem um

espaço frutífero para o estudo da constante negociação de diversas identidades, e da projeção dessas, podendo ser consideradas como a fronteira, o espaço para negociação e a concretização da alteridade. Nesse sentido, afirma-se, sustentado nos estudos desenvolvidos, que a orientação do quadro estratégico da política externa alemã ressalta a relevância do aspecto cultural como crucial para estabilidade e durabilidade das relações, o que dá consistência e fundamenta positivamente o eixo estruturador da reflexão aqui apresentada.

O estudo de caso contribuiu para a reflexão na medida em que, a partir dos discursos e de proposições políticas identificadas e analisadas no DAAD, à luz dos questionamentos e indicações possíveis pelo estudo das categorias teóricas, pôde-se adotar o recorte empírico como uma exemplificação e, ao este recorte possuir movimento próprio determinado pelas forças que o fazem e o desenvolvem, possibilitou a intersecção criativa como o plano teórico, sem propiciar descolamento entre eles, mas antes pelo contrário, permitiu a análise mais profunda do empírico e esta gerou maior aprofundamento do campo teórico propiciando também identificação de limites e possibilidades no subcampo das relações internacionais aqui estudadas.

O prosseguimento da análise ofereceu uma fundamentação ideacional para as ações políticas, considerando a esfera interna e a externa, mas principalmente as políticas culturais como ponto de intersecção entre elas. A mesma não pretendeu estabelecer relações causais entre os projetos de política externa cultural, as construções identitárias e a condição da relação entre os dois estados – Alemanha e Brasil. Esta pretendeu, tão somente, acessar os mecanismos pelos quais uma relação dialógica de complicação pode ser estabelecida. Isso sustentado numa observação do espectro de política externa cultural da República Federal da Alemanha como espaço de fronteira e negociação, como projeto político e processo social de projeção e construção intermitente de suas identidades e discursos de forma estabilizada com a chave teórica da segurança ontológica. Estabelecendo, portanto, a relevância desse tipo alternativo de abordagem para a política externa, que está contida no deslocamento das narrativas tradicionais de análise do tema, permitindo o alargamento do escopo de análise para os âmbitos culturais e educacionais, promovendo a ampliação do estudo da temática da análise de política externa.

Desse modo, a política externa como projeto de projeção de identidade tem objetivos definidos⁸⁷, sendo eles: “apresentar a Alemanha como um país de cultura mundial e variada; fortalecer o país como local de educação, ciência e pesquisa, por exemplo, através da distribuição de bolsas; divulgação da língua alemã pelo mundo; contribuição para crise global e prevenção de conflitos; promover a integração europeia; a manutenção da diversidade cultural no mundo, e a criação de uma base estável para as relações internacionais através do diálogo entre as pessoas”. Buscando alcançar esses objetivos, o Ministério das Relações Exteriores oferece um conjunto de diretrizes estratégico de orientação para o trabalho cultural e educacional no exterior. Portanto, apresentar como as diretrizes definidas pelo Ministério das Relações Exteriores alemão, mapear os principais projetos do DAAD que atuam no Brasil, e analisar os principais discursos dos atores alemães foram cruciais para compreender a análise com base nas práticas de produção da política externa. O principal material de consulta e análise crítica, ou seja, as fontes primárias de estudo, foram os documentos oficiais disponibilizados pelo governo alemão e, também, da instituição supracitada.

Assim, o estudo empírico, que acessou aos dados escolhidos como base para a reflexão (diretrizes estratégicas, projetos, políticas no âmbito educacional e cultural), propiciou a análise processual dos projetos específicos para implementação da política externa cultural e sua condição efetiva de constituírem-se como espaço de fronteira e negociação identitária. O processo de estabilização identitária e de percepção das estruturas compartilhadas de significados é verificado através das chaves de análise que partiram das categorias analíticas para estabilização dos mecanismos de identificação e teorização da interação entre os atores. Assim, a compreensão dos discursos se apoiou na fundamentação teórica que afirma a construção da política externa cultural e da identidade ligada ao conjunto de sistemas de significação que permitem acessar a realidade social (Miliken, 1999), de modo a contribuir para a constante construção da realidade através da significação, compartilhamento e interpretação na relação entre os atores, suas políticas e identidades.

Numa pequena síntese final, resgatamos que o presente estudo buscou: (1) analisar a política externa como um processo social e projeto político, para além do escopo tradicional de acesso à política externa apenas como uma ferramenta que possui lacunas explicativas; (2) inferir os conceitos de identidade e cultura

⁸⁷ Para mais informações em: http://www.auswaertiges-amt.de/DE/Aussenpolitik/KulturDialog/ZieleUndPartner/ZielePartner_node.html.

como espaço frutífero de análise da porosidade na fronteira entre o interno e o externo, não recebendo ênfase nas correntes tradicionais de análise de política externa que permitem o pensamento crítico a partir das lacunas identificadas; e (3) acessar a Alemanha como um ator que se enquadra nos componentes normativos do sistema internacional, que possui um projeto de política externa que se enquadra nesses termos identificados e detém como projeto político construir e (re)produzir suas identidades e discursos interna e internacionalmente visando a estabilização das identidades e rotinização das relações, adotando, com destaque, a ação nos campos educacional e cultural.

Portanto, as conclusões aqui apresentadas, ganham relevo na medida em que se analisou criticamente o posicionamento da República Federal da Alemanha a partir do seu projeto político e processo social de formulação da política externa cultural, como produtor e produto de espaços de negociação da identidade, por meio do deslocamento da fronteira entre o interno e o externo, compreendendo os mecanismos discursivos que legitimam tais atores, projetos, políticas, instituições e investimentos e, ao fazê-lo, contribuiu para dar visibilidade a espaços não reconhecidos como, no mínimo, importantes para uma análise da política externa como constitutiva da conformação mais ampla da nação/estado em interação com outras nações/estados e, assim, fortalecer sua identidade internamente e afirmá-la em âmbito internacional.

Entendendo a relevância desse debate teórico, e como ele pode ser percebido em diversas tensões de práticas políticas, foi observado um caso prático. O estudo de caso pretendeu observar a hipótese derivada do debate teórico, partindo, portanto, da análise da formação da política externa alemã no processo de reunificação sob a ótica da aporia continuidade-mudança (Kaiser & Maull, 1997) para a projeção das identidades conciliadas, e outras diversas que seguiram nas bases de formulação. Almejou-se observar o quadro estratégico da política externa alemã como um processo de projeção em constante construção e negociação, na chave da cooperação através de espectros de identidade ligados às políticas culturais e educacionais. Portanto, após compreender as principais bases e identidades de atuação da área cultural através das instituições, projetos, casas de cultura, cooperações institucionais, bolsas de estudos, anos comemorativos, casas alemãs, que são parte constitutiva das formulações da política externa alemã, o foco consistiu nas abordagens culturais para tais análises de política externa, pois estas representam o espaço de negociação, a fronteira segundo a filiação teórica ao pensamento construtivista crítico.

Compreendemos que a negociação constante de identidades, da relação

entre o *self* e o outro, a produção de alteridade são feitas no espaço da fronteira, e devem ter destaque nos estudos de política externa por permitir a intersecção entre o “interno” e o “externo”, sem promover dicotomização entre ambos, mas sim a porosidade dessa fronteira. Assim, o discurso é considerado o ponto de partida para a interação, e quando é recepcionado e aceito promove a relação entre os atores, e a partir dessa relação as identidades são forjadas e produzem noções compartilhadas. Através do estudo dos discursos e das diversas práticas aqui apresentadas observou-se os caminhos percorridos pela totalidade da política externa cultural alemã, suas principais instituições e formuladores, a qual se apoiam nas áreas culturais e educacionais para construírem mecanismos diversos para assegurar e construir continuamente o *self* a partir desses elementos. A construção desses *selves* e diversas faces da identidade alemã fazem parte da estrutura construída para a garantia da segurança ontológica, ou seja, da criação de rotinas e elementos estáveis de reconhecimento do “eu” e do “outro”.

Nesse sentido, a abordagem pretendeu acessar as formas pelas quais a República Federal da Alemanha optou desde sua reunificação por formular sua política externa como projeto político de projeção de espectros de identidade e *self*, fundamentados e difundidos por posturas, negociações, investimentos, discursos e instituições (Doty, 1993; Maull, 2006, Neumeister, 1970; Pfetsch, 1997; Rittberger, 2001; Wæver, 2004). Tendo como recorte temporal o contexto histórico de reunificação alemã, levantar as principais análises da formulação desta política externa, seus principais setores de atuação, com foco cultural, assim como as diversas maneiras de implementação dessas políticas. O que é possível afirmar, a partir desse movimento investigativo é que, há o imbricamento entre os seguintes pilares⁸⁸ as relações econômicas, a política cultural e a política educacional, informando as duas últimas de forma interligada e como instrumentos mais duradouros no conjunto de ações da política externa a partir da reunificação. Para esta identificação foram considerados os encontros que produziram identidades e significados políticos definidos no quadro estratégico de ação estabelecido pelo Ministério das Relações Exteriores alemão

Por fim, sem pretensão de finalizar a análise, mas antes, com um, conteúdo mais de “*à guisa de conclusão*” pode-se afirmar que a política externa cultural pode, e deve ser considerada como projeto político e processo social. Ao sê-lo,

⁸⁸ Os Objetivos encontram-se listados em: http://www.auswaertiges-amt.de/DE/Aussenpolitik/KulturDialog/ZieleUndPartner/ZielePartner_node.html acesso em 03/08/2015.

constrói formas próprias de atuação por meio de discursos, instituições e atores, cujo objetivo é difundir determinadas identidades, rotinizar relações e assegurar a continuidade ontológica a partir da criação de espaços de negociação, que permitam atuar na fronteira entre o externo e o interno. O acesso ao caso específico da política externa cultural alemã, em particular na sua relação com o Brasil, via o DAAD, foi ordenado teoricamente pelos pressupostos construtivistas, nos quais as ideias, normas, e interação entre os atores têm papel fundamental para a análise da política internacional. O diferencial trazido por este acesso, via reconhecimento e problematização das suas práticas através da análise de discurso, foi a identificação da relevância da educação e cultura como âmbitos fundamentais para construção de uma política externa, a qual firme a identidade na relação com o outro e assegure os mecanismos próprios de identificação. Essa conclusão corrobora a hipótese inicial dos estudos e nos permite inferir que adotar esta inflexão analítica é decisivo para uma compreensão mais sustentada da política externa e seu subcampo, bem como para definição de diretrizes políticas mais afeitas entre os atores, as quais possam contribuir para solidificação de interações em contínua construção referenciadas em relações que preservem o compartilhamento de identidades cooperativas.

6. Referências bibliográficas

6.1. Livros e artigos

ADLER, Emanuel. **Communitarian International Relations**. New York: Routledge, 2005.

_____. Constructivism and International Relations, pp. 95-118. In: Carlsnaes, W, Risse-Kappen, T, Simmons, BA (Eds). **Handbook of International Relations**. London and Thousand Oaks, CA: SAGE Publications, 2002.

ADLER, Emanuel and Michael Barnett (Eds). **Security Communities**. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

ALDEN, C.; ARAN, A. **Foreign Policy Analysis: New Approaches**. Abingdon: Routledge, 2012.

ALLISON, Graham T. Conceptual Models and the Cuban Missile Crisis, **American Political Science Review**, 63, 3, pp. 689-718, 1969.

ANDERSON, B. **Comunidades Imaginadas**. São Paulo: Cia das Letras, 2008.

AUSTIN, J. **How to do Things with Words**, Clarendon Press, 1975.

BAUMAN, Z. **Modernity and the Holocaust**. Ithaca, NY: Cornell University Press, 2000 [1989].

BAUMAN, Z. **Liquid Modernity**. Cambridge: Polity Press, 2000.

BEHNKE, A. The theme that dare not speak its name: Geopolitik, geopolitics and German foreign policy since unification. In: Guzzini, S. **The Return of Geopolitics**. New York, Cambridge University Press, 2012.

BIALLY MATTERN, J. The Power Politics of Identity. **European Journal of International Relations**, 7(3):349–397, 2001.

_____. **Ordering International Politics: Identity, Crisis, and Representational Force**. New York: Routledge, 2005.

_____. Why 'Soft Power' Isn't So Soft: Representational Force and the Sociolinguistic Construction of Attraction in World Politics. **Millenium Journal of International Studies**, 33 (3), pp.583-612, 2005.

_____. The Concept of Power and The (Un)discipline of International Relations. In: Christian Reus-Smit & Duncan Snidal (eds.) **Oxford Handbook of International Relations**. Oxford: Oxford University Press, 2008.

CADERNOS ADENAUER XIV, edição especial. **Relações Brasil-Alemanha**. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, outubro 2013.

CAMPBELL, D. Violent Performances: Identity, Sovereignty, Responsibility. In Lapid, Y.; Kratochwil, F.V. (Eds.). **The Return of Culture and Identity**. Boulder: Lynne Rienner, 1996.

CARLSNAES, W. **Ideology and Foreign Policy: Problems of Comparative Conceptualization**. Oxford: Basil Blackwell, 1986.

_____. The Agency-Structure Problem in Foreign Policy Analysis. **International Studies Quarterly**, 36: 245-270, 1992.

_____. On Analysing the Dynamics of Foreign Policy Change: A Critique and Reconceptualization. **Cooperation and Conflict**, 28: 5-30, 1993.

_____. In Lieu of a Conclusion: Compatibility and the Agency-Structure Issue in Foreign Policy Analysis. In: W. Carlsnaes and S. Smith (Eds.). **European Foreign Policy: The EC and Changing Perspectives in Europe**, London: Sage/ECPR, 1994.

_____. Foreign Policy. **Handbook of International Relations**. W Carlsnaes, T. Risse and B. A Simmons. London, Sage: 331-349, 2002.

CERVO Amado Luiz e BUENO, Clodoaldo. **História da Política Exterior do Brasil**. São Paulo: Ática, 2002.

CHECKEL, Jeffrey T. Tracing Causal Mechanisms. **International Studies Review** 8(2): 362-370, 2008.

_____. Social Constructivisms in Global and European Politics. A Review Essay. **Review of International Studies**, 30 (2):229-44, 2004.

CHECKEL, J & KATZENSTEIN, P. **European Identity**, New York: Cambridge University Press, 2009.

COLE, Taylor. African Studies and Training in West Germany In African Studies Bulletin, **African Studies Association**, Vol. 6, No. 1, pp. 14-21, 1963.

CONNOLLY, W. E. Identity and Difference in Global Politics. In: J. Der Derian and M. J. Shapiro (Eds.), **International/intertextual relations: postmodern readings of world politics**. Toronto: Lexington Books, 1989.

Deutschlands neue Außenpolitik. Band 1: Grundlagen. (Schriften des Forschungsinstituts der Deutschen Gesellschaft für Auswärtige Politik e.V., Reihe: Internationale Politik und Wirtschaft, Band 59). KAISER Karl and MAULL Hanns W. München, R. Oldenbourg (Eds.), 1997; 270pp.

Deutschlands neue Außenpolitik. Band 2: Herausforderungen. (Schriften des Forschungsinstituts der Deutschen Gesellschaft für Auswärtige Politik e.V., Reihe: Internationale Politik und Wirtschaft, Band 61). KAISER Karl and MAULL Hanns W. München, R. Oldenbourg (Eds.), 1995; 270pp.

Deutschlands neue Außenpolitik. Band 3: Interessen/Strategien. (Schriften des Forschungsinstituts der Deutschen Gesellschaft für Auswärtige Politik e.V., Reihe: Internationale Politik und Wirtschaft, Band 62). KAISER Karl and KRAUSE Joachim. München, R. Oldenbourg (Eds.), 1995; 284pp.

DER DERIAN, J. and SHAPIRO, M. J. (eds.), **International/intertextual relations: postmodern readings of world politics**. Toronto: Lexington Books, 1989.

DEUTSCH, Karl. **Análise das Relações Internacionais**. Brasília: UnB, 1982.

_____. **Political community at the international level. Problems of definition and measurement**. New York: Doubleday & Co, 1954.

DOTY, Roxanne Lynn. Foreign Policy as Social Construction: A post-positivist analysis of the U.S. Counterinsurgency Policy in the Philippines, **International Studies Quarterly**, vol. 37, no. 3, pp. 297-320, 1993.

GIDDENS, A. **Consequences of Modernity**. Stanford, CA: Stanford University Press, 1990.

_____. Risk and responsibility. **The Modern Law Review**, 62(1): 1–10, 1999.

_____. **Modernity and Self-Identity: Self and Society in the Late Modern Age**. Cambridge: Polity Press, 2008.

GIESEN, B.; SEYFERT, R. Collective Identities, Empty Signifiers and Solvable Secrets, **European Journal of Social Theory** 19 (1): 111-26, 2016.

GOMES, Maíra Síman. **A Pacificação como Prática de Política Externa de (Re)Produção do Self Estatal**: rescrevendo o engajamento do Brasil na Missão de Estabilização de Paz da ONU para o Haiti (MINUSTAH), PUC – Rio de Janeiro, 2014.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere** – Literatura. Folclore. Gramática. Apêndices: variantes e índices. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. 6. 2002.

_____. **Cadernos do cárcere, volume 2**. Edição e tradução: Carlos Nelson Coutinho. 3Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

GREGORY, V. Imigração Alemã no Brasil. In: **Relações Brasil-Alemanha, Cadernos Adenauer XIV**, Edição Especial, Rio de Janeiro, Fundação Konrad Adenauer, 2013.

GUILLAUME, Xavier. **International Relations and Identity**: A dialogical approach. F.V. New York, Routledge Series, 2011.

GUZZINI, S. **Realism in International Relations and International Political Economy**. London: Routledge, 1998.

_____. The Concept of Power: A Constructivist Analysis, **Millennium: Journal of International Studies**, 33 (3), pp. 495-522, 2005.

_____. **The Return of Geopolitics**, New York: Cambridge University Press, 2012.

HAAS, P.M. **Knowledge, Power and International Policy Coordination**, Columbia: University of South Carolina Press, 1997.

_____. Introduction: Epistemic Communities and International Policy Coordination. In: **International Organization**, 46 (1)1-35, 1992.

HANSEN, L. **Security as Practice Discourse Analysis and the Bosnian War**, New York: Routledge, 2006.

HENRIQUE, Tavares Renata. Resenha: O construtivismo. **Relações Internacionais no Mundo Atual**, Curitiba, n. 10, p. 173-180, 2009.

HILL, C. **The Changing Politics of Foreign Policy**. Houndsmill: Palgrave Macmillan, 2003.

HOUGHTON, D. Reinvigorating the Study of Foreign Policy Decision Making: Towards A Constructivist Approach. **Foreign Policy Analysis**, 3, 2007.

INAYATULLAH, N.; BLANEY, D. L. Knowing Encounters: Beyond Parochialism in International Relations Theory. In: Lapid, Y.; Kratochwil, F. (Ed.), **The Return of Culture and Identity in IR Theory**. Boulder: Lynne Rienner Publishers, 1996.

JERVIS, R. Understanding Beliefs. **Political Psychology**, 27 (5): 641-663, 2006.

KAISER, K., MAULL, H. **Deutschlands neue Außenpolitik**, Band 1 Grundlagen, Forschungsinstitut der deutschen Gesellschaft für Auswärtige Politik, Bonn. Oldenbourg Verlag München, 1997.

KATZENSTEIN, P.J. (Ed.). **The Culture of National Security: Norms and Identity in World Politics**. New York: Columbia University Press, 1996. 560 p.

KEOHANE, Robert and Joseph Nye. **Power and Interdependence: World Politics in Transition**, 3rd ed., New York: Longman, 2001 [1977].

KINNVALL, Catarina. Globalization and Religious Nationalism: Self, Identity, and the Search for Ontological Security, **Political Psychology** 25(5): 741-67, 2004.

KINNVALL C, MITZEN J. An introduction to the spacial issue: Ontological securities in world politics. **Cooperation and Conflict** V. 52 issue 1: 3-11, Lund University, 2017.

KISSINGER, Henry. **A World Restored: Metternich, Castlereagh and the Problems of Peace, 1812-1822**. Echo Point Books & Media, 2013 [1957].

KRASNER, Stephen. Are Bureaucracies Important? (Or Allison's Wonderland)', **Foreign Policy**, Vol7, pp.159-718, 1972.

KRATOCHWIL, Friedrich. **Rules, Norms and Decisions: On The Conditions of Practical and Legal Reasoning in International Relations and Domestic Affairs**. Cambridge: Cambridge University Press, 1989.

KUBÁLKOVÁ, Vendulka. Foreign Politics, International Politics, and Constructivism. In: KUBÁLKOVÁ, Vendulka (Ed.). **Foreign Policy in a Constructed World**. New York: M.E. Sharpe, 2001.

LARSEN, H. **Foreign Policy and Discourse Analysis: France, Britain and Europe**. London: Routledge, 1997.

_____. British and Danish European Policies in the 1990s: A Discourse Approach. **European Journal of International Relations** vol.5 p. 451-83, 1999.

LEBOW, R. N. **A Cultural Theory of International Relations**. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.

LESSA, Mônica Leite; SUPPO, Hugo Rogélio (Org.) **A Quarta Dimensão das Relações Internacionais: a dimensão cultural**. Rio de Janeiro: Contra Capa; Faperj, 2012.

LUKES, Steven. **Power: a radical view**. London: Palgrave Macmillan, 2005 [1972]

MAULL, H. Zivilmacht Deutschland. In: Hellmann, G., Schmidt, S., Wolf, R., **Handwörterbuch zur deutschen Außenpolitik**, Opladen: VS Verlag, 2006.

MEYER, JW; JEPPEPERSON, RL. The 'Actors' of modern society: the cultural construction of social agency. **Sociological Theory** 18(1): 100–120, 2000.

MITZEN J. Anchoring Europe's civilizing identity: habits, capabilities, and ontological security. **Journal of European Public Policy** 13(2): 270–285, 2006a.

MILLIKEN, J. The Study of Discourse in International Relations: A Critique of Research and Methods. **European Journal of International Relations**, v. 5, n. 2, p. 225-254, 1999.

NABERS, Dirk. Filling the Void of Meaning: Identity Construction in U.S. Foreign Policy After September 11, 2001. **Foreign Policy Analysis**, 5, 191–214, 2009.

NEUMANN, I.B. Collective Identity Formation: Self and Other in International Relations. **European Journal of International Relations**, v. 2, n. 2, 1996.

NEUMEISTER, Hermann. Education for International Understanding in the Federal Republic of Germany, The Phi Delta Kappan, Vol. 51, No. 5, **International Education**, pp. 259-263, 1970. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/20372624>.

NOGUEIRA, João Pontes; MESSARI, Nizar. **Teoria das relações internacionais: correntes e debates**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

ONUF, Nicholas. Constructivism: A User's Manual. In: KUBÁLKOVÁ et al. (Orgs.) **International Relations in a Constructed World**. Armonk, NY: M.E. Sharpe, 1998.

_____. **World of Our Making: Rules and Rule in Social Theory and International Relations**. South Carolina: South Carolina Press, 1989.

PFETSCH, F. A Política Externa da Alemanha após a reunificação. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v. 40, n.1, pp. 178-192, 1997.

PUTNAM, R. Diplomacy and Domestic Politics: The Logic of Two-Level Games. **International Organization**, v. 42, n. 3, p. 427-460, 1988.

REUS-SMIT, C. **The Moral Purpose of the State: Culture, Social Identity, and Institutional Rationality in International Relations**. Princeton: Princeton University Press, 1999.

RITTBERGER, V., **German foreign policy since unification: theories and case studies**. Ed. Volker Rittberger, Manchester: Manchester University Press, 2001.

ROSENAU, James. Pre-theories and Theories of Foreign Policy. In: **Approaches to Comparative and International Politics**. Edited by R. Barry Farrell, Evanston, IL: Northwestern University Press, 1966.

RUANO, L. (Ed.). **The Europeanization of National Foreign Policies towards Latin America**. New York: Routledge, 2013.

SEARLE, John R. **Speech Acts: An Essay in the Philosophy of Language**. London: Cambridge University Press, 1969.

SEITENFUS, R. O Brasil e III Reich, 1933-1939. In: Günter Kahle; Horst Pietschmann. (Org.). **Jahrbuch für Geschichte von Staat, Wirtschaft und Gesellschaft Lateinamerikas**. Colônia: Böhlau Verlag, 1988.

_____. **O tardio final da Segunda Guerra**. Folha de São Paulo, 07 out. 2004

STEINBRUNER, John D. The Cybernetic Paradigm, In: **The Cybernetic Theory of Decision: New Dimensions of Political Analysis**, Princeton: Princeton University Press, 1974.

WALKER, R.B.J. **Inside/outside: International Relations as Political Theory**, Cambridge, Cambridge University Press, 1993.

WALTZ, K. **Man, State and War: A Theoretical Analysis**. New York: Columbia University Press, 1959.

_____. **Teoria das Relações Internacionais**. New York: McGraw-Hill, 1979.

WÆVER, O. European Integration and Security: Analysing French and German Discourses on State, Nation, and Europe, In: David R. Howarth and Jacob Torfing(eds), **Discourse Theory in European Politics: Identity, Policy and Governance**. Houndmills: Palgrave Macmillan, 2004.

_____. Explaining Europe by Decoding Discourses, In: Anders Wivel (Ed.), **Explaining European integration**. Copenhagen: Copenhagen Political Studies Press, 1998.

WELDES, J. Constructing National Interests, **European Journal of International Relations**, vol. 2, no. 3, pp. 275-318, 1996.

WENDT, A. Anarchy is what States make of it: the social construction of power politics. **International Organization**, v. 46., 1992.

_____. The Agent-Structure Problem in International Relations Theory. **International Organization**, v. 41, n. 3, 1987.

_____. **Social Theory of International Politics**. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

WIGHT, C. State agency: social action without human activity? **Review of International Studies**, 30(2): 269–280, 2004.

WITTLINGER, Ruth; LAROSE, Martin. No Future for Germany's Past? Collective Memory and German Foreign Policy, **German Politics**, 16:4, 481-495, DOI: 10.1080/09644000701652490, 2007.

ZEHFUSS, M. Constructivism and identity: a dangerous liaison, **European Journal of International Relations**, vol. 7, no. 3, pp. 315-348, 2001.

6.2. Websites

http://www.auswaertiges-amt.de/DE/Aussenpolitik/KulturDialog/ZieleUndPartner/ZielePartner_node.html. Acesso em: 08/03/2015.

<http://www.cienciasemfronteiras.gov.br/web/csf>. Acesso em: 11/09/2015.

<http://www.dbwti.de/br/> Acesso em: 11/09/2015.

<https://www.daad.de/medien-und-publikationen/de/29887-jahresbericht/> Acesso em: 11/09/2015.

http://www.itamaraty.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=4801:republica-federal-da-alemanha&catid=155&lang=pt-BR&Itemid=478 Acesso em: 08/06/2015

http://www.itamaraty.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=4801:republica-federal-da-alemanha&catid=155&lang=pt-BR&Itemid=478 Acesso em: 08/05/2015.

http://www.auswaertiges-amt.de/DE/Aussenpolitik/KulturDialog/ZieleUndPartner/ZielePartner_node.html Acesso em: 03/08/2015

<http://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=URISERV%3Axy0026> Acesso em: 12/01/2016.

http://www.germany.info/Vertretung/usa/en/06__Foreign__Policy__State/03__Europe/__Europe.html Acesso em: 04/05/2015.

<http://www.alemanha-brasil.org/br/Sobre> Acesso em: 22/12/2013

http://www.auswaertigesamt.de/DE/Aussenpolitik/KulturDialog/ZieleUndPartner/ZielePartner_node.html Acesso em: 22/12/2013

<http://www.bienaldolivro.com.br/canal/?releases/2685/em+2013,+a+bienal+do+livro+rio+comemora+30+anos+e+homenageia+a+alemanha/> Acesso em: 13/01/2014

<http://www.bmbf.de/de/13289.php> Acesso em: 13/01/2014

http://www.brasil.diplo.de/contentblob/2700694/Daten/779961/1969_Kulturabkommen_pt.pdf Acesso em: 13/01/2014

http://www.brasil.diplo.de/contentblob/2700976/Daten/780339/1996_Basisabkommen_TZZusammenarbeit_pt.pdf Acesso em: 13/01/2014

http://www.brasil.diplo.de/Vertretung/brasilien/pt/07__Aussenpolitik/Bilaterale__Vertraege/Bilaterale__Vertraege.html Acesso em: 13/01/2014

<http://www.brasil.gov.br/cultura/2013/10/brasil-sera-o-homenageado-na-feira-internacional-do-livro-de-frankfurt-2013> Acesso em: 13/01/2014

<http://www.brasilalemanhanews.com.br/Noticia.aspx?id=1294> Acesso em: 13/01/2014

<http://www.brasilalemanhanews.com.br/Noticia.aspx?id=1765> Acesso em: 13/01/2014

<http://www.capes.gov.br/editais/abertos/4274-missoes-de-curta-duracao> Acesso em: 22/12/2013

<http://www.cienciasemfronteiras.gov.br/web/csf/o-programa> Acesso em: 13/01/2014

<http://www.dbwti.de/> Acesso em: 13/01/2014

<http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/notas-a-imprensa/2000/09/28/evolucao-das-relacoes-brasil-alemanha/print-nota> Acesso em: 30/01/2014

<http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/notas-a-imprensa/2000/09/28/evolucao-das-relacoes-brasil-alemanha/print-nota> pag 2
Acesso em: 30/01/2014

<http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/notas-a-imprensa/2008/05/14/plano-de-acao-da-parceria-estrategica-brasil> Acesso em: 13/01/2014

<http://www.mdic.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=5&menu=576> Acesso em: 29/01/2014

<http://www.pasch-net.de/udi/deindex.htm> Acesso em: 13/01/2014

http://www2.mre.gov.br/dai/b_rfa_418_487.html Acesso em: 21/01/2014

<https://www.daad.de/portrait/presse/pressemitteilungen/2012/19791.en.html>
Acesso em: 22/12/2013

<https://www.daad.de/portrait/service/publikationen/08978.en.html> Acesso em: 28/11/2013

<https://www.daad.de/portrait/wer-wir-sind/geschichte/08945.de.html> Acesso em: 21/12/2013

www.auswaertiges-amt.de/DE/Aussenpolitik/KulturDialog/ZieleUndPartner/ZielePartner_node.html
Acesso em: 12/01/2014

www.auswaertiges-amt.de/DE/Aussenpolitik/Laender/Laenderinfos/Brasilien/Bilateral_node.html
Acesso em: 22/12/2013